

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM**  
**DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**TERRA, PODER E TERRITÓRIO NA EXPANSÃO DA**  
**FRONTEIRA AGRÍCOLA: O IMPACTO DA**  
**ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS E DES-**  
**TERRITORIALIZAÇÃO SOBRE OS CONHECIMENTOS**  
**AGRÍCOLAS DOS POVOS NO MATOPIBA**

**João Vitor Luna Sooma**

**2025**

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**TERRA, PODER E TERRITÓRIO NA EXPANSÃO DA  
FRONTEIRA AGRÍCOLA: O IMPACTO DA  
ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS E DES-  
TERRITORIALIZAÇÃO SOBRE OS CONHECIMENTOS  
AGRÍCOLAS DOS POVOS NO MATOPIBA**

**JOÃO VITOR LUNA SOOMA**

*Sob a orientação do Professor*  
**Sergio Pereira Leite**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Área de concentração: Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.

Rio de Janeiro, RJ  
Março de 2025

*Enquanto a terra não for livre eu também não sou*  
*(Leandro Roque de Oliveira)*

## AGRADECIMENTOS

Não tem como começar os agradecimentos sem ser por aqueles que viabilizaram minha formação acadêmica: meus pais e meus avós.

Além deles, agradeço também minha namorada, que além da parceria tem participação direta em qualquer produção minha.

Agradeço também toda minha família pelo incentivo, suporte e amor durante todos os anos. Pelos momentos de respiro, descontração, diversão e risadas. É sempre um prazer.

Agradeço aos meus amigos pela parceria. Aos de longa data e aos de data mais curta, muito obrigado. Agradeço especialmente meu amigo Ricardo, que contribuiu diretamente para a realização deste trabalho.

Aos colegas da FASE, em especial os parceiros de NuPA, obrigado pela troca de sempre. Sou grato por aprender com vocês.

Agradeço também aos professores que em algum momento da minha vida contribuíram transmitindo parte do seu conhecimento para que eu me tornasse quem sou hoje. Aqui, meu “obrigado” é especialmente direcionado ao meu orientador, o professor Sergio Leite, mas também às professoras Karina Kato, Ana Garcia, Maureen Santos, Fátima Mello, Gustavo Godinho, Leandro Lima e todos que, no mestrado, na graduação ou na escola me construíram enquanto produtor de conhecimento.

Aos colegas do CPDA que de alguma forma me ajudaram, meu “muito obrigado”. Agradeço especialmente à colega Carla Morsch, sem a qual este trabalho não poderia ter sido escrito e sequer idealizado.

Agradeço também ao colega Bruno Spadotto, que contribuiu com a realização desta dissertação e se colocou à disposição para me ajudar com o que eu precisasse.

A todos aqueles que antes de mim se dedicaram ao tema da estrangeirização de terras e des-territorialização dos povos, bem como aos estudos sobre o Matopiba, como o professor Sérgio Sauer, obrigado.

Aos entrevistados, muito obrigado pelo depoimento de vocês. Estamos juntos na luta.

Por fim, ressalto que este trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S711t Sooma, João Vitor Luna, 2001-  
TERRA, PODER E TERRITÓRIO NA EXPANSÃO DA FRONTEIRA  
AGRÍCOLA: O IMPACTO DA ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS E  
DES-TERRITORIALIZAÇÃO SOBRE OS CONHECIMENTOS  
AGRÍCOLAS DOS POVOS NO MATOPIBA / João Vitor Luna  
Sooma. - Rio de Janeiro, 2025.  
162 f.: il.

Orientador: Sergio Pereira Leite.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural  
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em  
Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade, 2025.

1. estrangeirização de terras. 2. des  
territorialização. 3. Matopiba. 4. conhecimentos  
agrícolas. 5. povos e comunidades tradicionais. I.  
Pereira Leite, Sergio, 1965-, orient. II Universidade  
Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós  
graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade III. Título.

**O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento,  
Agricultura e Sociedade (CPDA)

**JOÃO VITOR LUNA SOOMA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências  
Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito  
parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais.


Dissertação aprovada em 31/03/2025.

---

Prof. Dr. SÉRGIO PEREIRA LEITE (CPDA/UFRRJ)  
(Orientador)

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> KARINA YOSHIE MARTINS KATO (CPDA/UFRRJ)

Documento assinado digitalmente  
 SÉRGIO SAUER  
Data: 24/04/2025 20:12:08-0300  
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof. Dr. SERGIO SAUER (UNB)

Documento assinado digitalmente  
 CARLA MORSCH PORTO GOMES  
Data: 14/05/2025 10:55:03-0300  
verifique em <https://validar.iti.gov.br>

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> CARLA MORSCH PORTO GOMES (Externa à Instituição)



**DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS Nº 9597/2025 - DeptDAS (12.28.01.00.00.84)**

**(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)**

**(Assinado digitalmente em 20/05/2025 12:30)**

**KARINA YOSHIE MARTINS KATO**

**PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**

**DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)**

**Matrícula: ###163#9**

**(Assinado digitalmente em 15/05/2025 11:14)**

**SERGIO PEREIRA LEITE**

**PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**

**DeptDAS (12.28.01.00.00.00.84)**

**Matrícula: ###631#9**

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrrj.br/documentos/> informando seu número: **9597**, ano: **2025**,  
tipo: **DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS**, data de emissão: **14/05/2025** e o código de verificação: **087e18e8f3**

## RESUMO

SOOMA, João Vitor Luna. Terra, poder e território na expansão da fronteira agrícola: o impacto da estrangeirização de terras e des-territorialização sobre os conhecimentos agrícolas dos povos no Matopiba. 2025. 161p. Dissertação (Mestrado de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2025.

Em um contexto de explosão dos investimentos em atividades relacionadas aos setores agropecuário, energético e mineral e crescimento do mercado global de terras, o Matopiba é criado como uma delimitação territorial no Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia para atender os interesses do agronegócio brasileiro e de investidores estrangeiros. Nessa região, a atratividade dos investimentos estimula e é estimulada pelo processo de estrangeirização de terras, que cresce e potencializa a des-territorialização de povos e comunidades tradicionais. Neste contexto, o objetivo deste trabalho é discutir o processo de estrangeirização de terras no Matopiba e analisar como ele influencia a des-territorialização dos povos da região. Busca-se compreender especialmente as implicações desse fenômeno sobre os conhecimentos agrícolas tradicionais dessas populações. Para alcançar esse objetivo, foi realizada uma revisão bibliográfica abrangente e desenvolvida uma tabela detalhando os conflitos por terra na região, o que permitiu quantificar parte da violência sofrida por essas comunidades. Adicionalmente, foram produzidos mapas que ilustram a presença estrangeira na região e identificam as áreas de tensão entre as terras estrangeirizadas e os territórios tradicionais, assentamentos, áreas de proteção ambiental, terras indígenas e territórios quilombolas. Além disso, com o intuito de investigar o impacto dos grandes empreendimentos sobre a vida e as práticas agrícolas dos povos, entrevistei diversas lideranças de povos e comunidades tradicionais nos estados do Piauí e do Maranhão. A partir da metodologia adotada, pude observar que o processo de estrangeirização de terras não cria nenhuma dinâmica nova de violência, mas potencializa violências históricas geradas pela atividade agropecuária, energética e mineral de larga escala nos territórios. Com isso, promove a des-territorialização das comunidades, gerando um rompimento geracional que coloca em xeque a transmissão dos conhecimentos e práticas agrícolas desses povos.

**Palavras-chaves:** estrangeirização de terras; des-territorialização; Matopiba; conhecimentos agrícolas; povos e comunidades tradicionais.

## ABSTRACT

SOOMA, João Vitor Luna. Land, power and territory in the expansion of the agricultural frontier: the impact of land grabbing and de-territorialization on peoples' agricultural knowledge in Matopiba. 2025. 161p. Dissertation (Master of Social Sciences in Development, Agriculture and Society). Institute of Human and Social Sciences, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2025.

In a context of exploding investment in activities related to the agricultural, energy and mineral sectors and the growth of the global land market, Matopiba was created as a territorial delimitation in Maranhão, Tocantins, Piauí and Bahia to serve the interests of Brazilian agribusiness and foreign investors. In this region, the attractiveness of investments stimulates and is stimulated by the process of land grabbing, which increases and enhances the de-territorialization of traditional peoples and communities. In this context, my aim is to discuss the process of land grabbing in Matopiba and analyze how it influences the de-territorialization of the region's peoples. In particular, it seeks to understand the implications of this phenomenon for the traditional agricultural knowledge of these populations. To achieve this goal, a comprehensive bibliographical review was carried out and a table was developed detailing land conflicts in the region, which made it possible to quantify some of the violence suffered by these communities. In addition, maps were produced illustrating the foreign presence in the region and identifying areas of tension between foreign lands and traditional territories, settlements, environmental protection areas, indigenous lands and quilombola territories. In addition, with the aim of investigating the impact of large-scale projects on the lives and agricultural practices of these peoples, I interviewed various leaders of traditional peoples and communities in the states of Piauí and Maranhão. Based on the methodology adopted, I was able to observe that the process of land grabbing does not create any new dynamics of violence, but rather potentiates historical violence generated by large-scale agricultural, energy and mineral activities in the territories. As a result, it promotes the de-territorialization of communities, generating a generational rupture that puts the transmission of these peoples' agricultural knowledge and practices at risk.

Keywords: land grabbing; de-territorialization; Matopiba; agricultural knowledge; traditional peoples and communities.

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ÄVWL – Ärzteversorgung Westfalen-Lippe

CAR – Cadastro Ambiental Rural

CODECA – Colonizadora De Carli

CPDA – Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

CPT – Comissão Pastoral da Terra

Embrapa – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FIAN – Food First Information and Action Network

Funai – Fundação Nacional dos Povos Indígenas

GEMAP – Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas

GITE – Grupo de Inteligência Territorial Estratégica

HMC – Harvard Management Company

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Incra – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

Interpi – Instituto de Terras do Piauí

LLC – *Limited Liability Companies*

MAPA – Ministério da Agricultura e Pecuária

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MMA – Ministério do Meio Ambiente

Polamazônia – Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia

Polocentro – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

Prodecir – Programa de Cooperação Japão-Brasil para o Desenvolvimento do Cerrado

Profir – Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação

Proterra – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste

Sicar – Sistema Cadastro Ambiental Rural

Sigef – Sistema de Gestão Fundiária

SNCR – Sistema de Gestão Fundiária

TIAA – Teachers Insurance and Annuity Association of America - College Retirement Equities Fund

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1:</b> Variação dos preços das terras em áreas selecionadas do Matopiba (de 2008 a 2017, em preços correntes).....	61
--	----

## LISTA DE IMAGENS

<b>IMAGEM 1:</b> Igarapé seco na comunidade Aldeia do Odino, Bacabal (MA) (2024).....	97
<b>IMAGEM 2:</b> Lagoa dentro do território da Comunidade Vão do Vico (2024).....	99
<b>IMAGEM 3:</b> Rio na comunidade Brejo do Miguel (2024) .....	102
<b>IMAGEM 4:</b> Água engarrafada retirada do rio na Comunidade Brejo do Miguel (2024)....	103
<b>IMAGEM 5:</b> Rio no sudoeste do Piauí após as chuvas levarem a lama das fazendas para o corpo hídrico (2024) .....	104
<b>IMAGEM 6:</b> Desmatamento na Comunidade Grinalda do Ouro, no município de Gilbués (PI) (2024) .....	116
<b>IMAGEM 7:</b> Tratores envolvidos no desmatamento na Comunidade Grinalda do Ouro (2024) .....	117
<b>IMAGEM 8:</b> Estrada que dá acesso a diversas comunidades, entre elas a Comunidade Brejo das Meninas e a Comunidade Barra da Lagoa, inundada (2024) .....	118
<b>IMAGEM 9:</b> Nuvem de poeira que vem das chapadas para os baixões (2024).....	119
<b>IMAGEM 10:</b> Roça de toco na Comunidade Vão do Vico (2024) .....	130
<b>IMAGEM 11:</b> Roça de toco na Comunidade Vão do Vico (2024) .....	130

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1:</b> Total de hectares sob controle de agentes estrangeiros nos estados do Matopiba (2024) .....	59
<b>TABELA 2:</b> Nacionalidade das empresas/fundos/proprietários no Matopiba (2024).....	63
<b>TABELA 3:</b> Número de empreendimentos estrangeiros no Matopiba, com divisão por estado e nacionalidade (2024).....	65
<b>TABELA 4:</b> Conflitos por terra no Matopiba (2024) .....	74

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1:</b> Exemplos de des-territorialização relativa e absoluta.....	92
<b>QUADRO 2:</b> Esquema que ilustra o avanço de pragas sobre território de comunidade após a ocupação do entorno por fazendas que usam veneno .....	108

## LISTA DE MAPAS

<b>MAPA 1:</b> Delimitação territorial do Matopiba (2010) .....	39
<b>MAPA 2:</b> Área plantada (em hectares) de soja por microrregião no Brasil (1973, 1983, 1993 2003, 2013 e 2023) .....	42
<b>MAPA 3:</b> Área plantada (em hectares) de algodão por microrregião no Brasil (1973, 1983, 1993 2003, 2013 e 2023) .....	43
<b>MAPA 4:</b> Área plantada (em hectares) de milho por microrregião no Brasil (1973, 1983, 1993 2003, 2013 e 2023) .....	44
<b>MAPA 5:</b> Área plantada (em hectares) de cana-de-açúcar por microrregião no Brasil (1973, 1983, 1993 2003, 2013 e 2023) .....	44
<b>MAPA 6:</b> Mapa da evolução da área plantada (em hectares) de soja entre 2015 e 2022 nas microrregiões do Matopiba, com destaque meu .....	45
<b>MAPA 7:</b> Mapa da evolução do desflorestamento (em km <sup>2</sup> ) entre 2015 e 2022 nas microrregiões do Matopiba, com destaque meu .....	46
<b>MAPA 8:</b> Mapa de terras indígenas, áreas protegidas, terras quilombolas e assentamentos no Matopiba (2015) .....	49
<b>MAPA 9:</b> Propriedades estrangeiras georreferenciadas na porção do estado do Piauí pertencente ao Matopiba (2024) .....	60
<b>MAPA 10:</b> Proximidade entre propriedades estrangeiras e áreas protegidas na porção do Piauí pertencente ao Matopiba (2024) .....	77
<b>MAPA 11:</b> Região próxima às comunidades Baixão Fechado e Barra da Lagoa (2024) .....	107
<b>MAPA 12:</b> Região próxima ao Território Melancias (nos municípios de Gilbués, Santa Filomena, Bom Jesus e Baixa Grande do Ribeiro), cercado por fazendas de empresas estrangeiras (2024) .....	110
<b>MAPA 13:</b> Região próxima à Comunidade Vão do Vico, colada com a Fazenda Parnaguá, da SLC Agrícola (2024) .....	113

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
<b>CAPÍTULO I – SOBRE A AGRICULTURA E O MATOPIBA: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO.....</b>	<b>27</b>
1.1 A <i>PLANTATION</i> COMO UM IMPERATIVO HISTÓRICO MODERNO .....	28
1.2 O CERRADO COMO UM “ESPAÇO VAZIO” .....	36
1.3 O MATOPIBA .....	38
<b>CAPÍTULO II – ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NO MATOPIBA.....</b>	<b>52</b>
2.1 ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS .....	53
2.2 ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NO MATOPIBA .....	58
2.3 IMPACTOS GERAIS DA ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NO MATOPIBA .....	73
<b>CAPÍTULO III – DES-TERRITORIALIZAÇÃO DOS POVOS DO MATOPIBA: PARA ALÉM DA EXPROPRIAÇÃO TERRITORIAL .....</b>	<b>82</b>
3.1 O CONCEITO DE DES-TERRITORIALIZAÇÃO.....	84
3.2. DES-TERRITORIALIZAÇÃO ABSOLUTA E RELATIVA, ALGUNS EXEMPLOS .....	90
3.3 A DES-TERRITORIALIZAÇÃO EM ALGUMAS COMUNIDADES NO PIAUÍ .....	106
<b>CAPÍTULO IV – CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NO MATOPIBA, TRANSFORMAÇÕES E AMEAÇAS AOS CONHECIMENTOS AGRÍCOLAS.....</b>	<b>125</b>
4.1 CONHECIMENTOS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS NO MATOPIBA .....	129
4.2 AMEAÇAS AOS CONHECIMENTOS AGRÍCOLAS TRADICIONAIS .....	133
<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>146</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>151</b>
<b>ANEXO I .....</b>	<b>158</b>
<b>ANEXO II.....</b>	<b>159</b>
<b>ANEXO III .....</b>	<b>160</b>
<b>ANEXO IV .....</b>	<b>161</b>

## INTRODUÇÃO

A primeira década do século XXI foi marcada pela intensificação do que foi chamado pelo Banco Mundial de corrida global por terras (Edelman, 2013; Flexor, Leite, 2017; Gomes, 2020; Grain, 2015; Sassen, 2013; Sauer, Borras Jr., 2016). Especialmente no Sul Global, diante de um contexto de crescimento do mercado de *commodities*, diversos investidores migraram para o setor primário da economia, estimulando um mercado de terras em escala mundial. No Brasil, esse mercado encontra um local em particular para a expansão do capital via compra ou arrendamento de terras: o Matopiba, acrônimo de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Esses quatro estados que compõem o território artificialmente criado são marcados por serem as mais recentes frentes de avanço da fronteira agrícola, definida como “[...] uma zona de expansão da agricultura, geralmente envolvendo o desmatamento e a remoção da vegetação nativa para dar lugar a plantações ou pastagens” (Cabral; Sauer e Shankland, 2023, p. 4). Tal conceito deve ser entendido em múltiplas dimensões: geográfica, econômico-produtiva, política, ambiental e sociocultural; já que é na fronteira agrícola onde estão os territórios afetados por mudanças no uso da terra causadas pela expansão da monocultura e pecuária – que é controlada por agentes externos cujo modo de produção destrói os ecossistemas e afeta a vida dos povos. Esse modo de produção tem seu avanço sustentado por termos como o do Banco Mundial, que cunha uma corrida global por terras fundada na ideia de que há territórios vazios a serem ocupados. Assim, com um discurso apoiado na necessidade de aumentar a produtividade em terras categorizadas como subutilizadas ou não utilizadas, o capital internacional enxerga os territórios como fronteiras a serem exploradas e expandidas.

No Matopiba, uma grande área de Cerrado se encontra com a Caatinga e a Amazônia em uma extensão territorial de 73 milhões de hectares que engloba 337 municípios com 5.901.789 habitantes (Embrapa, 2022). Diante do processo de expansão da fronteira agrícola rumo ao norte, a região foi delimitada em 2014 pelo Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), em um acordo de cooperação técnica celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para facilitar a elaboração de políticas públicas e investimentos público-privados voltados para a atuação do agronegócio e outros setores na região. Nesse contexto, o Decreto Federal nº 8.477/2015, de 6 de maio de 2015, instituiu o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do Matopiba.

Para além de uma delimitação territorial, a região é uma construção política baseada no

entendimento de que o Cerrado seria um espaço vazio a ser ocupado pela agricultura capitalista – definida como “[...] uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária [...] que] realiza uma estratégia econômica de capital financeiro, perseguindo o lucro e a renda da terra, sob patrocínio de políticas de Estado” (Delgado, 2012, p. 94) – e por outros setores como a mineração, energia, turismo e empresas que comprem terras para preservação, conservação ou proteção ambiental. Essa definição comporta um dos principais elementos que contribuíram para a criação do Matopiba: o Estado. Foi a ação do Estado, em especial do então Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), na época comandado por Kátia Abreu (Progressistas/TO), “[...] que negociou, a portas fechadas, junto a grandes empresários e investidores, a criação da Agência de Desenvolvimento do Matopiba” (Gomes, 2020, p. 214). A região, portanto, foi “[...] criada pelo e para o agronegócio, com a chancela e incentivos do Estado, para encarnar mais dos ciclos históricos de expansão da fronteira agrícola no país” (Gomes, 2020, p. 204). Tamanha investida estatal e incentivos para investimentos privados se traduz em dados expressivos sobre a agricultura na região:

Somente no intervalo de 2000 a 2018, as terras agrícolas quase dobraram, de 31,5 milhões de ha para 60 milhões de ha, um aumento de 91%. Com base em dados de Landsat, pesquisadores observam que entre 2000 e 2014 a área destinada a lavouras agroindustriais (soja, cana-de-açúcar, algodão, milho, arroz e trigo) no Brasil passou de 26 milhões de ha para 46,1 milhões de ha, com um crescimento de 79% (Furtado; Kato; Barros Jr., 2022, p. 32)

Nesse contexto, com a apropriação de recursos hídricos, áreas para fim de preservação ambiental e terras para especulação ou cultivo de *commodities*, o Matopiba se caracteriza, em larga medida, por ser uma região onde há um processo crescente de estrangeirização de terras. Diferente do *land grabbing*, que diz respeito ao processo de apropriação e controle de terras e recursos de forma mais ampla (Frederico; Gras, 2017), a estrangeirização de terras é caracterizada por inversões realizadas pelo capital internacional. Ela, portanto, é uma das dimensões do *land grabbing*, que envolve outros processos além da tomada de terra por estrangeiros. De acordo com Gomes (2020), a estrangeirização consiste na apropriação e controle de recursos territoriais e ecológicos por parte do capital internacional e seus atores, como líderes das cadeias globais das principais commodities, empresas de *private equity*, seguradoras, instituições bancárias e fundos de investimentos multiestratégia. Tal conceito, portanto, se refere não apenas à propriedade da terra e à nacionalidade do dono da terra, mas às relações de poder que envolvem o uso da terra e sua remuneração. Quando há na composição acionária de uma empresa atores estrangeiros (com participação majoritária ou minoritária) e quando essa empresa controla, decide o que vai ser feito e recebe o pagamento da renda

proveniente de um empreendimento<sup>1</sup>, há estrangeirização. Assim, trabalho com a estrangeirização a partir de uma definição multiescalar, já que ela envolve atores que atuam em escalas distintas, em temporalidades conflitantes e hierarquizadas (Frederico; Almeida, 2019) e com cadeias de negócios extensas e complexas. Utilizo essa definição pois ela permite o desvelamento da relação causal entre o processo de estrangeirização e des-territorialização.

A estrangeirização intensifica, em larga medida, os processos de des-territorialização dos povos da região – que, de forma simplificada, é “[...] o movimento pelo qual se abandona o território” (Haesbaert; Bruce, 2009, p. 8), com ou sem violência física, mas sempre de forma forçada. Os povos do Matopiba – comunidades tradicionais, camponeses, indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, sertanejos, ribeirinhos e comunidades de fundo e fecho de pasto – nesse sentido, são impactados em um duplo movimento de des-territorialização: relativo e absoluto (Deleuze; Guattari, 2021). Enquanto a des-territorialização relativa diz respeito ao abandono de territórios criados nas sociedades, como, por exemplo, o deslocamento de um grupo, a des-territorialização absoluta diz respeito ao campo do pensamento, da criação, ou seja, se dá quando novos encontros, novas funções e novos arranjos na sociedade demandam o rompimento com o território existente.

Há, portanto, consequências materiais e imateriais do processo de des-territorialização sobre os povos. Tendo em vista essas características da região, minha hipótese é de que o processo de estrangeirização das terras no Matopiba, ao contribuir com a des-territorialização dos povos e comunidades tradicionais, ameaça seus conhecimentos agrícolas, uma vez que eles perdem ou têm seu acesso à terra prejudicado. Sem a terra para cultivar, as gerações mais velhas não conseguem ou têm dificuldade de passar seus conhecimentos agrícolas para as gerações mais novas. A compreensão da relação entre os processos de estrangeirização e des-territorialização e o impacto gerado sobre os povos e seus conhecimentos deverá confirmar ou não essa hipótese.

Com o intuito de analisar o mais recente movimento articulado pelo capital financeiro internacional junto ao agronegócio brasileiro no Matopiba, utilizo o conceito de estrangeirização de terras formulado por Gomes (2020), que engloba as relações de poder

---

<sup>1</sup> “Empreendimento(s)” neste trabalho é qualquer propriedade (fazenda, usina de processamento, silo, sede de empresa, usina de geração de energia, entre outros) que exerce uma atividade ligada ao setor agropecuário, energético e mineral, ou é voltada para a especulação imobiliária, mercado de carbono, arrendamento ou trading. Se destacam então as propriedades que cultivam soja, cana-de-açúcar, algodão, café, milho ou frutas, que plantam árvores, que investem em usinas de açúcar, etanol ou biodiesel, que exercem atividade pecuária, que atuam no campo da especulação imobiliária, que fazem trading, que geram energia eólica, que produzem sementes, que produzem leite, que servem de armazenamento e que geram energia hidroelétrica, bioenergia ou energia termoeletrica.

presentes para além da simples compra de uma terra ou investimento estrangeiro. Além disso, trabalho com a ideia de des-territorialização formulada por Deleuze e Guattari (2021) e as interpretações de Haesbaert (1994; 1997; 2001; 2004) e Haesbaert e Bruce (2009) sobre esse conceito, que trazem um olhar voltado para a situação brasileira e como o conceito filosófico de Deleuze e Guattari pode ser abordado na geografia. Além disso, outros conceitos serão importantes para dar maior sustentação às discussões sobre estrangeirização e des-territorialização, como: “território”, a partir de Leff (2006); Haesbaert (1997, 2001, 2004) e Silva, 2009; “agronegócio”, na formulação de Delgado (2012); a ideia de *plantation* a partir de Tsing (2019), Welford (2021) e Ferdinand (2022); o conceito de monoculturas da mente, de Shiva (2003); além da reflexão sobre o processo de modernização da agricultura, trabalhada por Mendonça (2013).

Diante da interdisciplinar literatura sobre a região, selecionei cinco teses via banco de teses e dissertações da Capes que forneceram uma boa base para a realização da pesquisa. A tese “A formação de um novo mercado global de terras no Brasil: land grabbing e a ‘última fronteira agrícola’”, de Gomes (2020), traz, entre outras informações relevantes, um mapeamento inicial dos atores envolvidos no processo de estrangeirização de terras na região que é central para a produção desta pesquisa. De forma complementar, a tese “Apropriação global de terras (global *land grabbing*) e uso corporativo do território: verticalidades e horizontalidades no Matopiba”, de Spadotto (2023), foi construída a partir de um trabalho de campo no sul do Maranhão e no sudoeste do Piauí que busca compreender a influência da estrangeirização de terras na região. A tese de Coguetto (2019), intitulada “Território, finanças e *land grabbing*: tecnoesfera e psicoesfera na tentativa de transformação da terra agrícola em ativo financeiro e a expansão da fronteira agrícola brasileira”, por sua vez, consiste em uma análise da lógica territorial de atuação das empresas financeirizadas, demonstrando o papel ativo do espaço geográfico na construção da fluidez ou da resistência ao capital financeiro global. No que diz respeito aos conflitos na região, a tese de Jesus (2020), intitulada “A monopolização da renda da terra e os conflitos agrários na fronteira agrícola do Matopiba”, versa sobre os conflitos agrários e a violência no campo decorrentes das transformações espaciais motivadas pelo avanço do agronegócio no Matopiba. Por fim, a tese de Batista (2021), intitulada “Danos imateriais do agronegócio no modo de vida quilombola: caso da comunidade de Mumbuca-TO”, traz uma investigação sobre os danos imateriais dos modos de vida do quilombo Mumbuca no Tocantins. Assim, o trabalho de Batista promove reflexões que foram centrais para a construção da minha pesquisa, especialmente na análise sobre os

impactos da estrangeirização sobre os conhecimentos agrícolas dos povos do Matopiba.

Além das teses, tomo como base parte da vasta literatura sobre o processo de estrangeirização de terras como um todo e especialmente como o processo se dá no Matopiba. O volume de literatura nessa área de estudo me permite articular os conceitos necessários para compreender a relação entre os processos de estrangeirização, des-territorialização e perda de conhecimentos tradicionais, além de me fornecer o subsídio teórico para avançar em cada um dos fenômenos. Afinal, é necessário ter um domínio sobre a ideia de des-territorialização para compreender de fato seu impacto sobre os modos de vida dos povos des-territorializados. Além disso, ter amplo conhecimento sobre os processos de estrangeirização também é fundamental para compreender como o fenômeno contribui com a des-territorialização dos povos.

Sendo assim, divido os eixos temáticos de minha pesquisa em três grandes grupos teóricos: os estudos sobre estrangeirização, os estudos sobre des-territorialização e os estudos sobre conhecimentos tradicionais (ameaçados) e conflitos, três eixos que serão conceituados em seus respectivos capítulos, dedicados a cada um dos temas. Os estudos sobre estrangeirização<sup>2</sup> abordam o fenômeno a partir da formulação base de acumulação por espoliação (Harvey, 2005) e permitem compreender o fenômeno do *land grabbing* (e sua variante estrangeirização), para assim analisar como o processo ocorreu e ocorre no Matopiba. Já os estudos sobre des-territorialização<sup>3</sup> são fundamentais para entender como o conceito de Deleuze e Guattari pode ser aplicado à geografia e, assim, à análise de parte das consequências do processo de estrangeirização de terras para os povos do Matopiba. Por fim, os estudos sobre a ameaça aos conhecimentos tradicionais e conflitos<sup>4</sup> me forneceram o instrumental teórico e metodológico e as inspirações necessárias para que eu pudesse investigar os impactos da estrangeirização de terras sobre os povos e quais são as consequências da des-territorialização sobre seus conhecimentos agrícolas. É importante destacar que há alguns textos que dialogam com os temas de dois desses grupos. Há aqueles que abordam ao mesmo tempo a questão da estrangeirização e da des-territorialização – como o trabalho do Observatório do Matopiba

---

<sup>2</sup> (Boechat, Pitta, Toledo, 2019; Borrás, Franco, 2013; Chouquer, 2012; Coguetto, 2019; Cotula, 2012; Edelman, 2013; Flexor, Leite, 2017; FIAN, 2018; Garcia-Arias, 2021; Giraldo, 2015; Gomes, 2020; Grain, 2015; Hall, 2015; Kato et al., 2020; Luna, 2021; Mora, 2022; Perdigão, Sauer, 2017; Reydon, Fernandes, 2017; Sassen, 2013; Sauer, Borrás Jr., 2016; Sosa, Gras, 2020; Spadotto, 2023; Wolford et al., 2013)

<sup>3</sup> (Borrás, Franco, 2013; Coguetto, 2019; Deleuze, Guattari, 2010; Deleuze, Guattari, 2021; FIAN, 2018; Haesbaert, Bruce, 2009; Haesbaert, 2004, Haesbaert, 1994; Haesbaert, 1997; Haesbaert, 2001; Huertas Calvente, 2016; Lameiras, 2013; Silva, 2009; Pitta, Mendonça, 2015; Spadotto, 2023)

<sup>4</sup> (Arruda, Diegues, 2009; Batista, 2021; Favareto, 2019; Giraldo, 2015; Jesus, 2020; Lopes; Lima; Marques, 2004; Silva, 2009; Reis, 2010; Ribeiro, 2022; Spadotto, 2023)

(Sauer et al., 2021) e Favareto (2019) – e aqueles que abordam ao mesmo tempo a questão da des-territorialização e da ameaça aos conhecimentos tradicionais, como a tese de Batista (2021). A vasta literatura apresentada aponta a importância do objeto de pesquisa, central para compreender a dinâmica do capitalismo em sua relação com a terra no século XXI e como ela afeta as pessoas e seus territórios.

A bibliografia mobilizada forneceu uma base sólida para a realização desta pesquisa; entretanto, há uma lacuna central nos estudos sobre o tema que reside justamente nos trabalhos não relacionarem os três fenômenos: estrangeirização, des-territorialização e ameaça aos conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais. Há trabalhos que relacionam os dois primeiros, pesquisas que tratam apenas dos conflitos e textos que abordam apenas as transformações fundiárias na região. Mas não há um trabalho que articule os três fenômenos. Sendo assim, com minha pesquisa pretendo preencher uma lacuna que reside justamente em uma produção que articule esses três fenômenos. Minha pretensão, portanto, é que meu trabalho sirva de orientação teórica e metodológica para que outros pesquisadores possam analisar a relação entre os fenômenos (estrangeirização, des-territorialização e ameaça aos conhecimentos dos povos), independente do território estudado.

A partir dos temas estrangeirização de terras, des-territorialização dos povos e o impacto sobre os seus conhecimentos agrícolas – o objetivo geral desta pesquisa é analisar quais são as implicações do processo de estrangeirização de terras sobre os conhecimentos agrícolas dos povos do Matopiba. Com a compreensão de que o Matopiba é uma região onde há um forte processo de estrangeirização de terras, que é acompanhado por conflitos fundiários e socioambientais que envolvem os povos da região, e observando que esses grupos atingidos sofrem uma crescente des-territorialização – que limita ou impede seu acesso à terra e os impossibilita de pôr em prática e passar adiante seus conhecimentos agrícolas – investigo as implicações da des-territorialização via estrangeirização. Além da questão central na qual busco entender as implicações do processo de estrangeirização de terras sobre os conhecimentos agrícolas dos povos e comunidades tradicionais do Matopiba, como objetivo específico da pesquisa organizei um conjunto importante de informações (especialmente secundárias) a partir de várias bases de dados no sentido de amparar a análise central do estudo, constituindo adicionalmente dispositivos que permitiram uma melhor compreensão dos fenômenos, tais como: um mapa das propriedades estrangeiras na porção do Piauí pertencente ao Matopiba; um mapa que mostra a proximidade entre propriedades estrangeiras e territórios tradicionais, indígenas, quilombolas e áreas protegidas na mesma região; recortes desse mapa

de comunidades específicas relacionadas aos entrevistados (ANEXO IV) para esta pesquisa; e uma tabela sobre conflitos por terra no Matopiba, com base nos dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Esta pesquisa pode ser classificada como exploratória e explicativa (Gil, 2008), considerando que com ela busco compreender e explicar a relação e interação entre os processos de estrangeirização e des-territorialização e suas consequências para os conhecimentos agrícolas dos povos do Matopiba. Nela, conciliarei métodos qualitativos e quantitativos, pois acredito que a articulação dessas duas abordagens possibilita um entendimento mais embasado das dinâmicas em análise. Serão mobilizados, portanto, dados sobre a estrutura fundiária (IBGE, 2017), sobre o desmatamento no Cerrado (MapBiomass, 2024), sobre a dimensão das terras estrangeirizadas (Leite, 2022; e base de dados do Grupo de Estudos sobre Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas - GEMAP), sobre os conflitos no campo (CPT, 2024), sobre o avanço dos cultivos de cana, milho e algodão (GEMAP/CPDA/UFRRJ a partir de dados do IBGE - PAM/PPM), sobre as áreas de preservação e os territórios tradicionais (IBGE, 2015; e Interpi, 2024), sobre o desmatamento e cultivo de soja (Observatório do Matopiba, 2024) e sobre o preço da terra no Piauí (Informa Economics – IEG/FNP).

Como escolha metodológica, discuto a questão da estrangeirização de terras em todo o Matopiba, mas foco no Piauí para a elaboração dos mapas e discussão sobre a des-territorialização e os impactos sobre os povos. Esse recorte foi necessário por conta da extensão territorial da região, do tempo disponível para a pesquisa de mestrado e a diversidade e quantidade de povos no Matopiba. Assim, focar no Piauí – mesmo que tenha entrevistado também uma quebradeira de coco do Maranhão – é uma forma de garantir a exequibilidade da pesquisa. Essa escolha foi feita com base em dois fatores principais: o grande número de povos e comunidades tradicionais em áreas próximas a empreendimentos estrangeiros, que condicionou a escolha dos territórios estudados, e o alto nível de organização coletiva dos povos da região, sobre o qual discorrerei adiante. O estado é marcado pelo processo de grilagem e atuação de empresas e fundos como a Schneider Logemann Company (SLC) Agrícola, a Insolo, o Teachers Insurance and Annuity Association of America - College Retirement Equities Fund (TIAA) e a Harvard Management Company (HMC). É lá também onde ficam a fazenda Ludmila e Laranjeiras (hoje dividida em Laranjeiras, Limoeira, Frutal, Piqui, São Roberto e Santa Alexandra), da Radar/Tellus, envolvida em casos de grilagem promovidos pelo grileiro Euclides de Carli (Spadotto, 2023). O recorte temporal, por sua vez,

vai de 2020, data da última atualização dos dados GEMAP, a 2024, data da atualização que fiz das propriedades estrangeiras no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e das entrevistas que realizei. Parafraseando Leite (2022, p. 189), “[...] o que temos é um retrato, datado no tempo, da abrangência e complexidade do fenômeno da estrangeirização no Brasil”. Sendo assim, reforço o apontamento feito no Relatório Técnico-científico “Expansão do ‘agronegócio’, estrangeirização de terras e ação do Estado: problematizando as transformações no meio rural brasileiro” (Leite et al., 2022) sobre a necessidade de atualização constante desses dados.

Quanto ao procedimento, além do levantamento bibliográfico, tomei como base os dados do Relatório (Leite et al., 2022) e a base de dados do GEMAP<sup>5</sup> (atualizada em 2020), vinculado ao Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA), para identificar os investimentos estrangeiros e os atores envolvidos na estrangeirização de terras na região. Essa base inclui dados quantitativos que contribuem para a compreensão dos fenômenos em análise ao dimensionar a presença estrangeira no país e quem são os atores instalados nos territórios, com informações como nome dos empreendimentos, CNPJ das empresas e extensão em hectares das propriedades, por exemplo.

A fim de compreender ainda mais como esses processos se relacionam e entender de fato os impactos sobre os povos e comunidades tradicionais, realizei uma série de entrevistas virtuais semi-estruturadas<sup>6</sup> (Colognese; Melo, 1998) (Anexos I, II e III)<sup>7</sup> com diversos atores que estão envolvidos com os territórios de atuação das empresas estrangeiras no Matopiba: dois agentes de uma organização de base do campo agrário, dois pesquisadores e quatro lideranças de povos do sudoeste do Piauí e do Maranhão (uma ribeirinha brejeira, um camponês, uma indígena Akroá Gamela e uma quebradeira de coco babaçu). A escolha por esse espectro de atores sociais do território se deu pela necessidade de entender as transformações geradas pela estrangeirização para os impactados. Sendo assim, era necessário ouvir aqueles que sofrem com a des-territorialização ou a acompanham de perto. Diante de um contratempo financeiro para a realização de um trabalho de campo, tive o desafio de tentar

---

<sup>5</sup>A base de dados do GEMAP foi elaborada no âmbito do projeto “Expansão do ‘agronegócio’, estrangeirização de terras e ação do Estado: problematizando as transformações no meio rural brasileiro”, apoiado pelo CNPq. Na data da publicação deste trabalho ela não está disponível para consulta pública e o acesso foi concedido a mim na condição de membro do GEMAP.

<sup>6</sup> Os roteiros de entrevista estão anexados ao final do documento (ANEXO I; ANEXO II; e ANEXO III)

<sup>7</sup> Optei por não divulgar na íntegra o conteúdo das entrevistas para garantir o controle sobre falas sensíveis, com informações pessoais e de trajetória, que seriam publicadas e colocariam em risco os entrevistados

contornar metodologicamente essa questão, reconhecendo as limitações da pesquisa. Assim, entendendo que era imprescindível para a realização do trabalho a entrevista aos atores do território (mesmo sem uma ida à campo), realizei as entrevistas virtualmente, via plataforma Google Meet. Entrevistar esses atores me forneceu uma série de depoimentos sobre a região e como se dão as dinâmicas envolvendo empresas estrangeiras e comunidades tradicionais. É uma forma, portanto, de ter um olhar mais territorializado sobre os fenômenos em análise. As entrevistas têm o intuito de investigar as consequências dos processos de des-territorialização potencializados pela atuação das empresas estrangeiras para a manutenção das práticas agrícolas dos habitantes. Elas permitiram um olhar mais aprofundado no que diz respeito à interação entre os atores, tendo a questão da agricultura como fio condutor. Assim, fiz perguntas sobre a relação dos moradores com a agricultura e com o território, bem como sobre as transformações que se sucederam à chegada dos investimentos estrangeiros, que me auxiliarão na busca por respostas para a relação entre os três fenômenos.

Para reunir os dados mais recentes da Comissão Pastoral da Terra sobre conflitos territoriais na região do Matopiba, como exercício metodológico de organização desses dados, elaborei uma tabela (Tabela 4) com base no Relatório Conflitos no Campo (CPT, 2024, p. 37-104), um dos produtos dessa dissertação. A partir da elaboração dessa tabela, ao eliminar as sobreposições, pude quantificar o número de conflitos por terra registrados na região pela CPT, quantas famílias foram atingidas e mensurar a proporção de conflitos no que diz respeito à variedade dos povos que habitam o Matopiba.

Por fim, para a construção do mapa de terras estrangeirizadas no Piauí<sup>8</sup> e do mapa que mostra a proximidade entre propriedades ligadas ao capital internacional e terras indígenas, áreas quilombolas, unidades de conservação, assentamentos da reforma agrária e territórios de povos e comunidades tradicionais – organizei parte da base de dados do GEMAP, filtrando apenas os dados sobre municípios do Matopiba. Após a organização dos dados, fiz o download do arquivo shape das propriedades no Sicar e no Sigef. A partir do Mapa 10, estabeleci recortes de algumas comunidades para elaborar os mapas 11, 12 e 13. É importante destacar a limitação desses dados no que diz respeito tanto às áreas demarcadas e terras destinadas, quanto às propriedades rurais. Diversos povos e comunidades tradicionais não têm seus territórios demarcados ou destinados, sendo assim, não seriam contemplados nesse mapa mesmo que

---

<sup>8</sup> Apontei possíveis áreas de conflito para que eu ou outros pesquisadores possam investigá-los, via bibliografia ou campo. Apontando as zonas de tensão (proximidade entre propriedades estrangeirizadas e territórios de povos) na região do Matopiba, mapeei os locais nos quais os conhecimentos tradicionais podem estar ameaçados.

possam estar sofrendo processos de des-territorialização. Ao focar nas terras já reconhecidas, aquelas que estão em processo de reconhecimento ou redistribuição não foram contempladas no mapa por uma questão de não serem terras georreferenciadas. Do outro lado, pode haver propriedades ligadas a grupos estrangeiros que não estão registradas ou sequer mapeadas como tal. Além disso, é necessário também destacar a volatilidade do mercado de terras e como as propriedades ligadas a grupos estrangeiros dentro do recorte temporal adotado podem, em um curto espaço de tempo, ser vendidas. Como o SNCR é um sistema cadastral baseado em declarações, informações falsas também podem ser fornecidas. Os casos de fraude, nesse sentido, não são raros, como aponta Figueiredo (2024).

A partir dessas escolhas metodológicas, acredito que meu trabalho possa servir como lente para futuras análises e investigações acerca das consequências dos processos de estrangeirização e des-territorialização dos povos do Matopiba. Ou seja, não busco construir uma análise última sobre o que acontece com o conhecimento de todos os povos do Matopiba quando sofrem com o processo de des-territorialização, mas apresentar possibilidades e um método de investigação que permita que outros, quando se perguntarem as mesmas perguntas que me levaram à esta pesquisa, possam construir trabalhos sólidos a partir das análises e metodologias adotadas neste trabalho.

No que diz respeito à organização do texto, no primeiro capítulo discorro sobre alguns fundamentos teóricos que antecedem a discussão sobre estrangeirização, des-territorialização e conhecimentos tradicionais, como a ideia de *plantation* e a agricultura capitalista. Além disso, trago alguns elementos centrais sobre a região do Matopiba, incluindo o mapa de áreas protegidas, que contribuem para a compreensão do fenômeno da estrangeirização de terras na região. No segundo capítulo, por sua vez, discorro sobre o processo de estrangeirização de terras, principalmente no Matopiba, com uma revisão bibliográfica sobre os temas que me permitiram conceituar a estrangeirização e compreender o impacto desse processo sobre os territórios. Nele, apresento o mapa de propriedades estrangeiras na região. Já no terceiro capítulo, avancei na dimensão da des-territorialização a partir da interpretação de Haesbaert (2004) e Haesbaert e Bruce (2009) do conceito de Deleuze e Guattari (2021) e discorri sobre o mapa que aponta as zonas de tensão entre propriedades estrangeiras e os territórios dos povos. Além disso, apresentei a tabela sobre os conflitos por terra no Matopiba, que dimensiona parte dos impactos relatados nas entrevistas. O intuito dos capítulos II e III é explicar o que são ambos os conceitos (estrangeirização e des-territorialização), evidenciar sua relação causal e mostrar – com dados e relatos – como esse processo se dá no Matopiba.

No quarto capítulo, por fim, debato a ideia de conhecimentos tradicionais e conhecimentos agrícolas tradicionais: o que são, o que significa ser tradicional e qual a relação entre a tradição e as novas tecnologias apropriadas por esses povos. Além disso, trago alguns exemplos de formas tradicionais de cultivo e alguns casos em que os conhecimentos agrícolas podem estar sendo ameaçados pelo avanço de empresas estrangeiras ou empreendimentos ligados ao capital internacional. Por fim, relato também os depoimentos dos atores entrevistados, que mostram a relação causal entre os fenômenos da estrangeirização, des-territorialização e ameaça aos conhecimentos tradicionais.

## **CAPÍTULO I – SOBRE A AGRICULTURA E O MATOPIBA: fundamentos teóricos e características do território**

Em um trabalho sobre agricultura e o Matopiba é importante deixar claro que há variadas formas do fazer agrícola, com diferentes cultivos de grupos socioprodutivos que estão há mais ou menos tempo no território. Dos povos indígenas até as empresas transnacionais, passando pelos agricultores que migraram do sul do país, entre outros povos e comunidades, há formas diversas do que é a agricultura na região. As práticas estabelecidas, os insumos utilizados, os regimes de trabalho, são apenas alguns dos fatores que diferem as formas de se cultivar, com mais ou menos impacto ambiental, com maior ou menor exploração da mão de obra etc.

Podemos e devemos, portanto, diferenciar duas categorias de agricultura que, de forma generalizada, representam as práticas produtivas territoriais: a agricultura capitalista e a agricultura tradicional. De forma muito simplificada, a agricultura capitalista é aquela que passa por uma integração técnica com a indústria e “[...] se guia por um circuito de uma economia monetária da produção, onde o sentido de intercâmbio segue a direção dinheiro-mercadoria-dinheiro” (Delgado, 2012, p. 24). Nela, há uma forte dependência do sistema financeiro, já que os bancos passam a atender as demandas crescentes de crédito. O agronegócio (agente abstrato que neste trabalho é usado como substantivo para as empresas que praticam a agricultura capitalista) é então caracterizado como a

[...] associação do grande capital agroindustrial e financeiro com a grande propriedade fundiária, perseguindo um projeto de expansão agrícola e territorial (lucro + renda da terra), de caráter fortemente excludente: dos índios, da reforma agrária, da força de trabalho não qualificada, do meio ambiente protegido, da função social da propriedade fundiária etc (Delgado, 2019. p. 269).

Por outro lado, a agricultura tradicional “[...] é governada por um sentido de intercâmbio do tipo mercadoria-dinheiro-mercadoria” (Delgado, 2012, p. 24), com elevada parcela de produção para consumo dentro do próprio estabelecimento, trabalho predominantemente familiar, poucos insumos não agrícolas na produção e uma inserção no sistema de crédito geralmente periférica. Além desses aspectos, há diferenças relevantes no que diz respeito ao impacto ambiental produzido por essas diferentes formas de agricultura, sendo o agronegócio o setor responsável por mais de 70% das emissões brasileiras de gases do efeito estufa, incluindo o desmatamento promovido pelo setor (SEEG, 2023).

A agricultura capitalista, promovida pelo agronegócio, é também extremamente dependente do capital industrial, pois “[...] o processo de expansão do capital no campo favorece setores industriais, caracterizados pelo monopólio de empresas transnacionais, por meio da implantação de um modelo altamente dependente de insumos químicos e máquinas agrícolas” (Mendonça, 2013, p. 34). Esses setores se completam e aumentam sua interdependência.

Tais diferenças básicas dão conta de apontar brevemente como a expansão do capital no campo impõe aos territórios novas formas de cultivo que trarão também novas consequências para esses territórios, sobre as quais discorrerei ao longo deste trabalho. Todavia, antes de avançar para as consequências da ofensiva capitalista é importante entender as bases que sustentam o agronegócio não apenas economicamente, mas também historicamente e ontologicamente. Trabalho, portanto, a ideia da *plantation* como um imperativo histórico para além de um modo de produção. Posteriormente, discorrerei mais sobre o entendimento do Cerrado como um “espaço vazio” e finalizarei o capítulo com alguns dados e outras informações que caracterizam o Matopiba, como dados agrícolas, agrários, socioeconômicos e territoriais.

### **1.1 A *plantation* como um imperativo histórico moderno**

O processo de colonização do Brasil toma como base o monopólio da propriedade e do território pelo reino de Portugal<sup>9</sup> e estabelece na colônia uma forma de organizar a produção agrícola chamada *plantation*. São grandes fazendas, de área contínua, que, a partir de simplificações ecológicas e disciplinarização das plantas, praticavam monocultura destinada à exportação com uso de mão-de-obra escrava (Stédile, 2011; Mitman; Haraway; Tsing, 2019). Para além dessa forma colonial de organizar a produção, a *plantation* é um dispositivo<sup>10</sup>, um imperativo histórico, um modo de expansão, produção e dominação capitalista que deu origem ao mundo como o conhecemos hoje (Wolford, 2021). Ela dita a

---

<sup>9</sup> A Lei das Sesmarias, tratou a “descoberta” como base para uma reivindicação legítima da terra e permitiu que grandes extensões territoriais fossem controladas por famílias isoladas, em uma mentalidade feudal que combina propriedade, política e a posse forçada (Wolford, 2021)

<sup>10</sup> Autores como Mitman, Haraway e Tsing (2019), Tsing (2019), Haraway (2021), Wolford (2021) e Chao (2022) trabalham com a noção de *plantationoceno*, que entende a *plantation* como um imperativo que apresenta continuidades históricas entre a agricultura colonial e a agricultura moderna capitalista. Entre essas continuidades, se destacam a exploração ecológica, social e epistemológica, violências que estruturam a modernidade a partir da lógica da monocultura e exploração da mão de obra que alicerçam a produção capitalista moderna. Há, então, a persistência histórica de um *modus operandi* instituído pela *plantation* colonial na agricultura contemporânea.

organização religiosa, política e administrativa do território com o intuito de fazer das colônias terras de monocultura extensiva para abastecer o continente europeu (Ferdinand, 2022). Essa organização da produção agrícola e da vida desempenhou um papel dominante na estruturação da modernidade e é marcada por uma expansão com base na dizimação de povos e plantas, instalação de infraestrutura nas terras desmatadas e importação de pessoas e culturas estrangeiras, como apontam Tsing (2019) e Wolford (2021). Para tal, era central o uso do trabalho forçado, com mão de obra escravizada, haja vista que, se possível, os trabalhadores escapariam da *plantation*:

*It is a system that depends on forced human labor of some kind because if labor can escape, it will escape the plantation. The plantation system requires either genocide or removal or some mode of captivity and replacement of a local labor force by coerced labor from outside, either through various forms of indenture, unequal contract, or out-and-out slavery. The plantation really depends on very intense forms of labor slavery, including also machine labor slavery, a building of machines for exploitation and extraction of earthlings. I think it is also important to include the forced labor of nonhumans — plants, animals, and microbes — in our thinking (Mitman; Haraway; Tsing, 2019, p. 6)*

É com base nessa organização, repaginada, mas conservando suas características fundamentais, que se estrutura a produção agropecuária capitalista brasileira. Alicerçada sobre estruturas poderosas – como o monopólio da terra, que provê para as oligarquias sua capacidade de acumulação de capital e influência política e econômica – a instituição da *plantation* sustentou uma elite; perpetuou um dualismo entre centro e periferia intra e interpaíses; organizou uma força de trabalho altamente racializada<sup>11</sup> no mundo; moldou a cultura consumista e as normas culturais que regem nossa vida moderna. Isso, por sua vez, permitiu a ascensão e formação política do agronegócio (Wolford, 2021), que atualiza suas técnicas, se industrializa e incorpora novas formas de acumulação.

Vinculada ao trabalho escravo e à monocultura, a *plantation* pode, já no século XVI, ser considerada um complexo agroindustrial, tendo em vista que reúne a lavoura da cana e sua transformação em um produto industrial, o açúcar, sendo “[...] a raiz do poder hegemônico do senhor plantacionista sobre a Colônia” (Moreira, 2018, p. 63). Além disso, a *plantation* colonial visa um mercado exterior ao território brasileiro, sem constituir “[...] uma base econômica sólida e orgânica, isto é, a exploração racional e coerente dos recursos do território

---

<sup>11</sup> Na sociedade moderna, o racismo estrutura as relações sociais e laborais de forma que certas características étnicas são associadas a tipos específicos de trabalho de forma desigual, hierárquica e discriminatória (Gonzalez, 2019).

para a satisfação das necessidades materiais da população que nela habita” (Prado Jr., 2011, p. 75). A cana-de-açúcar é um experimento de sucesso que gerou grandes lucros para a Europa sem que os efeitos deletérios da *plantation* recaíssem sobre os europeus. A partir do sucesso desse experimento era possível replicá-lo por todo o Sul Global (Tsing, 2019).

Os cultivos, assim, serviam ao mercado internacional de forma semelhante ao que acontece hoje na “corrida global por terras”, com a agricultura capitalista reforçando um padrão de agropecuária voltado para a exportação de grãos e carne, beneficiando especialmente as empresas transnacionais. Isso acompanhou uma exploração, des-territorialização e massacre promovidos pelos colonizadores sobre os povos originários. Entretanto, não é apenas a morte dos indivíduos que assolou os nativos do continente, mas também uma violência cultural, linguística e socioeconômica, que dificulta ou mesmo impede a manutenção dos modos de ser e estar no mundo desses povos e comunidades. A *plantation*, ao mesmo tempo que mantinha os trabalhadores escravizados confinados ao espaço da plantação, os tornavam sem lugar, deslocando os corpos racializados de suas terras, comunidades e histórias. “*In the time of the plantation and beyond, social relations are sustained as much by bonds of coercion and loyalty as by visions of efficiency and control*” (Wolford, 2021, p. 1626). Com isso, ao des-territorializá-los, os reterritorializava enquanto pertencentes a um engenho e seu dono. Essa relação se manteve nos canaviais para além do período colonial, pois: “não existe morador em geral, mas apenas morador de tal ou qual engenho. Ninguém se define apenas como morador (como se define como trabalhador rural ou camponês), mas sempre como morador de um engenho singular” (Palmeira, 1977, p. 204). Há, portanto, uma herança da *plantation* no que diz respeito ao laço do morador<sup>12</sup>/trabalhador com o proprietário que exemplifica bem a ideia de que ela é mais que um modo de produção, é uma categoria que organiza a sociedade.

A experiência da *plantation* foi para os europeus não apenas uma forma de cultivo, mas a base sobre a qual se construiu o mundo, com a elaboração de sistemas de domínio nos quais potenciais trabalhadores e recursos naturais deveriam ser administrados com a firmeza necessária para que tocassem projetos econômicos escaláveis. Assim, os grandes projetos que marcaram o “progresso” capitalista dos últimos séculos se basearam no legado da *plantation* para fazer a escalabilidade funcionar nos negócios, nos governos e na tecnologia (Tsing, 2019). É a fórmula da *plantation* colonial que molda a modernidade, como destaca Tsing

---

<sup>12</sup> Categoria utilizada por Palmeira (1977) – que versa sobre a ordem social construída a partir da *plantation* canavieira – para se referir àqueles que trabalhavam e moravam no engenho de cana-de-açúcar.

(2019, p. 186):

Mesmo agora, vemos um traço da *plantation* em condições que consideramos modernas. A modernidade é, entre outras coisas, o triunfo da destreza técnica sobre a natureza. Este triunfo requer que a natureza seja limpa de relações sociais transformadoras; caso contrário, esta não poderia ser a matéria-prima da *techne*. A *plantation* mostra como é preciso criar *terra nullis*, a natureza sem reivindicações emaranhadas. Os emaranhamentos nativos, humanos e não humanos, devem ser extintos; refazer a paisagem é uma maneira de se livrar deles. Então, trabalhadores e plantas exóticas (ou outros elementos do projeto) podem ser trazidos, projetados para alienação e controle: *nonsoels*. Tanto o trabalho quanto a natureza estão próximos de serem autossuficientes e intercambiáveis em relação ao projeto desenhado sob essas condições e, portanto, o projeto está pronto para expansão

A agricultura colonial, portanto, forma as bases sobre as quais o agronegócio nasce e se sustenta e molda as condições de possibilidade para a maioria dos produtores, quer eles participem, resistam ou rejeitem (Wolford, 2021). Para além disso, ela é constituída pelos complexos agroindustriais que criam no país uma série de relações de poder fundamentais para a formação política do agronegócio, sendo “a base do regime de acumulação colonial” (Moreira, 2018, p. 57).

Destaco que a agricultura colonial e a agricultura capitalista de hoje não são compostas pelos mesmos atores nem possuem exatamente a mesma estrutura. Todavia, é importante apontar que há uma certa continuidade entre elas, evidenciadas pela produção de grãos como trigo, milho e soja, a produção de algodão e a produção de derivados da cana-de-açúcar, por mais que haja a introdução de novas tecnologias, relações de trabalho, elementos produtivos e financeiros que não existiam nos séculos passados (Wolford, 2021). A título de organização, dentre as semelhanças entre a *plantation* colonial e as formas produtivas do agronegócio (ou a *plantation* da atualidade) se destacam a monocultura de larga escala, com vasta destruição ambiental, a orientação da produção para a exportação e o uso (não raras as vezes) de mão-de-obra em regimes forçados e análogos à escravidão.

Por mais que hoje na agricultura capitalista exista também trabalho remunerado, não são apenas os regimes análogos à escravidão que podem ser enquadrados como trabalho forçado. Mesmo no trabalho assalariado há uma racialização e um disciplinamento do trabalho humano que reduz os graus de liberdade do trabalhador para fazer apenas o necessário para a produção. É evidente que isso não pode ser posto como equivalente à escravidão, mas é também trabalho forçado. Além do aspecto físico, há um ataque à liberdade quando é a *plantation* que passa a determinar modos de vida, práticas de culturas alimentares, futuro dos

seus filhos (onde e com que idade vão trabalhar), local de moradia etc. Essas práticas, para além da escravidão propriamente dita, são heranças da *plantation* que se mantêm nos dias de hoje e configuram o trabalho forçado (Mitman, Haraway, Tsing, 2019). Há também casos que não configuram nem trabalho assalariado nem escravidão hereditária, como o de trabalhadores autônomos, mas que estão submetidos a uma lógica que dita o que eles devem fazer, como eles devem fazer e quando eles devem fazer. Nesses casos,

*This is not hereditary slavery nor is it wage labor. It's independent contract labor. But I think it is a system of radical reduction of the possibility of what Marx might call vital labor. It's the elimination of vital labor or the radical reduction of vital labor. And this disordering and blasting of vital labor is a multispecies affair (Mitman; Haraway; Tsing, 2019, p. 8)*

A redução do trabalho vital é também fruto de um regime de disciplina e alienação, duas heranças da *plantation* colonial que fundaram o modo de produção capitalista. Além desses dois aspectos, o capitalismo herda também o deslocamento e a desapropriação de pessoas, como quando há uma migração de trabalhadores para um complexo industrial, agroindustrial ou uma lavoura, ao passo em que povos e comunidades que habitavam aquele espaço são solicitados e forçados a abandonar o local (Mitman; Haraway; Tsing, 2019). Isso é herança colonial. Foi estabelecido no sistema de *plantation* e herdado pelo capitalismo. São semelhanças que denotam como há um dispositivo, um imperativo posto pela *plantation* que segue até os dias de hoje.

Em contraponto, uma diferença importante entre a *plantation* e a agricultura capitalista reside no produto gerado pela atividade agrícola em larga escala: hoje não é mais o cultivo e a venda da produção o principal produto do agronegócio. De acordo com Mendonça (2013, p. 34),

[...] o produto do agronegócio não seria, por exemplo, soja, gado, cana-de-açúcar, laranja ou eucalipto, mas sim apropriação de capital, seja na forma financeira, através de dívidas, ou da extensão da fronteira agrícola no sentido de apropriar forças produtivas naturais monopolizáveis como terra, água e biodiversidade

Conservando a essência secular da agroexportação, o agronegócio apresenta ainda uma série de características comuns à *plantation* colonial. Entretanto, os movimentos mais recentes da agricultura capitalista, de corrida global por terras em um contexto de financeirização da

agricultura, apontam para uma “transformação”<sup>13</sup> importante no capitalismo global, na qual empresas estrangeiras passam a investir cada vez mais na compra de terras em países do Sul Global (Flexor; Leite, 2017). Essa “transformação”, sobre a qual discorrerei no segundo capítulo, tem destaque no século XXI e contribui para a explosão de casos de captura de grandes áreas por empresas multinacionais em diversas regiões do mundo. Esse processo de modernização acirra os conflitos e as contradições entre modelos opostos de desenvolvimento agrário que disputam o território de forma violenta, aumentando a des-territorialização das populações afetadas. Todavia, essa des-territorialização não é apenas física, no sentido de que pessoas estão sendo retiradas da terra, mas também no campo imaterial, com a terra sendo retirada das pessoas.

O dispositivo da *plantation* intrínseco às empresas atuantes nos processos de estrangeirização – apropriação e controle de recursos territoriais e ecológicos por parte do capital internacional estrangeiro e seus atores – retira a terra das pessoas na medida em que, ao criar um padrão de agricultura e o impor aos territórios, não abre espaço para formas alternativas de organizar a produção e a vida e, assim, retira daqueles povos e comunidades territorializados a sua relação com a terra. Assim, após instituída a agricultura capitalista e operado o dispositivo *plantation*, com o tempo as comunidades assimilam a forma *plantation*, seja se tornando mão-de-obra nas lavouras, seja por incapacidade de dar continuidade à sua atividade agropecuária por conta da ocupação do agronegócio. Como destaca Wolford (2021, p. 1628), “[...] *class, gender, and racial divisions were not invented for the plantation but in many ways they were perfected there — strict hierarchies were laid down, justified, and often internalized*”.

A *plantation*, portanto, é mais que uma forma de cultivo. É um dispositivo que atua também no plano do saber, mental, fortalecendo uma monocultura de mentes, como diz Shiva (2003). Sendo assim, é peça central para os processos de des-territorialização. Sendo o *modus operandi* de cultivo e de saber da agricultura capitalista global, o dispositivo *plantation* é parte fundamental na promoção dos movimentos de des-territorialização oriundos da estrangeirização de terras. Com isso, a *plantation* sustenta a atuação da agricultura capitalista global e, da mesma maneira que pasteuriza o cultivo, pasteuriza o conhecimento agrícola conferindo legitimidade ao moderno e deslegitimando tudo aquilo que não faz parte da lógica

---

<sup>13</sup> Utilizo “transformação” entre aspas tendo em vista que, como dito anteriormente, o investimento estrangeiro em terras do Sul Global é um processo secular iniciado com a colonização, não novo, apesar da incorporação de novas técnicas e meios de dominação, em um mundo financeirizado.

moderna, ocidental e capitalista. Assim, o dispositivo da *plantation* atua na des-territorialização dos povos, ao deslegitimar suas práticas em detrimento de uma lógica moderna tida como superior.

Para além da forma de cultivo histórica, a *plantation* se torna o principal modo de se habitar o planeta, reduzindo o mundo a um mercado de recursos consumíveis e subjugando todos às técnicas de transformação da Terra em recursos por meio da imposição mundial de um sistema que, para além das trocas comerciais,

[...] dita a orientação das instituições públicas, das universidades, dos serviços estatais e até mesmo o gosto dos consumidores, como mostrou Sidney Mintz, ou seja, comanda as maneiras de viver junto e de habitar a Terra. Disso resulta uma estética da repetição, uma uniformização das plantas, das maneiras de consumir, de se vestir e de pensar o mundo (Ferdinand, 2022, p. 35)

Esse sistema, por sua vez, é marca da colonialidade, cuja lógica se refere a um padrão de poder colonial que persiste em uma ex-colônia, como o Brasil, mesmo após o fim formal do vínculo com a metrópole. De acordo com Arias (2010, p. 80), a colonialidade é uma:

[...] *matriz colonial-imperial de poder que opera con el objetivo de lograr el control absoluto de la vida, de lo político, de lo económico, de la naturaleza, de la espiritualidad y de la cultura, pero, sobre todo, con el fin de controlar los saberes, las subjetividades, los imaginarios y los cuerpos, así como las afectividades.*

Tal definição mostra como não houve uma transformação profunda no que diz respeito às relações de poder presentes na colônia, principalmente acerca do domínio sociocultural dos colonos sobre as populações tradicionais, que tiveram (e têm até hoje) seus saberes negados e deslegitimados, como aponta Fernández (2019, p. 460):

No curso desse processo [colonização], indígenas e africanos (e seus descendentes) foram relegados a uma condição de insuficiência ontológica, onde o reconhecimento, quando existente, era sempre precário e incompleto.

A negação dos saberes tradicionais é parte constituinte fundamental do dispositivo da *plantation*, que nega conhecimentos tradicionais em nome de uma suposta superioridade técnica e epistemológica da ciência moderna/capitalista (De la Cadena, 2015), que incorpora ao processo produtivo técnicas, instrumentos e insumos nocivos aos povos e ao meio ambiente. Para atingir a finalidade esperada pelo agronegócio, a constituição da *plantation* é fundamental não apenas como modo de produção, mas como mecanismo de supressão de alternativas ao modelo de produção e de vida estabelecidos pelo capitalismo global. Reduzir, portanto,

conhecimentos alternativos a conhecimentos inferiores, ou mesmo retirar deles a condição de “conhecimento”, é central para que o capital possa garantir sua acumulação e manutenção de poder.

Essa ideia da *plantation* para além do modo de produção, ou reprodução física, é de certa forma tratada por Shiva (2003) por meio da ideia de “monoculturas da mente”, a partir da qual podemos traçar paralelos importantes com a des-territorialização relativa de Deleuze e Guattari (2021). De acordo com a autora, a monocultura começa na mente antes de atingir o solo. Isso se dá por conta da existência de um sistema que se coloca como superior epistemológica e culturalmente e que imprime sua ontologia sobre outras sociedades, inclusive por meio da violência física. Shiva (2003) destaca que o Ocidente se tornou hegemônico cultural e epistemologicamente e, com isso, se colocou como a única forma possível de ser e entender o mundo, invalidando outras epistemologias e principalmente ontologias. Tais alternativas são subjugadas por políticas de eliminação que, por meio de muitos processos e em diferentes escalas, substituem o saber local pelo saber ocidental hegemônico. Esse saber hegemônico, por sua vez, passa a ser considerado um saber universal, acima de qualquer tradição local ou regional. Valores universais, ideais modernos baseados na universalidade e tudo que passa por cima da diferença e pasteuriza os diferentes grupos sociais enquanto uma só humanidade contribui com a dominação e com os processos de des-territorialização, ao conferir mais valor ao ocidental em relação ao local, tornando o não-moderno inferior e, assim, não digno de existência.

O dispositivo da *plantation* atua nesse sentido, de pasteurização, de monocultura, de homogeneização de culturas e ideias (Ferdinand, 2019), de subjugar o que não é moderno, estabelecendo uma estrutura social inerentemente carregada de poder que é vista em todos os sistemas econômicos modernos (Wolford, 2021). Como aponta Chao (2022, p. 364),

*Plantation logic shapes not just the “nature” of the world but also how the dominant Western “we” represents it through its concepts and theories. Yet the multiscalar transposability of theory can obscure the situated, fleshly specificity of morethan-human encounters in all their incommensurable interdependence, violence, and ambivalence. As material formation and conceptual analytic, the plantation calls for ways of living, thinking, and representing that eschew assumptions of mastery and control in and of the world*

É uma forma de ser e estar no mundo que substitui uma variedade de epistemologias e ontologias por valores universais que supostamente dizem respeito a toda a humanidade. Além disso, a *plantation* interrompe radicalmente a possibilidade de se cuidar das gerações futuras

ao romper o vínculo com o lugar. A capacidade de amar e cuidar do lugar é incompatível com a lógica da *plantation* porque há a substituição dos povos, culturas, indivíduos humanos e não humanos, o estabelecimento do trabalho forçado, a destruição da terra, entre outros elementos que desorganizam a lógica do cuidado e do vínculo com o território (Mitman; Haraway; Tsing, 2019).

Assim, a *plantation* age tanto no plano material – de ocupação de terras que antes serviam a várias formas diferentes de se fazer agricultura e agora passam a integrar uma agricultura capitalista monocultural voltada para a exportação – quanto no plano do conhecimento, do saber e do modo de ser no e com o mundo. Nesse sentido, quando aumenta a corrida global por terras e, com isso, o capital, estrangeiro e nacional, passa a ocupar territórios antes ocupados por grupos que possuem ontologias e epistemologias alternativas à ocidental, há um choque que pode resultar no apagamento dos conhecimentos que são suprimidos pela *plantation*.

## 1.2 O Cerrado como um “espaço vazio”

É a lógica dos valores universais da modernidade, que entende a agricultura capitalista como superior, que foi aplicada no Cerrado durante seu processo de transformação em uma grande área produtiva no século XX. Baseado na ideia de que aquele era um “espaço vazio” a ser ocupado por grandes empreendimentos, os projetos de tecnificação e avanço da fronteira agrícola sobre o bioma instituíram grandes lavouras para abastecer o mercado externo, seguindo a lógica colonial da *plantation*. Assim, é reforçado o papel brasileiro herdado do período colonial de provedor de gêneros agrícolas para o mundo. Em 1974, foi lançado o Programa de Cooperação Japão-Brasil para o Desenvolvimento do Cerrado (Prodecerr), que visava aumentar a oferta de produtos agrícolas, especialmente soja, e estimular o desenvolvimento rural do Cerrado. Sendo assim, o Programa contribuiu para uma mudança espacial central no país: a ocupação do Centro-Oeste por gigantescas lavouras de soja, fruto de uma demanda do Japão, como destaca Schlesinger (2013, p. 38):

O Japão é um país fortemente dependente de importações de produtos agrícolas. No caso da soja, aquele país importa em média 90% de suas necessidades, voltadas basicamente para a alimentação de animais criados em regime de confinamento. No início dos anos 1970, sob uma seca prolongada, o governo dos Estados Unidos, maior produtor e exportador mundial de soja, decidiu impor um embargo às exportações do produto, privilegiando o abastecimento de seu mercado doméstico, causando não só escassez, mas também uma disparada dos preços no mercado internacional da soja. O governo japonês decidiu, a partir daí, investir na ampliação da oferta mundial

do produto, diversificando suas fontes de abastecimento, o que contribuiria para a estabilidade de preços no mercado internacional. A estratégia do Japão é simples e já ocorreu no Brasil também com outros produtos, como o alumínio na região Norte. Através da disponibilidade de créditos, os japoneses estimulam a ampliação da oferta de produtos de seu interesse no mercado mundial, fazendo com que o preço internacional diminua.

Já o governo brasileiro tinha dois principais objetivos: a entrada de investimento estrangeiro para equilibrar a balança de pagamentos e a expansão da sua produção e exportação de grãos e consequente entrada de divisas. Para tal, além do capital japonês era necessária também a cooperação técnica, que visava superar as restrições tecnológicas que limitavam a produção de grãos em larga escala. Nesse sentido, o programa assegurou a presença direta do governo japonês em diversas etapas, tais como: “[...] a seleção de áreas, a concessão de créditos, o monitoramento das atividades produtivas e a avaliação de desempenho” (Schlesinger, 2013, p. 38). Essa parceria culminou

[...] na seleção de áreas para a instalação dos projetos; na seleção de colonos, geralmente provenientes das regiões Sul e Sudeste do país; na organização da produção (tipos de lavouras e tecnologias utilizadas); na organização dos produtores, por meio do incentivo à criação de cooperativas (geralmente vinculadas a outras, maiores, tais como a extinta Cotia); na organização da comercialização; no assessoramento aos governos federais e estaduais para a instalação da infraestrutura requerida, como transporte, energia e comunicação (Schlesinger, 2013, p. 38)

Com falta de transparência em suas atividades, durante o período da ditadura militar no Brasil (1964-1985), os médios e grandes agricultores foram amplamente beneficiados com o Prodecir (Schlesinger, 2013). Além disso, o programa representou uma nova forma de

[...] intervenção estatal no direcionamento da fronteira agrícola. O Estado se imbuíu do papel de criar bases para que a acumulação capitalista no setor agrícola pudesse se reproduzir com ampla participação de outros setores organizados do sistema – o capital financeiro e o industrial (Gomes, 2020, p. 218).

O Cerrado passou por um intenso processo de capitalização e tecnificação, resultando em um quadro de grande concentração de terras no bioma. Como destacam Clements e Fernandes (2013, p. 62),

Ao priorizar predominantemente os produtores comerciais e de grande escala em um processo que leiloou vastas extensões de terra, o Prodecir desempenhou um papel significativo na criação de uma estrutura de propriedade de terra altamente concentrada na região. Não surpreende que a concentração da propriedade da terra, agora exibida nos estados onde os projetos de colonização Prodecir foram implementados, esteja ainda mais correlacionada com a concentração de terras de estrangeiros no Brasil: 59,5% da área ocupada por estrangeiros no país corresponde a esses mesmos sete estados Prodecir, totalizando cerca de 2.588.324 hectares.

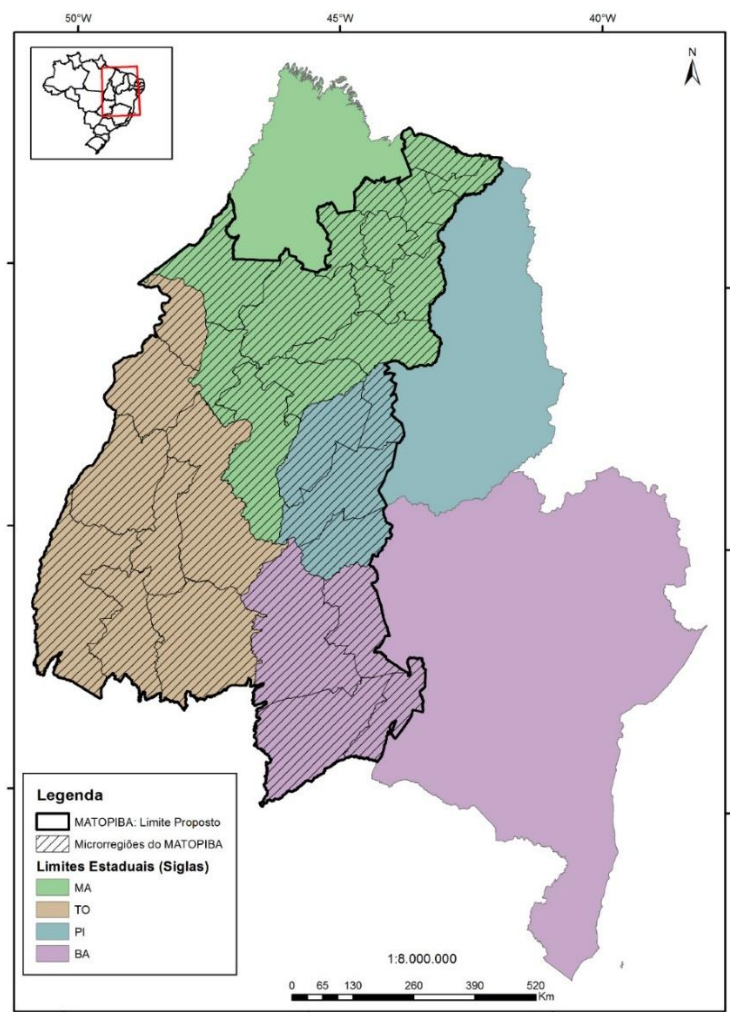
Tais aspectos negativos, como a concentração fundiária, são ignorados em nome de um sucesso para a agricultura capitalista que atua no Brasil: a tecnificação do Cerrado e a possibilidade de ampliação gigantesca dos lucros dos médios e grandes produtores. Entretanto, esse processo apresenta consequências severas não apenas econômicas, no que diz respeito à ampliação da dependência do Brasil enquanto um país agroexportador, mas também sociais, com o aprofundamento da exclusão e concentração das terras e riqueza, como veremos adiante.

Como dito anteriormente, o Matopiba não é uma experiência completamente nova, sendo o processo de tecnificação do Cerrado ainda na década de 1960 um exemplo de como atua o dispositivo da *plantation*, visando sempre a otimização, a produtividade, em um padrão de agricultura que parte da ideia de que o território é um “espaço vazio” a ser ocupado pela agricultura capitalista. Além do Prodecir – que “pretendia ser demonstrativo e multiplicador de um novo modelo agrícola de ocupação dos cerrados” (Favareto, 2019, p. 71) – outros programas são exemplos de intervenções do governo que incentivaram a implantação de novas tecnologias agrícolas no Cerrado e em parte do Matopiba, como: o Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste (Proterra), implementado em 1971, que forneceu recursos aos projetos de colonização nas áreas de Amazônia Legal no Centro-Oeste; o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (Polamazônia), de 1974, que estimulou o crescimento de parte dos estados de Goiás, Tocantins e Mato Grosso; o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (Polocentro), criado em 1975, que visou desenvolver e modernizar a agropecuária do Centro-Oeste por meio da ocupação das áreas de fronteira do cerrado com uma série de incentivos à comercialização, pesquisa, infraestrutura etc. via linhas de crédito; e o Programa de Financiamento de Equipamentos de Irrigação (Profir), de 1982, que tinha como objetivo incentivar a instituição da irrigação nas plantações no Cerrado (Favareto, 2019; Santos, 2016; Spadotto, 2023). Todavia, o bioma não era um espaço vazio no século XX, assim como o Matopiba não é um espaço vazio hoje.

### **1.3 O Matopiba**

Diante do processo de expansão da fronteira agrícola rumo ao norte, alimentada pela ideia de “espaço vazio”, o território do Matopiba foi delimitado em 2014 pelo GITE, representado no Mapa 1, em um acordo de cooperação técnica celebrado entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Incra e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para facilitar a elaboração de políticas públicas e investimentos voltados para a atuação do agronegócio na região.

**MAPA 1:** Delimitação territorial do Matopiba (2010)



Fonte: Embrapa, 2015.

Um ano depois, o Decreto Federal nº 8.477/2015, de 6 de maio de 2015, instituiu o Plano de Desenvolvimento Agropecuário (PDA) do Matopiba e a criação de seu Comitê Gestor, com o intuito de

[...] promover e coordenar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento econômico, baseado nas atividades agrícolas e pecuárias, priorizando a execução de obras de infraestrutura logística (rodoviária, ferroviária, portuária, hidrelétrica, entre outras), para escoamento da produção agrícola, majoritariamente destinada à exportação, demanda antiga dos empresários para atrair novos investimentos internacionais para região (Gomes, 2020, p. 214)

O planejamento do PDA apresentava diretrizes até o ano de 2035, com a expectativa de quase triplicar a produção de grãos na região nesse período (Figueredo, 2024). Entretanto, por meio do Decreto nº 10.473/2020, o Departamento do Matopiba foi extinto. A extinção, todavia,

não implicou em uma redução dos investimentos na região. Três anos depois – após os governos Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022), quando os investimentos privados e avanço do capital na fronteira agrícola seguiram em alta – o presidente Luiz Inácio Lula da Silva editou o Decreto nº 11.767/2023, que institui novamente o comitê gestor responsável por elaborar o Plano de Desenvolvimento Agropecuário e Agroindustrial do Matopiba. As transformações ao longo dos anos no que diz respeito ao planejamento estatal voltado para a região, ao sabor do discurso de cortar mais ou menos os gastos públicos, não foi acompanhada por oscilações nos investimentos e compras de terras. Pelo contrário, ao longo dos anos o capital nacional e internacional se expandiu no Matopiba, o que refletiu num crescimento do desmatamento na região.

De acordo com os dados mais recentes do Relatório Anual do Desmatamento de 2023, do MapBiomas, pela primeira vez o Cerrado ultrapassou a Amazônia, com 1,11 milhão de hectares desmatados e com maior concentração da área desmatada na região do Matopiba, com cerca de 74% do desmatamento. No ranking de áreas desmatadas por estado, Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia ganharam posições e ultrapassaram o Pará, Amazonas e Mato Grosso, por exemplo. Em relação ao relatório de 2022, o Maranhão saiu da quinta posição e ocupa a primeira posição pela primeira vez, com um aumento de 95,1% na área desmatada, totalizando uma perda de 331.225 hectares de vegetação nativa. O crescimento do desmatamento na região é tão grande que representa quase metade de toda a perda de vegetação nativa do Brasil, com 858.952 hectares, um aumento de 59% em relação a 2022 (MapBiomas, 2024).

Composto por áreas de alta e baixa altitude, chamados chapadas e baixões, o Matopiba é vasto e diverso. No que diz respeito às atividades dos povos tradicionais, enquanto nas chapadas a atividade principal é o pastoreio, nos baixões há o cultivo em pequena escala, perto de nascentes e corpos d'água, onde estão as principais comunidades e onde o solo é profundo e fértil. Há no bioma, portanto, uma combinação entre “[...] criação de gado nos altos planaltos (chapadas) e roça de teco nos vales (baixões) próximos às fontes de água, misturando culturas como milho, mandioca, feijão, arroz e legumes” (Lopes et al., 2021, p. 10). Nas chapadas, povos da região também cultivam ou coletam frutas nativas, como “[...] pequi (*Caryocar brasiliense*), bacaba (*Oenocarpus bacaba*), buriti (*Mauritia flexuosa*), castanha de baru (*Dypterix alata*), bacupari (*Garcinia gardneriana*), mangaba (*Hancornia speciosa*), murici (*Byrsonima crassifolia*), entre muitos outros” (Lopes et al., 2021, p. 10). Além dessas frutas, coletam mel silvestre, pescam e caçam. Outra atividade é feita por pequenas comunidades e consiste no desenvolvimento de uma cadeia de produtos locais, como fábricas de polpas de frutas (Lopes

et al., 2021).

Entre outros fatores, por abrigar diversos olhos d'água e cabeceira dos principais rios da região, apresentar um regime de chuvas favorável, ter grandes áreas com boa incidência solar, apresentar topografia adequada e ser uma região com muitas terras devolutas, o Matopiba é propício para o cultivo de *commodities*, em especial as *flex crops*<sup>14</sup> – “[...] *crops that have multiple uses (food, feed, fuel, industrial raw material) that can be easily and flexibly interchanged: soy (feed, food, biodiesel), sugarcane (food, ethanol), oil palm (food, biodiesel, commercial/industrial uses), corn (food, feed, ethanol)*” (Borras et al, 2012, p. 404-405). Nas áreas de chapada, a partir do início do ciclo de alta das *commodities*, no começo dos anos 2000, em um contexto de crescimento da demanda internacional por esses produtos, houve um aprofundamento dos processos de grilagem de terras e formação de fazendas, inclusive sobre terras devolutas que eram utilizadas pelos povos da região. Assim, é nas áreas de chapada onde lavouras como a da soja mecanizada se estabelecem, por meio da expropriação territorial via grilagem de terras (Boechat; Pitta; Toledo, 2019), favorecida por quatro fatores principais: a grande quantidade de terras públicas que não foram registradas pelo Estado e têm sua propriedade falsificada; o não-reconhecimento de direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais que habitam a região, o que favorece a invasão dessas terras; o domínio das fazendas corporativas, que possuem aparatos financeiros, jurídicos e de segurança, como milícias privadas, que permitem ocupações de terra por meio da violência; e a facilidade em se cadastrar porções territoriais como áreas de Reserva Legal nas plataformas governamentais que são auto declaratórias, sem qualquer verificação da parte do Estado. Como destacam Silva et al. (2023, p. 63),

*Land grabbing is being enabled by a legal framework and accompanying information systems that are not integrated, such as the Cadastre of Rural Properties (Cadastro de Imóveis Rurais, CAFIR), managed by the National Treasury, the former National System of Property Certification (Sistema Nacional de Certificação de Propriedade, SNCI) replaced by the Land Management System (Sistema de Gestão Fundiária, SIGEF), both administered by the National Institute for Colonization and Agrarian Reform (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA).*

Há, portanto, todo um aparato legal que sustenta e viabiliza a grilagem, que se espalha por todo o bioma, não apenas nas chapadas, mas também nos baixões, onde há em curso um processo de ocupação seja com agropecuária (Favareto, 2019) ou para área de Reserva Legal,

---

<sup>14</sup> Esses cultivos têm crescido e são alvos de investimentos internacionais, como é o caso do Brookfield Asset Management, que tem transferido seus investimentos da pecuária para a agricultura de grãos e cana-de-açúcar (Siviero Vicente et al., 2021)

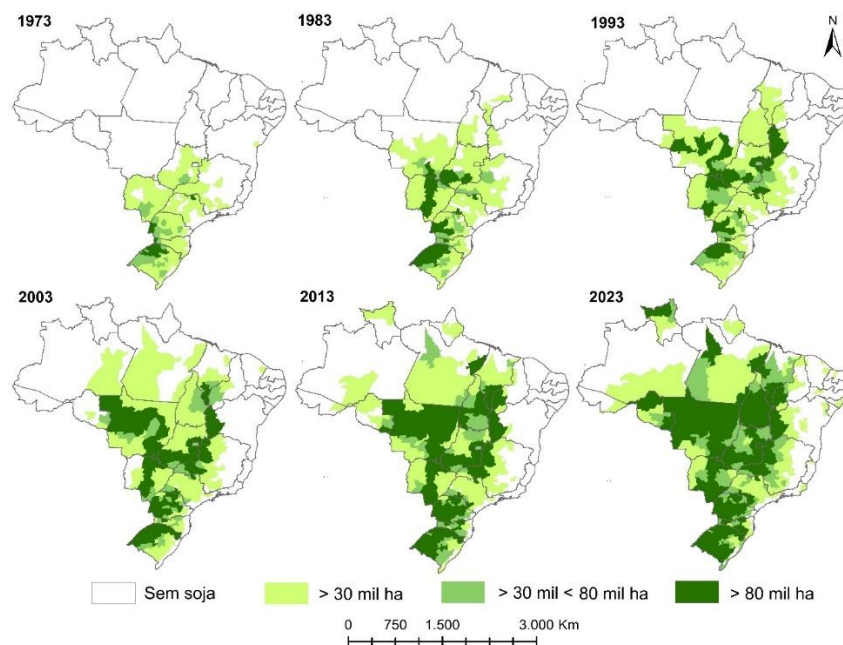
como são os casos de sobreposição na Reserva Ecológica de Urucuí-Una, onde o Cadastro Ambiental Rural (CAR) tem sido utilizado para expandir os empreendimentos sobre áreas protegidas (Silva *et al*, 2023). Essa ocupação, por sua vez, acirra os conflitos por terras, já que é nessas áreas que os povos residem.

Outro traço marcante da região é a profunda desigualdade social, inclusive na agricultura, onde “[...] há uma distribuição de renda e terras muito expressivamente díspares, e reproduz, em grande medida, o padrão histórico do país” (Gomes, 2020, p. 211). Essa desigualdade, em 2015<sup>15</sup>, se traduzia em 80% do total de estabelecimentos classificados pelo GITE Embrapa como muito pobres (representando 5,22% da renda bruta da região), 14% considerados pobres (representando 8,35% da renda bruta da região), 5,79% pertencentes à classe média (contabilizando 26,74% da renda bruta da região) e 0,42% pertencentes aos ricos (representando 59,78% da renda bruta da região) (Embrapa *apud* Gomes, 2020). A concentração fundiária é reflexo do uso da região como uma área voltada para o agronegócio, tendo em vista que há, na década de 2000, um aumento substantivo na área cultivada de *commodities* como a soja, o algodão, o milho e a cana-de-açúcar – reflexo do ajuste abrupto nos padrões globais de investimento, que colocou a compra e o arrendamento de terras em escala mundial como um dos eixos centrais do capitalismo financeiro, estimulando o mercado global de terras. Esse crescimento fica evidente na série de mapas abaixo:

**MAPA 2:** Área plantada (em hectares) de soja por microrregião no Brasil (1973, 1983, 1993 2003, 2013 e 2023)

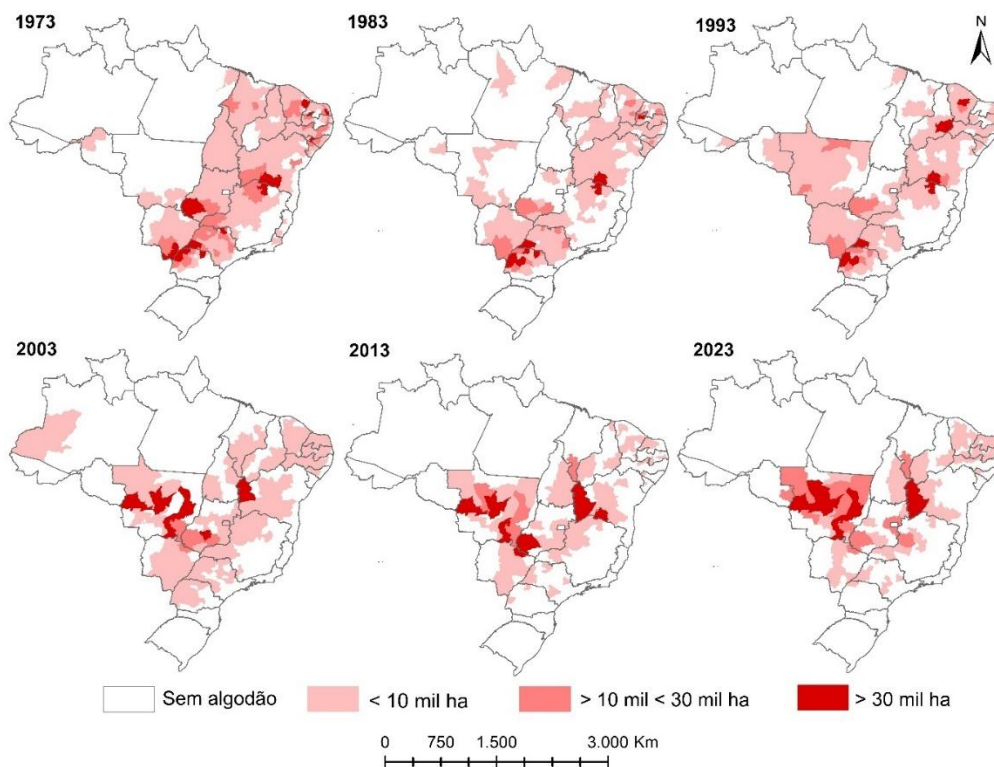
---

<sup>15</sup> É importante destacar que os dados são de 2015, sendo assim, possivelmente, após 10 anos a concentração fundiária na região está ainda mais aprofundada.



Fonte: GEMAP/CPDA/UFRRJ a partir de dados do IBGE (PAM/PPM), vários anos. Elaboração: Valdemar Wesz Jr.

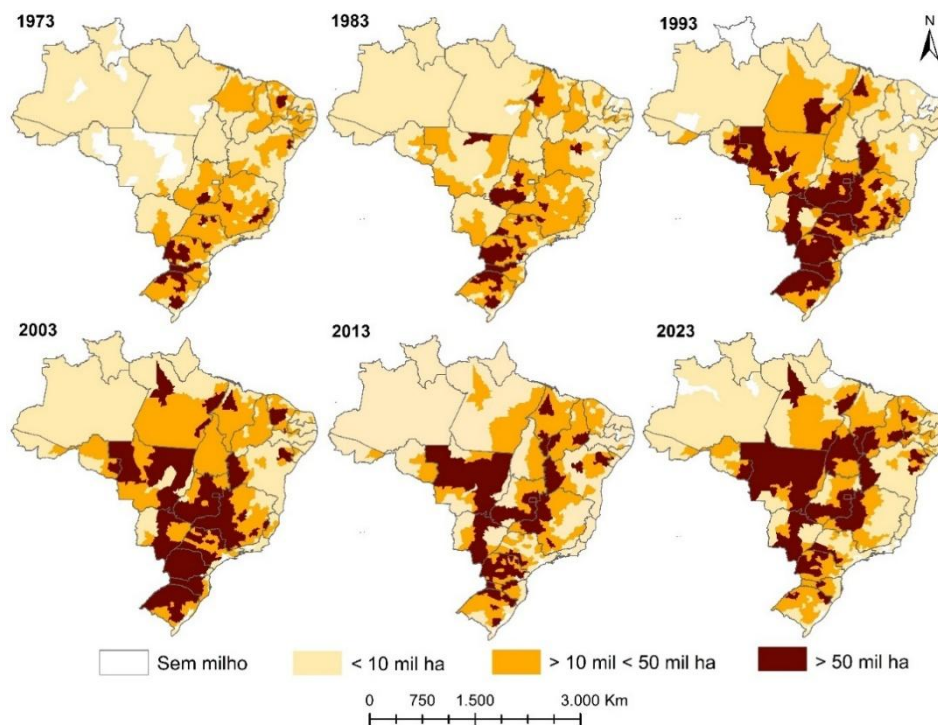
**MAPA 3:** Área plantada (em hectares) de algodão por microrregião no Brasil (1973, 1983, 1993 2003, 2013 e 2023)



Fonte: GEMAP/CPDA/UFRRJ a partir de dados do IBGE (PAM/PPM), vários anos. Elaboração: Valdemar Wesz

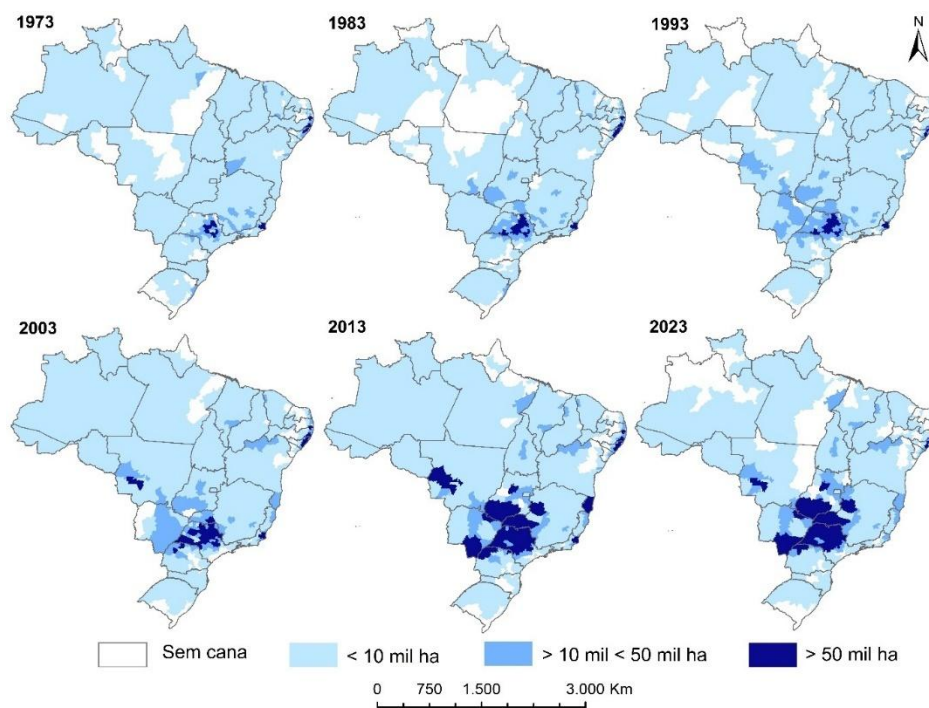
Jr.

**MAPA 4:** Área plantada (em hectares) de milho por microrregião no Brasil (1973, 1983, 1993 2003, 2013 e 2023)



Fonte: GEMAP/CPDA/UFRRJ a partir de dados do IBGE (PAM/PPM), vários anos. Elaboração: Valdemar Wesz Jr.

**MAPA 5:** Área plantada (em hectares) de cana-de-açúcar por microrregião no Brasil (1973, 1983, 1993 2003, 2013 e 2023)



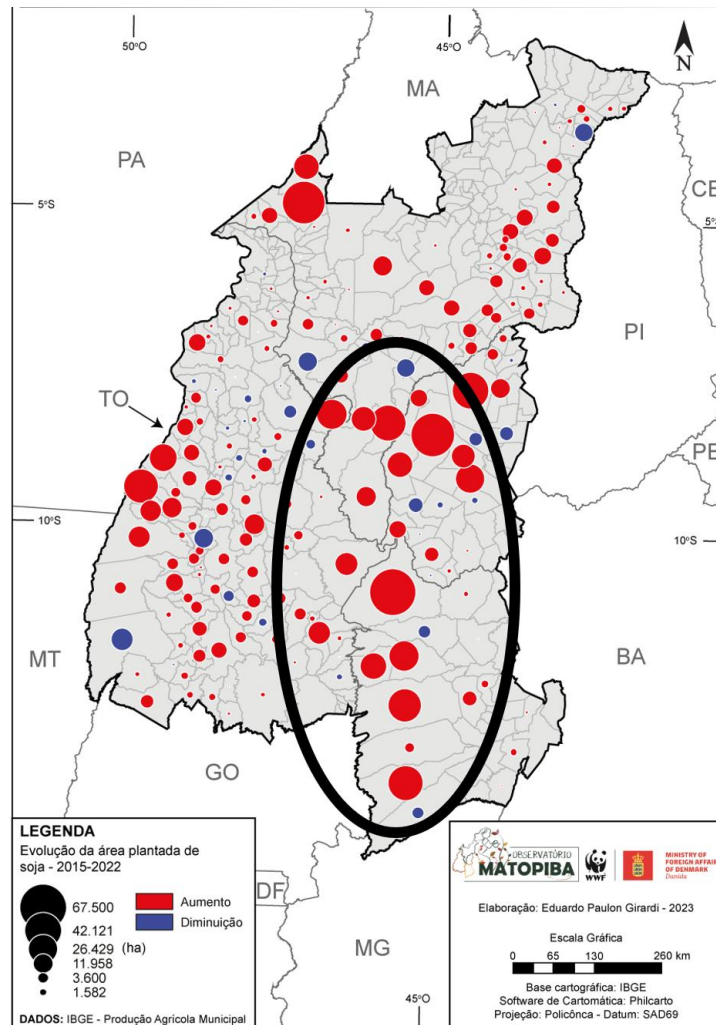
Fonte: GEMAP/CPDA/UFRRJ a partir de dados do IBGE (PAM/PPM), vários anos. Elaboração: Valdemar Wesz Jr.

Os mapas evidenciam a evolução dos cultivos de algumas *commodities* no Brasil e no Matopiba ao longo dos anos, algo que também é apontado por Furtado e Kato (2022, p. 32):

Somente no intervalo de 2000 a 2018, as terras agrícolas quase dobraram, de 31,5 milhões de ha para 60 milhões de ha, um aumento de 91%. Com base em dados de Landsat, pesquisadores observam que entre 2000 e 2014 a área destinada a lavouras agroindustriais (soja, cana-de-açúcar, algodão, milho, arroz e trigo) no Brasil passou de 26 milhões de ha para 46,1 milhões de ha, com um crescimento de 79%.

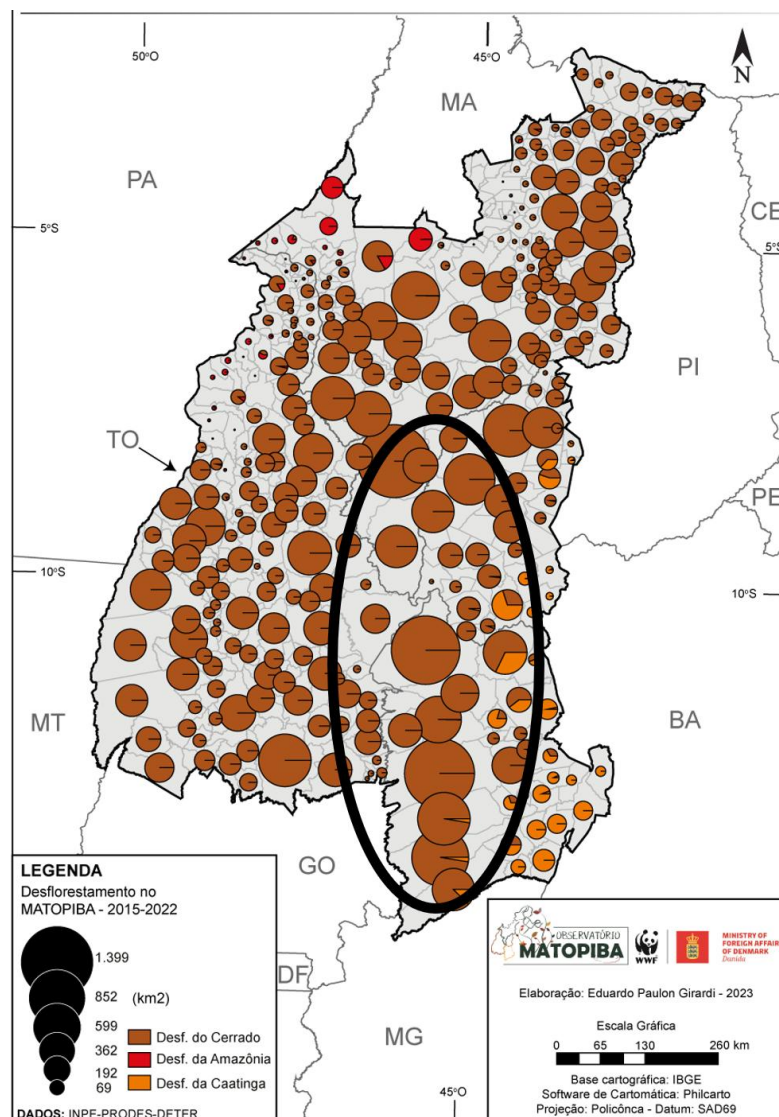
Fica evidente que há, em meio a um crescimento nacional dos cultivos, um aumento ainda maior na região. Todavia, gostaria de destacar uma porção específica do Matopiba na qual observo que há uma atuação maior do agronegócio. Essa área está na interseção dos quatro estados (oeste da Bahia, sudoeste do Piauí, sul do Maranhão e leste do Tocantins), onde há também o maior crescimento do desmatamento, como podemos ver nos mapas abaixo.

**MAPA 6:** Mapa da evolução da área plantada (em hectares) de soja entre 2015 e 2022 nas microrregiões do Matopiba, com destaque meu



Fonte: Girardi; Silva, 2024.

**MAPA 7:** Mapa da evolução do desflorestamento (em km<sup>2</sup>) entre 2015 e 2022 nas microrregiões do Matopiba, com destaque meu



Fonte: Girardi; Silva, 2024.

A partir da observação dos mapas é possível identificar a área citada (circulada em preto por mim) onde há, quando comparado com outras regiões do Matopiba, um maior crescimento na atividade do agronegócio, acompanhado por um maior avanço do desmatamento, um padrão histórico da atuação do setor. É também nessa região onde se localiza o município de Santa Filomena (PI), que apesar de ter registrado uma redução de 55% no desmatamento de 2022 para 2023, havia registrado um aumento de mais 600% de 2021 para 2022, de acordo com o Relatório Anual de Desmatamento do MapBiomias (2024). Essa redução não pode esconder o aumento absurdo em 2022, principalmente tendo em vista que nos anos anteriores, 2021, 2020 e 2019, o município havia registrado 2.542, 1.526 e 1.475 hectares desmatados, respectivamente. Em comparação com os 16.434 hectares desmatados em 2022, os 7.404

hectares desmatados de 2023 podem parecer pouca coisa, mas ainda representam um aumento de quase 300% em relação a 2021 (MapBiomass, 2024). Num primeiro momento, esse dado basta para entender a dimensão do desmatamento no município; entretanto, dedico os próximos capítulos a uma exploração mais aprofundada sobre a atuação das empresas estrangeiras e os processos de des-territorialização nesse local, que se relacionam com o desmatamento.

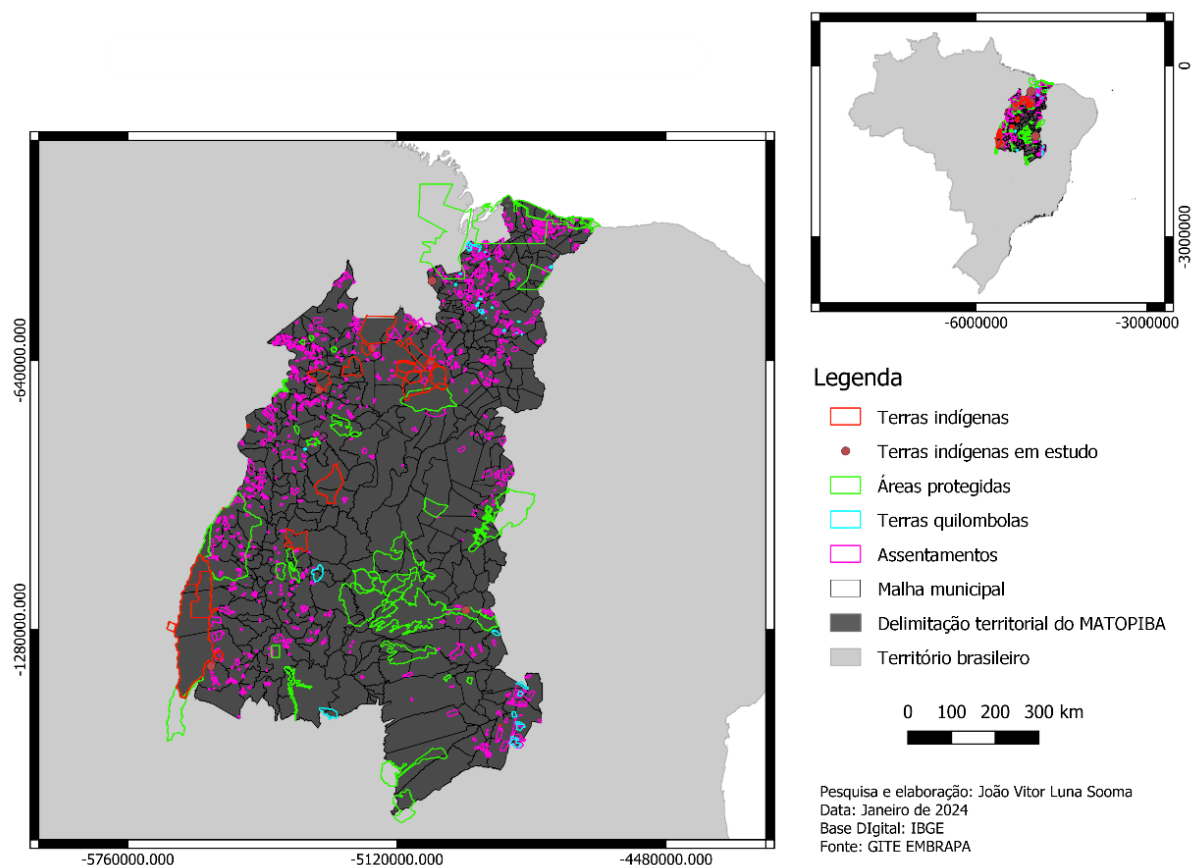
De modo geral, no que diz respeito à extensão das terras, o Censo Agropecuário de 2017 revelou que, no Matopiba, em uma área total de 73 milhões de hectares, com 275.297 estabelecimentos agropecuários, 38,6% desses estabelecimentos tinham área menor que 10 hectares e ocupavam apenas 0,7% da área total. Os estabelecimentos com área entre 10 e 50 hectares eram 34,3% das propriedades e utilizavam uma área de 10,1% do total. Por sua vez, 11,5% dos estabelecimentos possuíam área entre 50 e 100 hectares e representavam 6,6% da área total. Já os estabelecimentos com área entre 100 e 1.000 hectares eram 13,4% das propriedades e ocupavam 30,9% da área total. Por fim, os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares (apenas 2,1% dos estabelecimentos) eram 51,6% da área total (IBGE, 2017). A partir desses dados, percebemos que os estabelecimentos com área maior que 100 hectares ocupam 82,5% da delimitação territorial do Matopiba, escancarando a elevada concentração fundiária na região.

Na distribuição municipal dos investimentos, é possível notar uma correlação com as cidades onde o agronegócio é mais atuante. Segundo o relatório do MAPA com projeções do agronegócio para 2021/2022 os principais municípios do Matopiba são, na Bahia: Barreiras, Correntina, Formosa do Rio Preto, Jaborandi, Luís Eduardo Magalhães, Riachão das Neves e São Desidério; no Maranhão: Balsas e Tasso Fragoso; no Piauí: Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus, Ribeiro Gonçalves, Santa Filomena e Uruçuí; e no Tocantins: Campos Lindos (Figueredo, 2024). No que diz respeito à distribuição dos investimentos estrangeiros, de acordo com a base de dados do GEMAP, os três principais municípios do Maranhão são a cidade de Balsas, com 62 empreendimentos estrangeiros, seguida de Buriti Bravo, com 19 empreendimentos e Buriti, com 17. Já na Bahia, o município de Luís Eduardo Magalhães possui 43 empreendimentos, seguido de Barreiras, com 33 empreendimentos, e Formosa do Rio Preto, com 30. No Tocantins, por sua vez, há 43 empreendimentos no município de São Salvador do Tocantins, seguido de Palmeirante, com 38, e Goiatins e Palmeirópolis, empatados com 35 empreendimentos. No Piauí, Baixa Grande do Ribeiro possui 23 empreendimentos estrangeiros, enquanto Santa Filomena possui 16 e Ribeiro Gonçalves 13.

O Matopiba é um território amplamente ocupado pela expansão da agricultura altamente

tecnificada a partir da grilagem de terras, violência física e uso predatório dos recursos naturais, promovendo a des-territorialização de diversos dos povos da região (Gomes, 2020). Como destaca Sauer (2021, p. 15), “[...] a própria criação do Matopiba, sob o pretexto de promoção do desenvolvimento, desconsidera a realidade dos povos e comunidades que historicamente vivem nesse território”. São 1.677 territórios reconhecidos pelo INCRA, Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai) e Ministério do Meio Ambiente (MMA) (Figueredo, 2024), fora aqueles que estão em processo de reconhecimento ou em luta pelo reconhecimento, ocupados por comunidades tradicionais, camponeses, indígenas, quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, sertanejos, ribeirinhos e comunidades de fundo e fecho de pasto, que resistem ao avanço das corporações e latifundiários locais para permanecer ou retomar seus territórios ameaçados por lavouras intensivas (Gomes, 2020; Furtado, 2022). Entre os territórios demarcados, são 326 terras indígenas, 44 comunidades quilombolas, 679 assentamentos e 28 unidades de conservação (Figueredo, 2024), como podemos ver no Mapa 8 abaixo:

**MAPA 8:** Mapa de terras indígenas, áreas protegidas, terras quilombolas e assentamentos no Matopiba (2015)



Fonte: Elaboração do autor com base nos dados do IBGE (2021) e do GITE EMBRAPA (2015).

Essas terras demarcadas, todavia, não comportam a totalidade dos povos que vivem nessa área. Diante do avanço das corporações, é importante destacar que o controle e o processo de territorialização do capital na região não são homogêneos. Há particularidades locais e momentos distintos de maior investimento estrangeiro em cada estado. Na Bahia, por exemplo, a expansão do capital começou já na década de 1980, enquanto no Piauí e no Maranhão a ocupação se deu a partir da década de 1990 (Pitta, Boechat e Mendonça, 2017).

Tal expansão do capital no campo representa não só um avanço de um modelo econômico-produtivo, mas um avanço sobre os territórios de ontologias conflitantes com aquelas dos povos do Matopiba. Isso impõe novas formas de ver, ser e estar no mundo que reorganizam as áreas de fronteira agrícola a partir da agricultura capitalista, alicerçada sobre as bases da *plantation* enquanto um modo de produção e um imperativo histórico. Esse modo de expansão, produção e dominação capitalista que moldou o mundo moderno dita a organização social, econômica e política dos territórios a partir da exploração da terra e da mão de obra em sistemas de domínio que subjugam as plantas e os animais em nome da acumulação do capital.

A *plantation* não apenas sustenta a agricultura capitalista global enquanto sua fundação política e econômica, mas age sobre os conhecimentos da sociedade, conferindo legitimidade ao saber moderno e deslegitimando aquilo que não faz parte da lógica moderna, ocidental e capitalista. Com isso, ao se tornar o principal modo de se habitar o planeta e reduzir o mundo a um mercado de recursos, mercantilizando a natureza, o imperativo da *plantation* desterritorializa os povos e suas práticas em detrimento de valores universais capitalistas tidos como superiores.

Essa lógica de supremacia da racionalidade moderna é o que sustenta a ideia de “espaço vazio” a ser ocupado em nome de um suposto aumento de produtividade e que foi aplicado nos projetos de transformação do Cerrado em uma gigantesca área de exportação de *commodities*. Assim, é reforçado o papel colonial do Brasil enquanto um gigante agroexportador, com a capitalização e tecnificação do bioma resultando em um quadro de profunda concentração de terras e diversas violências de ordem socioambiental.

Tendo como base essa experiência iniciada ainda no século XX, o Matopiba surge na segunda quinzena do século XXI como uma delimitação territorial criada para facilitar a elaboração de políticas públicas e investimento de capital público e privado voltados para a atuação do agronegócio, com uma expansão ainda maior da fronteira agrícola. Em uma área total de 73 milhões de hectares, com 275.297 estabelecimentos agropecuários, o território é profundamente influenciado pelo capital internacional. A distribuição municipal dos

investimentos, por exemplo, se dá de forma diretamente proporcional à atuação do agronegócio. Nas cidades onde o setor é mais atuante, há mais investimentos públicos e privados. Com isso, aumentam também o desmatamento e a concentração de terras, se aprofunda a desigualdade social e outras diversas violências socioambientais.

Na região, os povos tradicionais possuem modos de produção e vida extremamente territorializados, com práticas e atividades realizadas tanto nas chapadas quanto nos baixões. Com o avanço do capital, essas áreas são restringidas, prejudicando a manutenção de um viver secular. Mesmo antes da institucionalização do Matopiba, ainda no século XX, tais impactos foram e são sustentados por um aparato legal que atrai investimentos e viabiliza a grilagem de terras. É no século XXI, todavia, que há no território uma grande expansão do capital para transformar a terra em ativo financeiro, com forte participação estrangeira.

## CAPÍTULO II – ESTRANGEIRIZAÇÃO DE TERRAS NO MATOPIBA

No Brasil, a chegada dos portugueses é, já no século XVI, um processo de controle da posse e uso da terra por um agente externo ao território. É evidente que não podemos igualar a colonização do século XVI com a atuação de empresas estrangeiras no século XXI. Minha intenção com esse exemplo é apenas de mostrar como a posse de terras por agentes externos não é algo novo; e, assim como Neef (2023), mostrar que o *modus operandi* e a base ideológica abordados no capítulo anterior servem para analisar as controvérsias da apropriação de terras. Neste capítulo discorrerei, portanto, sobre o processo de estrangeirização e como ele se dá no Matopiba.

Antes de avançarmos, diante das diversas interpretações do fenômeno em análise, é importante conceituar brevemente o que entendo por estrangeirização, definição que desenvolverei e cujos aspectos-chave aprofundarei ao longo do capítulo. Estrangeirização de terras, neste trabalho, se refere não apenas à propriedade da terra pertencer a um agente estrangeiro ao território nacional (Frederico; Gras, 2017), mas às relações de poder que envolvem o uso da terra e sua remuneração (Gomes, 2020). Quando há na composição acionária de uma empresa atores estrangeiros (independente da participação ser ou não majoritária) e quando essa empresa controla, decide o que vai ser feito e recebe o pagamento da renda proveniente de um empreendimento (agrícola ou não), há estrangeirização.

Nas últimas duas décadas, o processo de estrangeirização teve destaque no Matopiba, onde houve uma explosão dos investimentos estrangeiros, em um momento de crescente financeirização da economia. Apesar de não criar nenhuma dinâmica nova com a terra – como fez a financeirização, que instituiu novas formas de se extrair a renda da terra e criou dinâmicas de recebimentos e pagamentos, com as linhas de crédito, por exemplo – a estrangeirização é um fenômeno que potencializa violências já promovidas pelo capital brasileiro.

Sendo assim, inicio este capítulo conceituando estrangeirização de terras e discutindo como esse processo ocorre no âmbito global. Posteriormente, avanço para como o fenômeno se dá na região do Matopiba a partir de dados secundários que contribuem para um entendimento não apenas do que é o processo, mas quais são os atores envolvidos, sua nacionalidade, quantos hectares de terra são controlados por eles, entre outras características relevantes da estrangeirização. Por fim, discorro sobre os impactos gerais que esse fenômeno traz ou intensifica no território, mobilizando parte das entrevistas realizadas.

## 2.1 Estrangeirização de terras

A partir da crise financeira global de 2008, em um contexto de crescimento do mercado de *commodities* na década de 2000 – com o aumento da demanda de países como a China, o choque de custos de produção e transporte derivados da valorização do petróleo, a quebra de safra em países exportadores, o aumento da demanda por biocombustíveis e as mudanças nos padrões alimentares com o aumento no consumo de carne – muitos investidores migraram para os setores agropecuário, energético e mineral (Gomes, 2020). Com isso, houve um ajuste abrupto nos padrões globais de investimento, que colocou a compra e o arrendamento de terras como um dos eixos centrais do capitalismo financeiro, estimulando o mercado de terras. Essa expansão geográfica do capital é uma dinâmica chamada por Harvey (2005) de acumulação por espoliação<sup>16</sup>, na qual o extrativismo expansivo é a saída adotada pelo sistema capitalista para amenizar os efeitos das crises de superacumulação às quais é propenso.

O processo de conformação desse mercado não é apenas um fenômeno de compra de ativos, empresas e propriedades, mas um movimento com potencial de representar uma mudança sistêmica e de longa duração nas estratégias globais de acumulação de capital (Sassen, 2016). Tais investimentos estão vinculados à lógica especulativa de acumulação financeira, tendo em vista que os investidores se beneficiam dos juros auferidos pelo monopólio do dinheiro ou da renda da terra e a compreendem como um capital fictício, que rende juros. O trabalho sobre a terra “[...] assegura a elevação de rendas futuras constituindo-se como um atrativo para o capital portador de juros” (Frederico; Gras, 2017, p. 15), facilitando a circulação do capital financeiro em um contexto de instabilidade econômica no nível internacional (Mendonça; Pitta, 2014). Esses investimentos se tornam atrativos ao ponto de em um período de nove anos, entre 2005 e 2014, o número de fundos de investimento dedicados exclusivamente ao agronegócio crescer de 35 para 24.217 (Frederico; Gras, 2017). Além disso, de 2008 a 2009, a média anual de negociações com terras no mundo saltou de 4 milhões de hectares para 43 milhões de hectares. No que diz respeito às aquisições globais de terras, entre 2006 e 2012, mais de 200 milhões de hectares foram adquiridos por empresas e governos estrangeiros ao redor do mundo (Boechat; Pitta; Toledo, 2017).

---

<sup>16</sup> A partir da formulação de acumulação primitiva de Marx, Harvey aponta que o capitalismo, de forma permanente e atualizada, expropria recursos, bens e direitos com vistas à ampliação da acumulação de capital. Harvey entende que essa prática de acumulação não é restrita às origens do capitalismo, mas se mantém ao longo do seu desenvolvimento. Por meio de práticas como a despossessão de terras e a financeirização da economia, o capital visa transferir ativos que estão de certa forma descentralizados para o controle de um grupo restrito, aprofundando desigualdades.

É nesse contexto que há uma intensificação<sup>17</sup> no Brasil e no Sul Global de um processo secular de estrangeirização de terras, cuja definição apresentada anteriormente parte das relações de poder que envolvem o processo de estrangeirização e possibilitam que diversos agentes do capital financeiro e atores internacionais que não têm sua origem no capital financeiro, mas estão envolvidos com ele, se apropriem e controlem recursos territoriais e ecológicos. Essa definição permite que olhemos para a questão da des-territorialização derivada da estrangeirização e seus impactos sobre as populações des-territorializadas. A definição é precisa também porque trabalha com o fenômeno da estrangeirização de forma multiescalar, envolvendo atores que atuam em escalas distintas, em temporalidades conflitantes e hierarquizadas (Frederico; Almeida, 2019). Esse conjunto de atores inclui investidores institucionais privados, como fundos de pensão, empresas de *private equity*, seguradoras, instituições bancárias internacionais (como Bank of America, Sumitomo Mitsui Banking, Industrial and Commercial Bank of China, BlackRock e Vanguard) e fundos de investimentos multiestratégia (Gomes, 2020; Neef et al., 2023). Ainda nesse sentido de multiescalaridade, a maioria dessas empresas envolvidas nos negócios de terra possui uma cadeia de negócios extensa e complexa.

Além dos agentes do capital financeiro, destaco a atuação das empresas líderes nas cadeias globais do setor agropecuário e de cadeias próximas, empresas internacionais de produção de energia e montadoras de veículos, empresários individuais ou grupos de produtores migrantes e empresas públicas ou de capital aberto chinesas (Gomes, 2020). Tais atores “[...] possuem uma cadeia de negócios global muito reticular, permitindo que um grupo restrito de corporações esteja presente em grande parte dos principais polos de produção e comercialização de *commodities* alimentares” (Frederico apud Gomes, 2020, p. 252). A quase onipresença das grandes *traders* globais confere a elas uma capacidade estratégica de controle dos territórios em que atuam, tendo em vista que passam a deter grande parte da circulação de capital, tecnologia, informação e normas que os produtores necessitam para escoar sua produção. Assim, “[...] criam um circuito oligopolizado na oferta de insumos e oligopsonizado na compra dos produtos agrícolas” (Gomes, 2020, p. 252). Tal processo só é possível por meio da associação de grupos corporativos e agentes financeiros, que operam em escala internacional, com a elite agrária nacional, que atua como facilitadora e/ou sócia em muitas das transações ou vendem/arrendam suas empresas, terras e reservas ambientais. Nessa associação, há ganhos

---

<sup>17</sup> Investimentos estrangeiros no país nunca deixaram de existir. Um exemplo é a mineradora sul-africana AngloGold Ashanti, que possui subsidiárias no Brasil desde 1834 (Leite, 2022). O que há no século XXI é a intensificação desse processo.

políticos e econômicos relevantes para ambos os atores, mesmo que desiguais (Gomes, 2020). É importante destacar que muitas vezes os investimentos estrangeiros e nacionais se confundem, tendo em vista a frequente manobra do capital internacional de operar por meio de uma subsidiária na região-alvo (Cotula, 2012). Assim, aumenta também a dificuldade em identificar os investimentos como de origem estrangeira, algo que reverbera nos territórios, como ficará evidente na discussão sobre des-territorialização.

Por meio da obrigatoriedade de produção e venda firmada nos acordos futuros – aqueles nos quais os produtores acordam seu compromisso de pagamento junto às obrigações de consumo de um pacote de serviços e devem entregar a produção diretamente à financiadora, que é quem define o preço pago pelo produto – há a construção de uma relação de dependência e subordinação dos produtores rurais às grandes empresas. Afinal, são os grandes *players* que definem qual será a área plantada, as orientações técnicas quanto à produção, o padrão de classificação de qualidade, o preço a ser pago, as mudanças organizacionais e produtivas, os novos investimentos ou fechamento de unidades processadoras de grãos etc. (Gomes, 2020).

Os investidores internacionais, todavia, não agem sozinhos no processo de estrangeirização de terras. Como dito anteriormente, eles estão em grande parte em associação com o capital nacional, desde empresas nacionais com gerência de acionistas estrangeiros até empresas internacionais que criam filiais ou *joint ventures* para burlar a legislação nacional e esconder a atuação do capital estrangeiro. Um exemplo de como agentes de diferentes origens se articulam no processo de estrangeirização de terras é o da empresa Radar S/A, resultado da fusão entre Cosan S/A, o maior conglomerado de usinas de açúcar, etanol e eletricidade do país, e TIAA, o fundo de pensão dos professores dos Estados Unidos, que havia comprado fazendas em Balsas (MA), Alto Parnaíba (MA) e Santa Filomena (PI), entre outras cidades do Matopiba, sem qualquer relação com a produção de cana-de-açúcar (atividade original da Cosan S/A). Eram terras muito baratas, que haviam sido recém registradas após processos de grilagem, expropriações e desmatamento (Boechat; Pitta; Toledo, 2019). A partir do registro dessas terras, as possibilidades são diversas e vão desde o uso para a produção e exportação à especulação. No caso da Radar S/A, a empresa se especializou em comprar terras e depois arrendá-las a empresas produtoras de *commodities*. Outro exemplo é o grupo Harvard Management Company, que até maio de 2018 controlava 45 empresas brasileiras no segmento de recursos naturais, com 88,89% de propriedade sobre elas. O grupo construiu uma rede junto à Phemus Corporation e Marble Holsing Corp para ocultar seus investimentos por meio de um conjunto de fundos, *Limited Liability Companies* (LLC), holdings e outras sociedades (Siviero Vicente

et al., 2021). Outro aspecto frequente nos negócios de terras e que foi notado na organização dos dados sobre propriedades estrangeiras no Matopiba é que algumas empresas estão sediadas em paraísos fiscais, como as Ilhas Cayman.

Além desses atores, o Estado e seus representantes também têm papel fundamental no processo de estrangeirização de terras, inclusive no que diz respeito à legislação que envolve o fenômeno (Gomes, 2020). As políticas públicas, nesse sentido, são centrais ao apoiar investimentos agrícolas no exterior, no caso de países investidores, ou facilitar a entrada de empresas estrangeiras, no caso de países receptores. O Estado, portanto, é agente de financiamento e de concessão de terras para o setor privado (Mendonça; Pitta, 2014). Como descrito em relatório da Food First Information and Action Network (FIAN), Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e Comissão Pastoral da Terra (2018, p. 46):

De acordo com vários testemunhos, existe um conluio entre as autoridades públicas, tanto locais quanto estaduais, e grandes empresas do agronegócio, o que facilita a apropriação de terras e a expropriação das comunidades tradicionais. O descaso do poder público nesse caso é gritante. Conflitos fundiários gravíssimos ocorrem (como, por exemplo, o que ocorreu em 2007 em Bom Jesus, no Piauí - atual assentamento Rio Preto - que até hoje não foi investigado) sem nenhuma investigação por parte dos órgãos estatais competentes (como a Polícia, o INCRA, o INTERPI, dentre outros). Muitos outros conflitos, com impactos terríveis para as comunidades, sequer constam nas estatísticas ou são registrados. Segundo os relatos ouvidos pela missão, instituições como o INCRA no Piauí sofrem com a influência de deputados e senadores do Estado, que atuam como verdadeiros representantes do agronegócio. Outro fator é que poucos advogados conseguem manter-se independentes do poder do agronegócio na região.

No que diz respeito à legislação, no caso brasileiro, Gomes (2020) relata que, em 2007, há a primeira proposição legislativa sobre a estrangeirização de terras no país, o PL nº 2.289, com o objetivo de limitar a compra de terras por estrangeiros. Além disso, visava revogar a Lei 5.709, de 1971, e apresentar aspectos mais restritivos e de maior controle na aquisição e arrendamento por pessoas estrangeiras no Brasil. No mesmo ano, o PL nº 2.376 tinha como objetivo limitar a compra de terras por estrangeiros, mas também proibir a compra de terra por pessoas estrangeiras que tenham o intuito de produzir agroenergia. Em 2008, os projetos de lei nº 2.483 e nº 4.240 também tinham o mesmo objetivo. Enquanto o primeiro propôs restrições e limitações à compra, o segundo buscou propiciar a discussão da temática para limitar a aquisição e arrendamento das terras estrangeiras. Em 2012, o PL nº 4.059, diferente dos anteriores, buscava flexibilizar a compra de terras por estrangeiros ao acabar com a limitação das empresas brasileiras com capital internacional. Já em 2015, o PL nº 1.053 visava limitar a obtenção de terras – estendendo as limitações da lei 5.709, de 1971, também para as situações

de posse – e o PL n° 590 visava flexibilizar a compra regulando a aquisição de imóvel rural por estrangeiro residente no país ou pessoa jurídica estrangeira autorizada a funcionar no Brasil, com a mesma justificativa e proposição do PL n° 4.059 (Gomes, 2020).

Com o passar dos anos, o sistema capitalista se transforma e incorpora cada vez mais o discurso “verde”, da sustentabilidade. Com isso, o processo de estrangeirização também se atualiza e a compra de terras para plantar florestas, com fins de descarbonização, cresce. Esse fenômeno é chamado de *green grabbing* (Sauer; Borras Jr., 2016) e consiste na apropriação de terras para o mercado de carbono sob o discurso de que é necessária a redução ou compensação das emissões de gases do efeito estufa. Assim, a floresta em pé (não raras as vezes completamente exótica, como é o caso de algumas plantações de eucalipto no Brasil) passa a possuir um valor de mercado. Além desse uso, a utilização de áreas não desmatadas como porções de Reserva Legal – para atender à legislação, que demanda que as propriedades apresentem uma reserva florestal cujo tamanho corresponda a pelo menos 20% da área total do imóvel – também é recorrente. Todavia, essas áreas não necessariamente atendem os critérios da lei e podem se sobrepor a áreas protegidas ou territórios de povos tradicionais, dada a facilidade de registro auto declaratório na plataforma do CAR, que não são validados nem fiscalizados pelas autoridades ambientais, como destacam Silva et al. (2023).

Outra questão relevante sobre as grandes negociações por terra é que elas são geralmente secretas, o que torna difícil saber exatamente quanta terra foi adquirida, o que representa um desafio metodológico para os pesquisadores do tema. Oya (2013), nesse sentido, aponta quatro problemas dos dados sobre os processos de estrangeirização de terras: a mensuração, que diz respeito a adotar dados publicados na imprensa como fatos; a dificuldade de se coletar dados sobre o uso da terra; o caráter enviesado dos bancos de dados, que dão mais ou menos atenção aos casos em função do país alvo e do país investidor; e a pouca quantidade de trabalhos de confirmação dos dados coletados<sup>18</sup>.

O crescimento do mercado de *commodities* no começo do século XXI estimulou a

---

<sup>18</sup> É com o intuito de buscar preencher essa lacuna do quarto problema que foi elaborado o relatório “Expansão do ‘agronegócio’, estrangeirização de terras e ação do Estado: problematizando as transformações no meio rural brasileiro” (Leite et al., 2022), do GEMAP, cuja base de dados é a fonte para a elaboração do Mapa 9 (página 54). A natureza volátil dos negócios envolvendo terras, a velocidade com que se compra e vende ativos ou mesmo transfere propriedades, além da confiabilidade das fontes, são desafios para a elaboração de pesquisas sobre a estrangeirização. Nesse sentido, cruzar dados de diferentes fontes (órgãos governamentais, relatórios das empresas e relatórios de organizações da sociedade civil e redes) e estabelecer recortes temporais precisos são formas de contornar tais desafios. Particularmente nos últimos anos – nos quais é possível observar movimentos de negociação e renegociação de ativos, com redes de investidores sendo desfeitas ou se reconfigurando – os grandes investidores do negócio de terras estão cada vez mais preocupados em mascarar seus laços com as fazendas.

migração de diversos investidores para o setor primário da economia, aquecendo o mercado de terras não apenas no âmbito nacional, mas também internacional. Assim, se intensificou um processo secular de estrangeirização de terras, caracterizado pela compra de propriedades por agentes externos ao território nacional que controlam, decidem o que vai ser feito com a terra e são remunerados com a renda proveniente dela. São diversos atores envolvidos, desde aqueles diretamente ligados ao sistema financeiro e bancário às empresas do setor agropecuário, energético e mineral, bem como os Estados Nacionais, que têm papel fundamental na elaboração da legislação referente à compra de terras por estrangeiros e no grau de permissividade com que a grilagem ocorre no território. Diante da volatilidade e falta de transparência nesse mercado, os esforços de pesquisa são desafiadores e demandam uma abordagem que olhe para o fenômeno em diversas escalas e a partir de diversas fontes, conciliando métodos também diversos. É nesse sentido que, a seguir, mobilizarei uma série de dados para discutir o processo de estrangeirização de terras no Matopiba.

## **2.2 Estrangeirização de terras no Matopiba**

No caso brasileiro, a demanda por biocombustíveis por conta do aumento do preço do petróleo, em 2000, e a elevação dos preços dos alimentos, a partir de 2005, foram dois momentos importantes para a expansão do agronegócio e sua internacionalização, que é um dos principais destinos das aquisições de terras. Nesse processo, há um grande interesse e mobilização do setor para se associar e regularizar a compra de terras por estrangeiros, com parcerias e forte dependência entre o capital nacional e o internacional para driblar a legislação brasileira (Gomes, 2020). A mobilização foi tamanha que em 2020, de acordo com o levantamento do GEMAP, 9.194.527 hectares de terras estavam sob o controle de estrangeiros (Leite, 2022).

De forma particular, o Matopiba surge com as transformações do capitalismo financeiro e do agronegócio para atender aos interesses de grandes corporações transnacionais e grandes players do mercado financeiro, estabelecendo novos interesses políticos, fluxos financeiros e novas dinâmicas de conflito e resistência dos povos (Gomes, 2020). Quando o capital internacional chega na região, a valorização das terras cresce, o que por consequência aumenta a grilagem e a expropriação de terras. Não é, portanto, como se a estrangeirização criasse fenômenos, mas ela amplia processos que já existiam, aumenta a escala de operação, intensifica a vulnerabilidade e diminui a resiliência ecológica e socioeconômica dos povos e seus territórios.

No Matopiba há uma forte presença estadunidense – que não se restringe às grandes empresas, com grupos de produtores individuais ou pequenos grupos de investidores que migram para a região aproveitando a onda de compras –, europeia (em especial holandesa, britânica e portuguesa) e asiática (japonesa e chinesa), que “[...] têm uma perspectiva de verticalização das cadeias de valor e são mobilizados por grandes players do agro ou de setores que, através de estratégias de fusões intersetoriais têm aumentado cada vez mais sua atuação” (Gomes, 2020, p. 237). De acordo com os dados levantados por Figueredo (2024), no SNCR constam 361.560,66 hectares no controle de nacionalidades estrangeiras no Matopiba. Esse número contrasta com os dados do GEMAP (Leite, 2022), que apontam, como mostra a Tabela 1<sup>19</sup>, para pelo menos 1.186.179 hectares sob controle estrangeiro na região, dos quais 314.942 hectares estão na Bahia, 350.212 no Tocantins, 295.878 no Maranhão e 264.340 no Piauí (como podemos ver no Mapa 9, que não contempla todas as propriedades estrangeiras<sup>20</sup> do estado, já que algumas empresas não realizaram o georreferenciamento). Além disso, em alguns empreendimentos mapeados não foi possível descobrir a extensão em hectares da fazenda, uma informação que é autodeclarada e que algumas propriedades não declararam. Assim, o dado é subestimado.

**TABELA 1:** Total de hectares sob controle de agentes estrangeiros nos estados do Matopiba (2024)

<b>Estado do Matopiba</b>	<b>Total de hectares sob controle estrangeiro</b>
Maranhão	295.878
Tocantins	350.212
Piauí	264.340

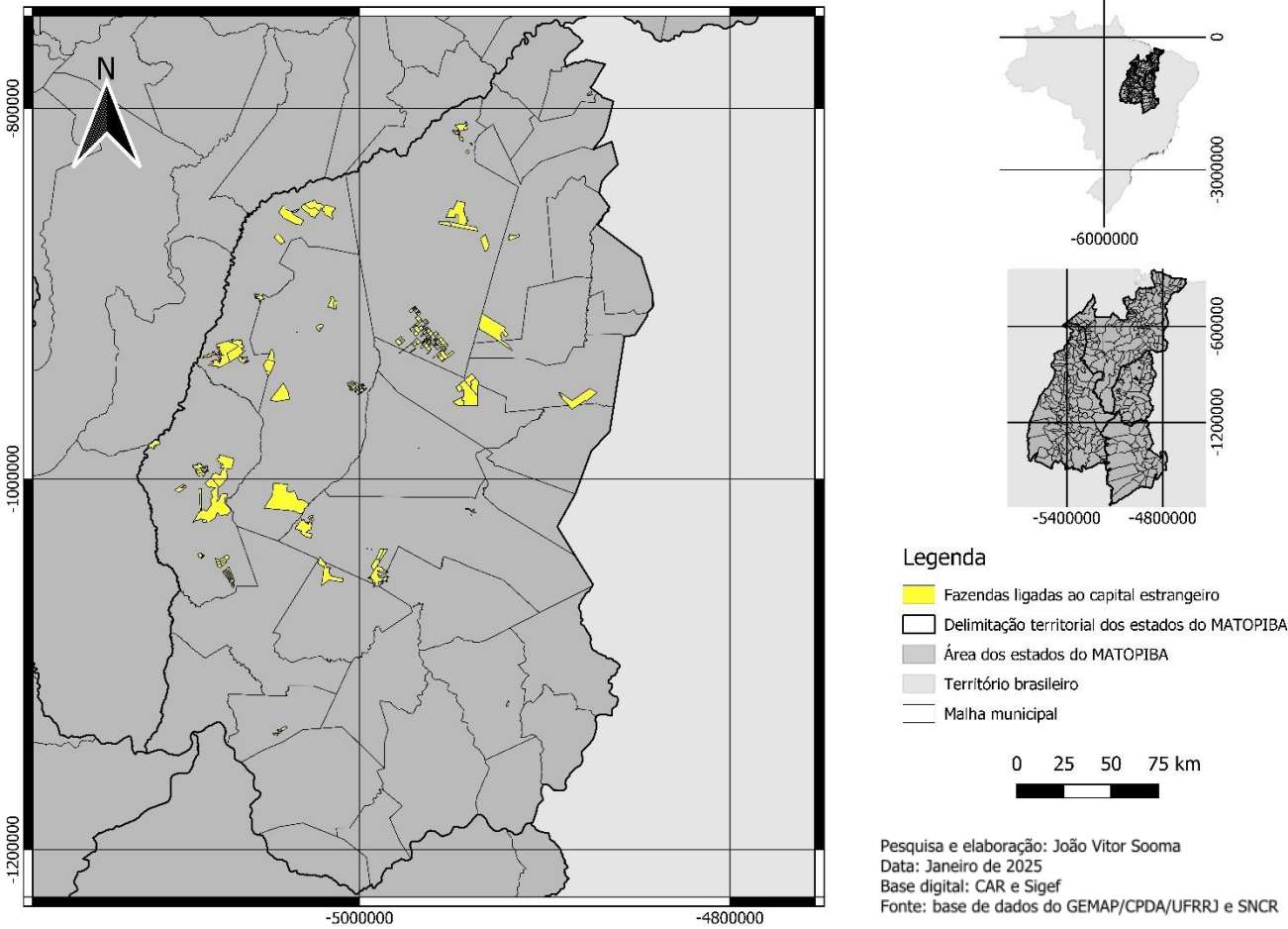
<sup>19</sup> Para a elaboração da Tabela 1, foram organizados os dados do GEMAP por estados e municípios do Matopiba. A partir dos dados gerais sobre estrangeirização no Brasil, organizei os dados em tabelas com as informações pertinentes para meu trabalho: nome da controladora, nome do empreendimento, área em hectares do empreendimento, nome da operadora direta, CNPJ da operadora direta, município do empreendimento, atividade do empreendimento, fonte de onde foram retirados os dados e nacionalidade da empresa controladora. Especialmente na tabela do Piauí, estado foco desta pesquisa, incluí também uma coluna sinalizando se as propriedades estavam ou não georreferenciadas e complementei os dados do GEMAP com as propriedades cadastradas como estrangeiras no SNCR (atualizado em 01/12/2024). A partir do nome do empreendimento ou CNPJ da controladora, via plataforma Registro Rural, CAR ou SIGEF, fiz o download dos arquivos georreferenciados no formato shapefile para a elaboração do Mapa 9. Após a organização dos dados, somei o total de hectares por estado para construir a Tabela 1.

<sup>20</sup> Como conceituei anteriormente, “propriedade estrangeira” aqui significa aquele empreendimento cuja empresa responsável possui alguma relação acionária ou pertence completamente a alguma empresa estrangeira. Entram aqui também os casos de proprietários individuais que possuem nacionalidade estrangeira. Há, portanto, uma distinção fundamental entre “empresa estrangeira” e “empreendimento estrangeiro”, sendo a empresa aquele ator que controla o empreendimento (já conceituado anteriormente).

Bahia	314.942
<b>TOTAL</b>	<b>1.186.179</b>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do GEMAP (2020), atualizado com a incorporação de propriedades listadas como pertencentes a estrangeiros no SNCR (2024).

**MAPA 9:** Propriedades estrangeiras georreferenciadas na porção do estado do Piauí pertencente ao Matopiba (2024)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do GEMAP (2020), atualizado com a incorporação de propriedades listadas como pertencentes a estrangeiros no SNCR (2024).

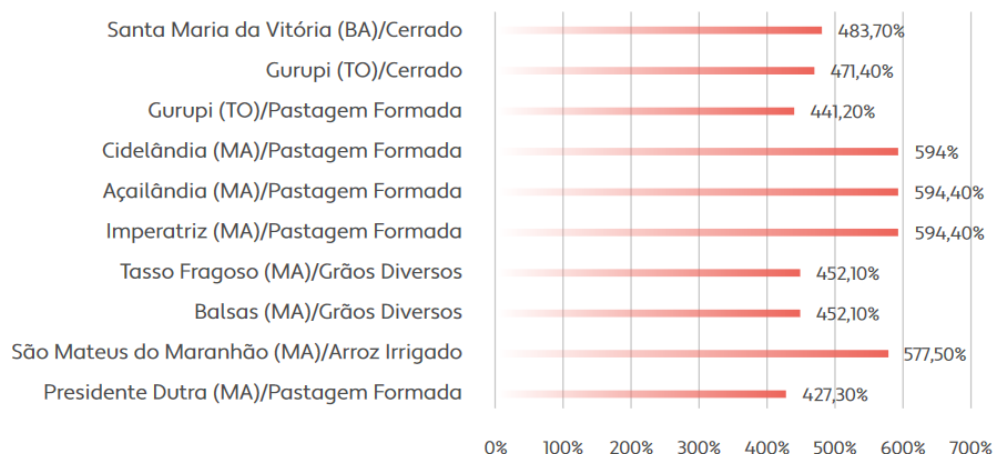
É possível observar no mapa áreas em amarelo, que correspondem aos empreendimentos ligados ao capital internacional, além das áreas em cinza com a delimitação dos municípios do Piauí pertencentes ao Matopiba. Para a construção da cartografia, organizei parte da base de dados do GEMAP (atualizada em 2020), filtrando apenas os dados sobre municípios do Matopiba. A partir dessa primeira filtragem, reorganizei os dados em quatro tabelas, uma para cada estado. Apenas para o Piauí, estado escolhido como recorte para o mapeamento, adicionei as propriedades registradas como estrangeiras no SNCR (atualização

em dezembro de 2024). Uma vez com os dados atualizados, procurei os códigos de parcela do Sistema de Gestão Fundiária (Sigef) ou o número de registro do CAR via plataforma Registro Rural. Com essas informações, procurei os arquivos *shape* de georreferenciamento no Sigef ou no Sistema Cadastro Ambiental Rural (Sicar).

Na organização dos dados, a falta de georreferenciamento para alguns empreendimentos e de informações sobre a extensão das propriedades em hectares, ambos frutos de um sistema de registo auto declaratório, são dois desafios metodológicos relevantes. Diante do desafio apresentado por esse tipo de sistema, o GEMAP buscou desenvolver uma metodologia mais fiel ao panorama real do mercado de terras no Brasil, cruzando diferentes fontes de dados para a elaboração de sua própria base. A partir do trabalho de Gomes (2020), entre 2017 e 2020 o grupo triangulou dados da Land Matrix, da Grain, do Banco de Dados da Luta pela Terra, do SNCR, do Sisnate e do SIGEF, bem como informações da Receita Federal brasileira, Bolsa de Valores B3, Comissão de Valores Mobiliários, relatórios para acionistas, relatórios de sustentabilidade, sites das empresas e fundos e planos de manejo florestal. Partindo dos dados fornecidos pelas três primeiras, cada entrada foi individualmente analisada nas demais fontes e foi averiguado se a propriedade ainda estava sob controle estrangeiro. De acordo com Kato, Siviero Vicente e Leite (2024, p. 25), o exercício de organização desses dados “[...] deve ser interpretado como um ensaio de quantificação do fenômeno e de explicitação da falta de confiabilidade das informações oficiais existentes”. Isso aponta para a necessidade, como destacam, de desenvolver novas metodologias para mensurar, monitorar, atualizar e publicizar os dados sobre a estrangeirização de terras.

Como disse anteriormente, o Matopiba é considerado o último local de expansão da fronteira agrícola no Brasil. Nessa região, a des-territorialização tem a particular presença maciça do capital financeiro voltado à especulação de terras, que compra terras griladas (Pitta, Boechat e Mendonça, 2018) e as transformam em ativo financeiro. Com isso, aumentam exponencialmente os casos de conflitos territoriais, que quintuplicaram em um período de vinte anos, como aponta a Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2018). A violência é acompanhada por um aumento na compra de terras, o que representa também um processo de valorização do preço das terras, que subiu mais de 400% entre 2008 e 2017 em todas as localidades analisadas pelo Instituto FNP, como mostra a Figura 1 (Furtado; Kato; Barros Jr., 2022, p. 35):

**FIGURA 1:** Variação dos preços das terras em áreas selecionadas do Matopiba (de 2008 a 2017, em preços correntes)



Fonte: Informa Economics – IEG/FNP *apud* Furtado, Kato e Barros Jr. (2022). Elaboração: Orlando Aleixo Barros Jr. Créditos: GEMAP/CPDA/UFRRJ.

Ainda de acordo com dados do FNP, entre 2005 e 2015, nas áreas com cobertura de vegetação nativa o preço médio do hectare no Piauí, em valores correntes, passou de R\$ 76,00 para R\$ 496,00, uma alta de 548%. No oeste da Bahia, o aumento foi de 270%. Para as terras agrícolas destinadas à produção de grãos, houve em Porto Nacional (TO) um aumento de 252%, com o preço da terra saltando de R\$ 2.893,00 para R\$ 10.183,00. Há também uma diferença significativa no preço das terras quando comparadas as terras com cobertura vegetal e as áreas com produção agrícola. Em 2015, essa diferença de preço variava de R\$ 1.000,00 a R\$ 16.000,00 (Frederico e Almeida, 2019). O entrevistado A (2024), 44 anos, dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí, relatou em entrevista realizada no dia 01/12/2024, via Google Meet, que em uma de suas transações de terra, Harvard comprou uma área com a Insolo por dez milhões<sup>21</sup> e vendeu por mais de 100 milhões. A compra de terras brutas e sua transformação em terras com produção agrícola se torna, a partir da valorização do preço, um negócio lucrativo que leva ao surgimento de empresas do ramo de “desenvolvimento de terras”, como a Brasil Agro<sup>22</sup>. Essa estratégia é explícita nos relatórios de outras empresas além da Brasil Agro, como a Adecoagro, a SLC Agrícola e a Tiba Agro, que adquirem, transformam e vendem terras

[...] com grande potencial de precificação num prazo médio de cinco anos. Para isso, procuram adquirir terras a preços relativamente baixos, geralmente localizadas em áreas de expansão da fronteira agrícola, com condições

<sup>21</sup> Não foi informada a moeda da negociação.

<sup>22</sup> <https://ri.brasil-agro.com/brasilagro/historico-e-perfil/#:~:text=A%20BrasilAgro%20%C3%A9%20uma%20das,propriedades%20rurais%20com%20aptid%C3%A3o%20agropecu%C3%A1ria.>

edafoclimáticas e pedológicas adequadas para a produção de sequeiro e se possível o desenvolvimento de duas safras por Ano Agrícola (Fernandes; Frederico; Pereira, 2019, p. 190)

A expansão das atividades agropecuárias, aumento do preço das *commodities* e dos investimentos financeiros contribuíram com esse processo de valorização das terras, favorecendo a especulação e alimentando cada vez mais a vinda de investidores estrangeiros. Esse processo de especulação, além de ser influenciado pelo aumento do preço da terra, influencia esse crescimento, como relata o entrevistado A:

[...] o cara ele ganha dinheiro na especulação tanto que o valor da propriedade ela subiu muito, muito mesmo. É o cara chegar e dar 5 mil num hectare de terra, dar 8 mil num hectare de terra, é 1 hectare que eu estou falando, já soube aí nos bastidores que teve gente que já comprou até hectare muito mais caro do que isso, por exemplo 12 mil o hectare. Então você vê o tanto que a especulação fez esse preço subir e tudo isso é recurso internacional, não é recurso local não (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu).

A partir dos dados e relatos, fica evidente como a variação no preço da terra é diretamente influenciada pelo capital internacional.

No que diz respeito à nacionalidade das empresas/fundos/proprietários estrangeiros atuando no Matopiba<sup>23</sup>, de acordo com a base de dados do GEMAP, há na região diversas origens, com pode ser visto na Tabela 2. Essas empresas/fundos/proprietários controlam 1.073 empreendimentos, como mostra a Tabela 3.

**TABELA 2:** Nacionalidade das empresas/fundos/proprietários no Matopiba (2024)

Nacionalidade	Número de empresas/fundos/proprietários
Estados Unidos	25
Holanda	12
Reino Unido	8
Japão	7
Portugal	7
Argentina	5
China	5

<sup>23</sup> Aqui há algumas sobreposições, como é o caso da Amaggi/Louis Dreyfus/Zen-Noh Corporation, que foi contabilizada uma vez como empresa francesa e uma vez como empresa japonesa.

Suíça	5
Canadá	4
França	4
Alemanha	2
Itália	2
Nova Zelândia	2
Singapura	2
Uruguai	2
Angola	1
Austrália	1
Bélgica	1
Bermudas	1
Brunei Darussalam	1
Catar	1
Ilhas Cayman (território ultramarino britânico)	1
Coreia do Sul	1
Espanha	1
Ilhas Maurício (departamento ultramarino francês)	1
Ilhas Virgens (território ultramarino britânico)	1
Índia	1
Indonésia	1
Jersey	1
Luxemburgo	1
Panamá	1
Paraguai	1
Polônia	1
Síria	1
Suécia	1

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do GEMAP (2020), atualizado com a incorporação de propriedades listadas como pertencentes a estrangeiros no SNCR (2024).

**TABELA 3:** Número de empreendimentos estrangeiros no Matopiba, com divisão por estado e nacionalidade (2024)

<b>Nacionalidade</b>	<b>Número total de empreendimentos</b>	<b>Número de empreendimentos no Maranhão</b>	<b>Número de empreendimentos no Tocantins</b>	<b>Número de empreendimentos no Piauí</b>	<b>Número de empreendimentos na Bahia</b>
Estados Unidos	345	20	190	45	90
Reino Unido	142	74	0	12	56
Portugal	140	19	120	1	0
Holanda	116	11	54	26	25
Japão	80	36	19	9	16
Canadá	48	14	6	8	20
Bélgica	46	0	45	0	1
China	25	5	15	0	5
Suíça	24	8	3	3	10
França	23	5	6	3	9
Argentina	23	0	7	3	9
Alemanha	23	10	2	7	4
Suécia	22	10	1	7	4
Ilhas Virgens (território ultramarino britânico)	11	0	11	0	0
Coréia do Sul	10	0	0	0	10
Síria	9	1	0	3	5
Bermudas	9	4	4	0	1
Panamá	8	8	0	0	0

Itália	8	0	8	0	0
Jersey	8	0	0	3	5
Austrália	6	1	1	1	3
Luxemburgo	4	0	2	0	2
Catar	4	0	2	0	2
Singapura	4	0	0	0	4
Uruguai	4	0	4	0	0
Espanhóis	3	0	0	3	0
Indonésia	3	0	0	0	3
Índia	2	0	2	0	0
Ilhas Maurício (departamento ultramarino francês)	2	0	2	0	0
Nova Zelândia	2	0	0	0	2
Brunei Darussalam	1	0	0	1	0
Angola	1	0	0	1	0
Polônia	1	0	0	1	0
Paraguai	1	0	0	0	1
Ilhas Cayman (território ultramarino britânico)	1	0	0	0	1

Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do GEMAP (2020), atualizado com a incorporação de propriedades listadas como pertencentes a estrangeiros no SNCR (2024).

No que diz respeito à atividade produtiva exercida<sup>24</sup>, como apontou Gomes (2020) – cujo trabalho serviu de base para a elaboração dos dados do GEMAP – a maior parte cultiva soja, seguidos por aqueles que cultivam árvores, cana-de-açúcar, investem em usinas de açúcar, etanol ou biodiesel, cultivam algodão, exercem atividade pecuária, cultivam café, atuam no campo da especulação imobiliária, cultivam milho, fazem *trading*, geram energia eólica, produzem sementes, cultivam frutas, produzem leite, servem de armazenamento, geram energia hidroelétrica, bioenergia ou energia termoeleétrica.

Quanto à distribuição municipal dos investimentos estrangeiros em terras no Matopiba, há 62 empreendimentos em Balsas (MA), 43 em Luís Eduardo Magalhães (BA), 42 em São Salvador do Tocantins (TO), 38 em Palmeirante (TO), 35 em Goiatins (TO) e Palmeirópolis (TO), 33 em Barreiras (BA), 30 em Formosa do Rio Preto (BA), 24 em Porto Nacional (TO), 23 em Baixa Grande do Ribeiro (PI), 22 em Correntina (BA), 19 em Babaçulândia (TO) e Buriti Bravo (MA), 17 em Buriti (MA), 16 em Santa Filomena (PI), 15 em Jaborandi (BA) e São Desidério (BA), 13 em Ribeiro Gonçalves (PI), 12 em Ananás (TO), 10 em Dianópolis (TO), 9 em Uruçuí (PI) e Anapurus (MA), 8 em Loreto (MA), Santa Quitéria do Maranhão (MA) e Brejinho de Nazaré (TO), 6 em Riachão (MA), Tasso Fragoso (MA), Miracema do Tocantins (TO) e Mansidão (BA), 4 em São Raimundo das Mangabeiras (MA), Alto Parnaíba (MA), Monte Alegre do Piauí (PI), Bom Jesus (PI), Sebastião Leal (PI), Palmas (TO), Filadélfia (TO); 3 em São Luís (MA), Gerais de Balsas (MA), Corrente (PI); 2 em São Gonçalo do Gurgéia (PI), Marcos Parente (PI), Palmeira do Piauí (PI), Alvorada do Gurgéia (PI), Sambaíba (MA), Coribe (BA), Santa Rita de Cássia (BA), Cristópolis (BA), Mateiros (TO), Tupirama (TO), Cariri do Tocantins (TO), Santa Rosa do Tocantins (TO), Piraquê (TO), Pedro Afonso (TO), Paranã (TO); 1 em Taguatinga (TO), Araguacema (TO), Presidente Kennedy (TO), São Valério da Natividade (TO), Guaraí (TO), Figueirópolis (TO), Colinas do Tocantins (TO), Couto de Magalhães (TO), Lagoa da Confusão (TO), Formoso do Araguaia (TO), Peixe, São Salvador do Tocantins e Paranã (TO), Aliança do Tocantins (TO), Crixás do Tocantins (TO), Divinópolis do Tocantins (TO), Bom Jesus do Piauí (PI), Currais (PI), Porto Alegre do Piauí (PI), Santa Luz (PI), Gilbués (PI), Baianópolis (BA), Cotegipe (BA), Riachão das Neves (BA), Bom Jesus da Lapa (BA).

Os principais atores do processo de estrangeirização no Matopiba, por sua vez, são

---

<sup>24</sup> É importante destacar que em alguns investimentos é exercida mais de uma atividade produtiva.

divididos por Gomes (2020)<sup>25</sup> em oito grupos: grandes *tradings*; empresas japonesas; empresas agrícolas; empresas de produção de *commodities* alimentares; projetos de autosegregação; empresas do segmento energético; empresas de setores sinérgicos ao agronegócio; e atores institucionais privados.

O primeiro grupo, as grandes *tradings*, fazem parte de um oligopólio que controla os fluxos globais de comercialização, mas também atuam em outras etapas das cadeias de valor, como armazenamento, logística, processamento de grãos, entre outros. Exemplos desse grupo são: a ALZ Grãos, uma associação entre o Grupo Amaggi, a companhia Louis Dreyfus e a cooperativa agrícola Zen-Noh; a Cargill, grande produtora de soja que chegou em Barreiras em 1994 e conta com um sistema de armazenamento que recobre importantes áreas de produção de grãos, com armazéns nas cidades de Campos Lindos (TO), Balsas (MA), Tasso Fragoso (MA), Porto Franco (MA), Formosa do Rio Preto (BA) e Riachão das Neves (BA), além de fazendas que somam mais de 6.200 hectares em Dianópolis (TO), São Desidério (BA) e Formosa do Rio Preto (BA); a Bunge<sup>26</sup>, líder mundial em originação, processamento e fornecimento de produtos e ingredientes de oleaginosas e grãos, que também é grande investidora no setor de etanol, açúcar e bioenergia; e o conglomerado Louis Dreyfus, que atua nos segmentos do açúcar, bioenergia, arroz, algodão, suco de laranja, soja e derivados, milho e trigo, entre outros, e que, por meio do Grupo Calyx, está envolvido em processos produtivos e especulativos com a extração da renda da terra no Matopiba, em áreas que somam aproximadamente 19.600 hectares (Gomes, 2020).

O segundo grupo de empresas, as japonesas, são marcadas pelo interesse imediato de investir nas terras e na produção agrícola, junto às atividades de *trading*, mas também investindo em outros segmentos da cadeia dos grãos e do algodão. Alguns exemplos são: a Mitsubishi, que atua no Matopiba por meio da Agrex, após compra gradativa da empresa brasileira Ceagro (anteriormente comprada pela Los Grobo), com áreas de produção de sementes e unidades agrícolas e armazéns, com mais de 26 mil hectares plantados de soja em 2019/2020<sup>27</sup>; a Sojitz, que em parceria com a empresa brasileira Coteminas e por meio da

---

<sup>25</sup> Essa proposta de divisão comporta os empreendimentos listados na base de dados do GEMAP; entretanto, na elaboração do relatório (Leite, 2022), alguns casos considerados por Gomes não foram contabilizados pelo grupo de estudos.

<sup>26</sup> A Bunge é um dos exemplos de como as empresas mascaram sua atuação predatória sobre os ecossistemas. Ao mesmo tempo em que assume um compromisso público de desmatamento zero, compra soja da SLC Agrícola e BrasilAgro, que desmataram legalmente, de 2001 a 2017, 19.683 hectares de vegetação nativa no Piauí (Drost; Wilde; Drennen apud Spadotto, 2023).

<sup>27</sup> Vale destacar que os dados sobre a extensão da área em posse da Agrex não são precisos. Gomes (2020), estima que as áreas são muito maiores do que as declaradas no *site* da empresa.

subsidiária Tropical Agroparticipações S.A, adquiriu um imóvel de 50 mil hectares – dos quais 17 mil são utilizados para produção de soja e milho enquanto o resto está dedicado à valorização passiva de ativos imobiliários – em Baixa Grande do Ribeiro, no Piauí, por R\$ 143,9 milhões; e a Mitsui, que adquiriu a empresa Multigrain e seu braço agrícola, a Xingú-Agri, e passou a deter sete terminais portuários, 27 armazéns, estrutura de logística e também grandes áreas distribuídas nos municípios de Balsas (MA), Correntina (BA) e São Desidério (BA), dedicados à produção de soja, milho, algodão e processos industriais para o beneficiamento de algodão e sementes de soja. Além disso, a Mitsui detém a segunda maior usina de beneficiamento de algodão, em São Desidério, totalizando uma área de mais de 120 mil hectares sob a posse da empresa (Gomes, 2020).

O terceiro grupo, as empresas agrícolas, possuem características muito diferenciadas entre si. A SLC, por exemplo, passou por um processo de abertura de capital em 2007, em um momento de expansão da corrida global por terras, e foi a primeira empresa exclusivamente agrícola listada na bolsa de valores. No Matopiba, possui uma área de 259.920 hectares (entre terras próprias e arrendadas) e está envolvida em casos de desmatamento, grilagem de terras, violência e ameaça a comunidades tradicionais e crimes ambientais e de saúde pública de contaminação hídrica por agrotóxicos. O grupo controla a empresa SLC Agrícola e as imobiliárias agrícolas SLC Landco (uma *joint venture* com o fundo de pensão britânico Valiance) e SLC MIT (uma *joint venture* com a japonesa Mitsui), sendo o grupo econômico com o “[...] maior controle de terras exercido diretamente pela propriedade fundiária nas regiões do Sul do Piauí e do Maranhão” (Spadotto, 2023, p. 135). Outros exemplos de empresas agrícolas são as megaempresas argentinas, como a Cresud, Adecoagro, Los Grobo e MSU, que originalmente eram familiares, mas se articularam com capital financeiro internacional e se expandiram para outros países da América do Sul. Apenas a Cresud possui mais de 165.300 hectares no Matopiba, entre terras próprias e arrendadas, voltados para a produção de grãos. Por meio da criação da empresa BrasilAgro, a Cresud abriu o capital em bolsa para se expandir no Brasil sem qualquer ativo, ainda em 2006. Após abrir o capital, recebeu recursos de fundos de investimentos nacionais e internacionais para investir na produção agrícola e no mercado de terras (Frederico; Gras, 2017). A Adecoagro, por sua vez, possui mais de 20.400 hectares no oeste da Bahia e no Tocantins. Já a Los Grobo, que cresceu após a associação com o fundo brasileiro de *private equity* Vinci Partners e compra da empresa de produção, logística e comercialização de grãos Ceagro (Frederico; Gras, 2017), possuía, antes da venda para a Agrex, mais de 28 mil hectares voltados para produção de grãos nos quatro estados (Gomes, 2020).

O quarto grupo, da produção de *commodities* alimentares, é composto por empresas, investidores individuais ou pequenos grupos que veem vantagens comparativas no acesso às vastas áreas do Matopiba para atividades dos setores da pecuária leiteira (Leitíssimo e Agri Brasil), do café (grupo Olam, com uma área de 1.800 hectares em Barreiras, e Coffe House, com aproximadamente 4.481 hectares registrados em Balsas), da soja, milho e algodão. Os investidores menores ou produtores individuais são em particular estadunidenses, que “[...] migram parte de seus investimentos para a região com o intuito de expandir sua produção ou, ainda, mudaram definitivamente, aproveitando as vantagens comparativas de investir quando comparadas aos seus locais de origem, em particular o preço da terra” (Gomes, 2020, p. 299) – entre esses atores destacam-se as empresas Carrol Family Farm, que está construindo um fundo específico para arrematar recursos para comprar terras no Matopiba, e South American Soy LLC, especializada em comprar terras na fronteira agrícola, torná-las produtivas, cultivar por um tempo e depois vendê-las (Gomes, 2020).

O quinto grupo, dos investimentos marcados pela autossegregação, possui dois casos exemplares: uma colônia de sul-coreanos em Formosa do Rio Preto (BA), que possui 10.600 hectares de terras para produção de arroz, mandioca, eucalipto e produtos de horticultura; e a Associação Maharishi, com atuação em Guadalupe, Cristiano Castro e Alvorada do Gurguéia, no Piauí (Gomes, 2020). Já o sexto grupo, do setor energético, é representado pelas empresas Actis, Enel, EDP e Ceste. Além das usinas hidroelétricas, se destacam quatro parques solares no Oeste da Bahia: um em Barreiras (BA), dois em Bom Jesus da Lapa (BA) e um Tabocas do Brejo Velho (BA) (Gomes, 2020). O sétimo grupo, de empresas de setores sinérgicos ao agronegócio, é representado por aquelas que “[...] atuam no fornecimento de fertilizantes, agrotóxicos e serviços para os produtores agrícolas, e a uma área dedicada à mineração de ouro” (Gomes, 2020, p. 308). Juntas, Nufarm, Euro Chem, Roulier Group, ChemChina e Lara Explotation controlam mais de 7 mil hectares no Matopiba (Gomes, 2020). Por último, o oitavo grupo, dos atores institucionais privados que têm sua origem no mercado financeiro, é composto por fundos que atuam a partir da criação de carteiras de investimento diversificadas em diversos locais do mundo explorando a terra.

Como mencionado anteriormente, dois exemplos controversos são os fundos de pensão TIAA e o grupo Harvard Management Company (HMC), envolvidos em fortes conflitos fundiários, como o caso da empresa Granflor e sua subsidiária Caracol (investimentos do HMC), vinculadas aos empresários Romualdo Maestri e Victor Hugo Silveira Boff, que adquiriram uma fazenda no município de Cotegipe (BA) e Mansidão (BA), a fazenda Campo

Largo, de 107.087 hectares, que foi roubada após uma série de golpes pelo então deputado estadual Márcio Cardoso.

Desde então, a terra encontra-se em litígio, mas, mesmo nessas circunstâncias, Cardoso vendeu 104.121 hectares e permaneceu os 33.000 hectares de terra restantes. Depois da morte dele, os 33.000 hectares passaram às mãos de José Oduvaldo Oliveira Souza (de apelido “Duva”), identificado durante o trabalho de campo como um grileiro que atua há muito tempo na região Oeste da Bahia, na forma de pagamento de uma dívida. A partir da entrada de Duva na cadeia possessória da Fazenda “Campo Largo”, esse conseguiu arregimentar condições para vender 145.000 hectares de terra ao grupo Caracol. De acordo com quatro entrevistas realizadas em campo, Duva grilou essas terras através de contratos de compra suspeitos e trambiques cartoriais, tráfico de influência, cumplicidade de autoridades judiciais e pistolagem, na forma de empresas de segurança privada, para expulsar famílias e opositores ao seu projeto. No bojo desse conflito, aproximadamente 240 famílias foram expulsas e três pessoas assassinada (Gomes, 2020, p. 313-314).

Como consequência do processo fraudulento, as matrículas e registros das fazendas da Caracol foram canceladas na justiça em setembro de 2020 (Siviero Vicente et al., 2021). No total, os investimentos do HMC no Matopiba somam mais de 316 mil hectares. Nas primeiras duas décadas do século XXI a companhia controlava pelo menos 1,5 milhão de hectares em 15 países (Siviero Vicente, 2020). Em 2019, o HMC liquidou alguns ativos após retorno negativo de 12,4% e detinha quase US\$ 50 bilhões em ativos, com 4% destinados para investimentos em recursos naturais (Siviero Vicente et al., 2021). Quatro anos depois, apenas 1% do *endowment* da HMC era destinado para investimentos em recursos naturais (HMC, 2023). Além da Granflor, a Florestas do Sul Agroflorestal, a Insolo<sup>28</sup>, a Gordian Bioenergy (que enfrenta processos administrativos e judiciais em seus imóveis na Bahia e no Piauí) e a Teak Resources Company são outras empresas envolvidas em negócios de terras do grupo (Leite, 2022).

Já o TIAA, por meio de sua holding TIAA-CREF Global Agriculture HoldCo, financia empresas de produção agrícola e controla mais de 142 mil hectares em investimentos na região, sendo pelo menos parte deles comprados de um dos grileiros mais poderosos do local, Euclides de Carli, como aponta Gomes (2020, p. 317): “De acordo com informações fornecidas pela própria empresa, parte das terras da Radar no sul do Maranhão e do Piauí foram adquiridas do dono da empresa CODECA, o Sr. Euclides de Carli”, incluindo as já citadas fazendas Laranjeiras, Limoeira, Frutal, Piqui, São Roberto e Santa Alexandra e as fazendas Sagitário e Marimbondo, em Balsas e no Alto Parnaíba (Gomes, 2020; Pitta e Mendonça, 2015; Spadotto,

---

<sup>28</sup> A Insolo é uma das principais empresas envolvidas no negócio de terras no Piauí e está diretamente relacionada a uma série de conflitos, como relata o entrevistado A: “[...] agora mesmo por exemplo nós tivemos empresas que entrou com ações de despejo de comunidades inteiras uma delas é uma empresa que deve ser uma subsidiária não sei qual é, mas ela presta serviços para a Insolo” (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu).

2023). O TIAA recebe investimentos de outros fundos de pensão em dois de seus fundos internacionais – o TIAA-CREF Global Agriculture LLC (TCGA I) e o TIAA-CREF Global Agriculture II LLC (TCGA II) – como é o caso do fundo de pensão dos médicos alemães, Ärzteversorgung Westfalen-Lippe (ÄVWL), que investiu US\$ 100 milhões no TCGA I em 2011, do fundo de pensão para funcionários do governo e profissionais da educação da Holanda, o Stichting Pensioenfonds ABP, que em 2018 possuía US\$ 200 milhões em ativos investidos no TCGA II e do Segundo Fundo de Pensão Nacional da Suécia, o AP2, que investiu US\$ 450 milhões no TCG I e US\$ 750 milhões no TCGA II (FIAN International, 2018).

A TIAA-CREF Global Agriculture HoldCo também criou empresas como a Mansilla S/A e a Cosan S/A, que em sociedade formaram a Radar S/A para ampliar os investimentos no negócio de terras no Brasil. Hoje, após a Cosan vender sua participação por aproximadamente R\$ 1,06 bilhões, as ações preferenciais da Radar são 100% da Mansilla, enquanto, para burlar a lei, a Cosan mantém a maior parte das quotas ordinárias, permanecendo como controladora majoritária da Radar. Além da parceria com a Mansilla, a Cosan S/A também possui *joint venture* com a gigante do ramo de energia, Shell, para produzir e distribuir etanol e açúcar e tem uma subsidiária, a ComGás, para distribuir gás natural no Brasil. Também na tentativa de maquiagem a atuação estrangeira no país, o TIAA (por meio de uma subsidiária chamada Terra Viva Brasil Participações LTDA) e a Cosan S/A criaram a Tellus Brasil Participações S/A, na qual a subsidiária do fundo estrangeiro é proprietária de 49% da empresa enquanto a Cosan é proprietária de 51%. Nesse esquema de subsidiárias<sup>29</sup> e participações inferiores a 50%, o fundo estadunidense tenta mascarar sua atuação sobre o território brasileiro burlando a lei que estabelece que um município não pode ter mais de 25% da sua área sob o controle de empresas estrangeiras (Figueredo, 2024).

Além do TIAA e do HMC, a gestora de fundos de investimento canadense Brookfield Asset Management possui na região mais de 85 mil hectares. De acordo com dados de 2017 do Preqin, a Brookfield era a quarta maior administradora de fundos para recursos naturais do mundo, “[...] em 2016, já contabilizava cerca de 1,5 milhões de hectares de florestas plantadas, sendo 290 mil hectares no Brasil e 270 mil hectares destinados aos cultivos de grãos e cana-de-açúcar, também no Brasil, além da bovinocultura” (Siviero Vicente et al., 2021, p. 8). Assim como outros agentes estrangeiros que atuam no Matopiba, a Brookfield adota diversas estratégias para nacionalizar seus investimentos, como a criação de subsidiárias (são mais de

---

<sup>29</sup> Essa é uma das principais estratégias do capital internacional para atuar no território brasileiro. Na análise do GEMAP, 56% dos casos de estrangeirização no país se deram com a abertura de subsidiárias (Leite, 2022).

40 subsidiárias nacionais associadas ao Brookfield Agriculture Group); a compra de debêntures conversíveis em ações, permitindo que a Brookfield passe a se tornar acionista de empresas proprietárias de terras no momento do vencimento dos títulos; a compra de títulos do agronegócio e outras formas de financiamento e crédito lançados pelo Governo Federal; e a captação de fundos internacionais voltados para investimentos em terras, na qual o Brookfield Brazil Agriland Fund I (BBAFI) captou US\$ 330 milhões e o Brookfield Brazil Agriland Fund II (BBAFII) captou US\$ 500 milhões (Siviero Vicente et al., 2021). Nos últimos anos, a gestora iniciou um processo de venda dos seus ativos em terra/agricultura no Brasil, como noticiado pelo Valor Econômico<sup>30</sup>.

O Matopiba é marcado pela atuação de diversos atores envolvidos no processo de estrangeirização de terras, que adotam estratégias de associação com o capital nacional para burlar a lei e controlar mais de um milhão de hectares na região. Com influência direta sobre o preço das terras, a atuação do capital internacional estimula o mercado e, a partir de empresas de variadas nacionalidades, contribui para o acirramento de uma série de violências no território, trazendo impactos sobre os quais discorrerei a seguir.

### **2.3 Impactos gerais da estrangeirização de terras no Matopiba**

É importante destacar que a ocupação estrangeira na região é acompanhada de resistência das populações tradicionais do Cerrado à desapropriação promovida por essas empresas. “Historicamente, as comunidades no Cerrado se estabeleceram, em geral, em áreas públicas não designadas, sem um status jurídico claro” (Lopes et al., 2021, p. 7). Sendo assim, a luta pelo direito à terra é árdua, com diversos povos do Cerrado sem ter suas propriedades reconhecidas (e mesmo aqueles que têm o território reconhecido), resistindo e sofrendo com a intensificação dos conflitos por terra.

Apesar de não haver uma produção de dados de conflitos exclusivamente relacionados à estrangeirização, os dados da Comissão Pastoral da Terra dão conta de dimensionar parte da violência na região, que inclui casos ligados ao capital internacional, mas não se restringe a eles. De acordo com o último relatório “Conflitos no Campo” (CPT, 2024), no que diz respeito aos conflitos por terra<sup>31</sup>, houve, na região do Matopiba, 218 conflitos em 2023, com 22.460

---

<sup>30</sup><https://valor.globo.com/agronegocios/noticia/2021/08/16/brookfield-vende-nove-fazendas-por-r-17-bi-para-fundo-e-produtores.ghtml>

<sup>31</sup> De acordo com a CPT (2024, p. 12): “Conflitos por terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaquais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo e fecho de pasto,

famílias atingidas, envolvendo 60 comunidades quilombolas, 32 povos indígenas, 65 posseiros, 16 organizações de sem-terra, 22 organizações de camponeses de fundo e fecho de pasto, três entidades de geraizeiros, 12 assentados, duas populações extrativistas, uma comunidade pescadora e uma comunidade ribeirinha, como pode ser visto na Tabela 4<sup>3233</sup>. Nela, destaquei, entre os municípios que fazem parte do Matopiba, o número de conflitos por terra, o número de famílias envolvidas e quantos conflitos no município envolviam comunidades quilombolas, povos indígenas, posseiros, sem-terra, geraizeiros, assentados, comunidades extrativistas, pescadores, pequenos proprietários e comunidades ribeirinhas (categorias da CPT):

**TABELA 4:** Conflitos por terra no Matopiba (2024)

---

quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses etc. As ocupações/retomadas e os acampamentos também são classificados no âmbito dos conflitos por terra.”

<sup>32</sup> Como a tabela 2 do relatório da CPT (2024) é organizada a partir de cada conflito individualmente, aqui, os municípios sinalizados com 1 asterisco são aqueles nos quais há pelo menos dois casos em que uma mesma comunidade esteve envolvida em pelo menos dois conflitos em momentos diferentes. Sendo assim, contabilizei apenas o número de famílias envolvidas no maior conflito, ou seja, aquele que envolveu o maior número de famílias. Exemplo: em Correntina (BA), a Comunidade do Rio Arrojado se envolveu em dois conflitos, em 13/02/2023 e em 08/08/2023. No primeiro conflito, estiveram envolvidas 3000 famílias. No segundo conflito, estiveram envolvidas 1000 famílias. Então, para a tabela, contabilizei o número de famílias envolvidas no maior conflito, de 13/02/2023. Isso pode causar alguma alteração no número real de famílias envolvidas nos conflitos em Correntina. Todavia, na tentativa de evitar sobreposições, fiz essa escolha metodológica.

<sup>33</sup> Na tabela, os municípios sinalizados com dois asteriscos são aqueles nos quais pelo menos um de seus conflitos ultrapassam o limite municipal, ocorrendo em um ou mais municípios além do sinalizado, como por exemplo em Amante do Maranhão (MA), onde há um conflito que também é observado em Arame (MA), Bom Jesus das Selvas (MA), Buriticupu (MA) e Buritirana (MA). Nesses casos, retirei as sobreposições do número total de conflitos, famílias e da contagem de afetados por categoria da população local.

Municípios	Número (Nº) de conflitos	Nº de famílias atingidas	Nº de conflitos (conf.) envolvendo (env.) quilombolas	Nº de conf. env. indígenas	Nº de conf. env. posseiros	Nº de conf. env. sem-terra	Nº de conf. env. camponeses de fundo e fecho de pasto	Nº de conf. env. garapeiros	Nº de conf. env. assentados	Nº de conf. env. extrativistas	Nº de conf. env. pescadores	Nº de conf. env. ribeirinhos
<b>TOTAL MATOPIBA</b>	<b>218</b>	<b>22460</b>	<b>60</b>	<b>32</b>	<b>65</b>	<b>16</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>12</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>
<b>BAHIA (total)</b>	<b>35</b>	<b>4902</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Bom Jesus da Lapa	6	409	5	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Carinhanha*	3	250	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0
Cocos	1	30	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Correntina*	19	4092	0	0	0	0	19	0	0	0	0	0
Formosa do Rio Preto*	6	121	0	0	0	0	3	3	0	0	0	0
<b>MARANHÃO (total)</b>	<b>113</b>	<b>14173</b>	<b>42</b>	<b>23</b>	<b>27</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
Açailândia	1	500	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Amarante do Maranhão* **	12	2257	1	11	0	0	0	0	0	0	0	0
Arame* **	8	1329	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0
Bacabal	1	350	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Balsas*	9	445	0	0	5	0	0	0	4	0	0	0
Barra do Corda* **	8	4742	0	5	3	0	0	0	0	0	0	0
Belágua	1	8	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Brejo**	1	1859	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Buritirã**	1	1859	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Buritirana**	8	1329	0	8	0	0	0	0	0	0	0	0
Cantanhede**	1	30	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Chapadinha*	2	55	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Codó*	11	494	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Colinas	2	60	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Coroatá	1	40	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Duque Bacelar	1	21	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Fernando Falcão	2	169	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Governador Edison Lobão	1	150	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Grajaú* **	7	4798	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0
Itaipava do Grajaú* **	5	496	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0
Itapecuru Mirim	1	58	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Jenipapo dos Vieiras* **	5	4701	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0
Lajeado Novo	2	254	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Lima Campos	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Magalhães de Almeida	3	51	0	0	0	0	0	0	0	2	1	0
Matões	1	52	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matões do Norte*	4	31	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0
Mirador	5	773	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0
Montes Altos* **	2	264	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Parnarama*	9	278	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pastos Bons*	4	41	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Pirapemas	2	26	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Presidente Vargas	1	38	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sambaíba	1	2	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
São Benedito do Rio Preto*	7	366	1	0	3	0	0	0	3	0	0	0
São João do Soter*	4	87	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Sítio Novo**	2	254	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Timbiras*	5	74	1	0	4	0	0	0	0	0	0	0
Tuntum	1	75	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Urbano Santos**	2	208	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vargem Grande**	1	30	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>PIAUI (total)</b>	<b>10</b>	<b>92</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Baixa Grande do Ribeiro**	3	17	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Bom Jesus* **	6	59	0	4	2	0	0	0	0	0	0	0
Currais**	3	17	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Gilbués* **	6	59	0	4	2	0	0	0	0	0	0	0
Santa Filomena	3	32	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1
Uruçui	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>TOCANTINS (total)</b>	<b>60</b>	<b>3293</b>	<b>13</b>	<b>3</b>	<b>33</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Almas	2	50	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Araguaína*	6	294	1	0	4	1	0	0	1	0	0	0
Arraial	1	250	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Babaçulândia**	1	86	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Barra do Ouro*	24	80	0	0	24	0	0	0	0	0	0	0
Caseara*	2	50	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0
Chapada da Natividade	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Couto de Magalhães*	2	30	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0
Dianópolis	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Formoso do Araguaia**	3	884	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Ipeleiras*	2	100	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0
Lagoa da Confusão**	3	934	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Lagoa do Tocantins*	4	224	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Mateiros	1	80	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Nova Olinda*	6	114	0	0	4	2	0	0	0	0	0	0
Novo Acordo**	1	174	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Palmas**	2	206	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Palmeirante**	3	174	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0
Pium**	1	876	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto Alegre do Tocantins	2	108	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Porto Nacional**	1	101	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0
Santa Tereza do Tocantins**	1	174	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Tocantínia	1	673	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da CPT, 2024.

A partir da organização dos dados da CPT, podemos perceber que os conflitos atingem de forma variada os diversos povos considerados, com maior incidência de casos envolvendo

posseiros e quilombolas. Entre os estados que compõem o Matopiba, o Maranhão é onde foram registrados o maior número de casos, com mais de 14 mil famílias atingidas. Entretanto, o município que registrou o maior número de ocorrências é Barra do Ouro, no Tocantins, com 24 casos e 80 famílias atingidas. O município com o maior número de famílias atingidas, por sua vez, é Grajaú, no Maranhão, com 4.798 famílias atingidas. Na prática, quando essas pessoas se recusam a vender a propriedade, “[...] alguns reclamantes falsificam títulos de terra e, em seguida, os registram com o auxílio de funcionários corruptos” (Lopes et al., 2021, p. 8). Quando registrados, esses documentos são utilizados para despejar as comunidades sem registro de posse via ordem judicial e uso do aparato repressivo do Estado. Com o passar dos anos, assim como o preço da terra aumentou no Matopiba, cresceram também os casos de suborno para reconhecer propriedades que serão compradas, como em 2019, quando mais de 300 mil hectares foram grilados em um processo envolvendo empresários do agronegócio e juízes corruptos (Lopes et al., 2021). No Piauí, por sua vez, podemos ver que se destacam os municípios de Bom Jesus, Gilbués, Baixa Grande do Ribeiro e Santa Filomena.

Diante de uma justiça por vezes cúmplice da grilagem, são poucas as comunidades que conseguem apelar das decisões, tendo em vista que este é um processo caro e demorado. Além dos mecanismos legais, há também a atuação de grupos criminosos especializados em intimidar moradores e assassinar líderes comunitários. Segundo dados da CPT, entre 1985 e 2019 quase duas mil pessoas foram assassinadas em conflitos rurais (CPT *apud* Lopes et al., 2021). De 2020 a 2023, foram 135 assassinatos (CPT, 2024). O crescente número de conflitos, envolvendo atores nacionais e estrangeiros, contribui para a promoção da des-territorialização das comunidades do Matopiba, sobre a qual discorrerei no próximo capítulo.

Em especial no Piauí, foco deste trabalho, a chegada de empresas estrangeiras cresceu nos últimos sete anos, com centralidade na região de Bom Jesus, Baixa Grande do Ribeiro e Uruçuí, segundo relato de entrevista realizada no dia 22/11/2024, via Google Meet, do entrevistado B, 42 anos, dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí. A partir de 2018, se intensificou um processo de arrendamento de terras, como descreve o entrevistado A:

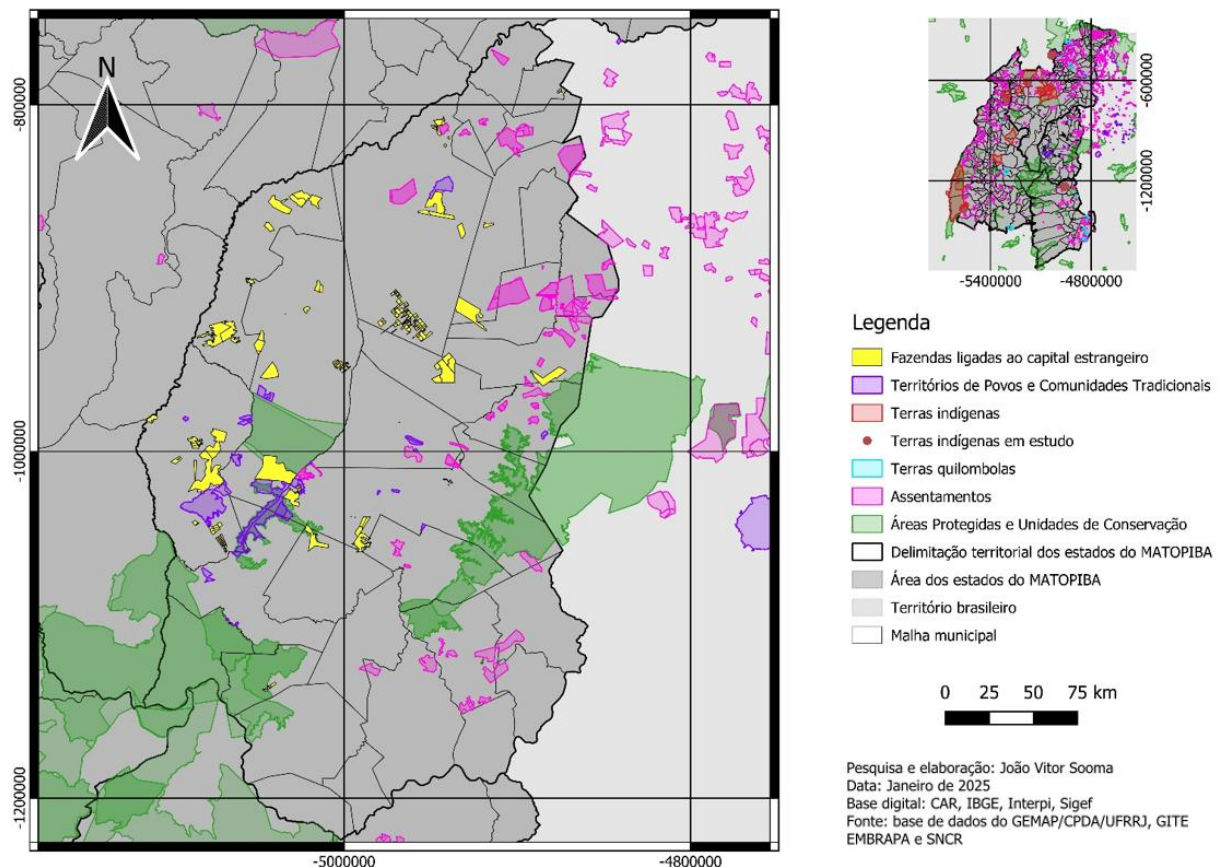
[...] de 2018 para cá, no pré pandemia como a gente fala, a coisa modificou, começou a avançar acelerar e no ano passado por exemplo acelerou ainda muito mais. Agora o que é que está acontecendo pelo menos na região que a gente tem uma atuação é: empresas menores estão arrendando terra para grupos que têm investimento internacional. Tem várias fazendas que este ano fecharam e repassaram essas terras umas por contratos por 15 anos ou contrato menor de 10, de 5, passaram essas terras para essas empresas. Quem mais adquiriu áreas esse ano, em termos de contrato, em termos de arrendamento fui o grupo SLC Agrícola eles nessa região foi quem mais se expandiu,

seguido da Insolo, que recebeu o dinheiro direto do fundo de pensão de Harvard, [...] tem também um fundo de pensão que é da Holanda. (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu)

Como disse anteriormente, o governo é ator central no processo de estrangeirização de terras, inclusive mobilizando um discurso de desenvolvimento para a região, de que o Piauí é atrasado e que as terras livres devem ser exploradas, como relatou o entrevistado B. A valorização no preço da terra junto com o incentivo governamental torna a região um foco dos investimentos internacionais não apenas no setor agrícola: “[...] você tem tanto investimento estrangeiro na área da agricultura, da compra, quanto investimento estrangeiro de empresas que são mineradoras de pedra preciosa e outros minerais também vindo de fora investindo nessas terras” (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu).

Com todo esse interesse e incentivo crescentes para a compra de terras na região, a possibilidade de agravamento dos conflitos é real. Sendo assim, com o intuito de projetar possíveis áreas de conflito com base na proximidade entre os empreendimentos estrangeiros e zonas protegidas (assentamentos, terras indígenas, territórios quilombolas, unidades de conservação e áreas de proteção), elaborei o Mapa 10, que mostra essas possíveis áreas, que chamo de zonas de tensão, no Piauí:

**MAPA 10:** Proximidade entre propriedades estrangeiras e áreas protegidas na porção do Piauí pertencente ao Matopiba (2024)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do GEMAP (2020), atualizado com a incorporação de propriedades listadas como pertencentes a estrangeiros no SNCR (2024). Os dados de áreas protegidas, assim como no Mapa 1, foram retirados do IBGE (2021), do GITE EMBRAPA (2015) e do Interpi (2024).

A partir da leitura do mapa, podemos caracterizar dois tipos de zona de tensão: por sobreposição e por proximidade. Há territórios que estão próximos a propriedades estrangeiras, o que configura uma zona de tensão por proximidade, e há territórios que estão de fato sobrepostos a empreendimentos do capital internacional, configurando uma zona de tensão por sobreposição. O mapa foi organizado a partir do Mapa 9, com a inclusão dos dados do IBGE que subsidiaram a construção do Mapa 8 e os dados sobre territórios de povos e comunidades tradicionais (PCT) do Instituto de Terras do Piauí (Interpi), que fornece em seu website os arquivos dos territórios em formato shape. Apontando as zonas de tensão na região, temos um mapeamento dos locais nos quais os povos do Matopiba e seus conhecimentos podem estar ameaçados. Nos próximos capítulos trarei exemplos de comunidades que se localizam em zonas de tensão dos dois tipos e discorrerei sobre as violências que sofrem e como as comunidades percebem a atuação dessas empresas. Boa parte dessas comunidades, está localizada justamente nos municípios onde a CPT registrou o maior número de conflitos por terra. O mapa, portanto, ilustra a sistematização da Tabela 4 ao mostrar que há uma zona de tensão grande nos municípios de Santa Filomena, Bom Jesus, Baixa Grande do Ribeiro e Gilbués, bem como nos

seus arredores. Por mais que a tabela construída a partir dos dados da CPT não trate apenas de conflitos relacionados ao capital internacional, o mapa – ao mostrar que há uma grande proximidade entre empreendimentos estrangeiros e territórios de povos e comunidades tradicionais – evidencia a relação causal entre os dois fenômenos. A estrangeirização de terras, portanto, potencializa os processos de des-territorialização desenvolvidos também pelo capital nacional no Cerrado.

O bioma pode ser dividido em chapadas e baixões, e isso se reflete nas disputas territoriais e mudanças no uso da terra. Com a necessidade de cumprir o Código Florestal, alguns empreendimentos devem conservar entre 20 e 35% da propriedade como área de vegetação nativa (na mesma fazenda ou em outra propriedade do mesmo dono). Essa área inclusive pode ser localizada em outro município ou estado, possibilitando que terras mais baratas sejam compradas com essa finalidade. Sendo assim, os produtores de soja têm adquirido cada vez mais áreas nos baixões, onde há vegetação nativa, para compensar os déficits de reserva florestal nas grandes propriedades localizadas nas chapadas. Com isso, há um aumento ainda maior na tensão entre populações locais, habitantes dos vales, e grandes produtores, em um movimento chamado de grilagem verde (Anaya & Espírito-Santo apud Lopes et al., 2021). Como os baixões possuem cobertura vegetal nativa do Cerrado, as empresas, para se adequarem à legislação ambiental brasileira, apropriam terras nessa região, garantindo sua porcentagem de reserva legal. Entretanto, é no baixão onde ficam as comunidades, incluindo a Comunidade Melancias (Gilbués-PI), a Comunidade Vão do Vico (Santa Filomena-PI), a Comunidade Riacho dos Cavalos (Monte Alegre-PI), a Comunidade Baixão Fechado (Santa Filomena-PI), a Comunidade Brejo do Miguel (Santa Filomena-PI) e a Comunidade Barra da Lagoa (Santa Filomena-PI), sobre as quais discorrerei adiante. Além do impacto direto sobre as comunidades, com a tomada de suas terras, há também impactos indiretos do uso da terra para as atividades do setor agropecuário, energético e mineral.

O desmatamento promovido pelos grandes empreendimentos altera os padrões regionais de chuva e reduz os fluxos de água nos rios e córregos, implicando em uma pior irrigação e consequente redução no abastecimento de água na região. Isso acontece porque a vegetação do Cerrado, caracterizada por plantas de raízes profundas, é central tanto para que a água da chuva infiltre nos lençóis freáticos quanto para bombear a água subterrânea para a atmosfera, formando chuva. Sem a cobertura de vegetação nativa, portanto, a infiltração da água diminui (Lopes et al., 2021). Além disso, o próprio cultivo da soja é intensivo no uso da água (desrespeitando inclusive os limites autorizados pelas outorgas públicas), o que significa que

cada vez mais água está sobrando na soja e faltando para as populações locais. Para além dos problemas derivados da falta de água, há também o problema da contaminação da água e lavouras por agrotóxicos, atingindo rios, riachos, aquíferos, plantações e quintais produtivos em centenas de cidades do Matopiba. Problemas de saúde como náusea, diarreia, dor de cabeça, tosse, mortes de crianças e malformação de fetos são relatados pelas comunidades locais (Lopes et al., 2021). Além disso, há problemas históricos de violência no campo, como quando em 2008 a Fazenda Tabuleiro, da Mitsui, foi alvo de uma operação do Ministério Público que libertou doze trabalhadores em regimes de trabalho análogos à escravidão (Gomes, 2020).

Com o intuito de categorizar os possíveis impactos do processo de estrangeirização de terras, Figueredo (2024) elaborou uma figura que divide em cinco categorias os impactos: ambiental (desmatamento, degradação do solo, poluição e degradação da água e perda de biodiversidade); social (deslocamento de comunidades locais, conflitos de terra, mudança da estrutura agrária, impacto na segurança alimentar e perda de autonomia e soberania); econômico (especulação de terras, dependência externa, concentração de poder econômico e risco a exploração dos recursos naturais); saúde (exposição a produtos químicos, acesso a água potável, mudança nos padrões alimentares e impactos psicossociais); e cultural (perda de identidade cultural, transformações dos modos de vida tradicionais e influência cultural estrangeira). Muitos desses impactos foram relatados nas entrevistas que realizei e são amplamente documentados na literatura científica e em relatórios de organizações da sociedade civil e movimentos sociais sobre a região. A partir desses documentos, ficou evidente como a estrangeirização de terras e derivada des-territorialização intensifica violências que assumem múltiplas formas, das mais dissimuladas às mais explícitas. Ao impactar diretamente o preço da terra e a especulação, a estrangeirização aquece o mercado e, com ele, as violências promovidas também pelo capital nacional.

O próprio Matopiba enquanto delimitação territorial já nasce como uma violência. É imposta uma nova territorialidade sobre regiões cujos povos tiveram seus direitos violados sistematicamente, dentro de uma concepção que entende o Cerrado como um espaço vazio a ser ocupado pelo grande capital. Como destaca Sérgio Sauer et al. (2021), essa área é uma zona de sacrifício na qual a expropriação da natureza e das comunidades locais se justificam em nome do paradigma do desenvolvimento econômico. A região é, portanto, uma das continuidades do processo de colonização do território brasileiro (Boechat; Pitta; Toledo, 2019). O aumento nos conflitos, estimulados por todos esses elementos sobre os quais discorri neste capítulo, contribui para a promoção da des-territorialização das comunidades do

Matopiba, que além de sofrerem com a violência física da despossessão sofrem com a necessidade de reprimir seus saberes e suas formas de ser no mundo. Isso acontece também no âmbito da agricultura praticada por essas populações – já que o cultivo da soja para exportação, com suas grandes lavouras, contribui com a morte de espécies nativas, altera os regimes hídricos e prejudica atividades geradoras de renda das comunidades (Lopes et al., 2021), além de muitas vezes expropriar as comunidades.

### **CAPÍTULO III – DES-TERRITORIALIZAÇÃO DOS POVOS DO MATOPIBA: para além da expropriação territorial**

Antes de avançar para a discussão sobre a des-territorialização é importante deixar claro o que entendo como território. Para além do pedaço de terra em si ou da dominação jurídico-política da terra (Haesbaert, 2004), o território é um híbrido onde se unem o simbólico, o orgânico e o tecnológico (Leff, 2006) e onde os símbolos da cultura se entrelaçam com a *physis*. Em outras palavras, para além do plano material, formado pelo espaço físico e relações de poder que constituem o território, há também um plano imaterial, que se forma no espaço social por meio das relações e interações sociais na figura das ideias, teorias e ideologias. Entre esses dois planos não há hierarquização, eles se co-constituem e são indissociáveis (Figueredo, 2024), o que mostra a complexidade do conceito.

A partir de uma concepção política (Haesbaert, 2001), o território é uma forma de controle de indivíduos ou processos sociais com base no domínio do seu espaço material de existência. Ele pode ser utilizado para conter, restringir ou excluir pessoas, objetos ou relacionamentos (Sack, 1986). Dominar o território, portanto, implica uma forma de controle simbólico, de se apropriar e ordenar o espaço. Quando unimos a perspectiva política com a perspectiva culturalista – algo que não deveria ser dissociado, já que a produção dos signos e símbolos está diretamente relacionada com as relações de poder estabelecidas nas sociedades – percebemos que o domínio do território é também um domínio sobre a identidade, sobre aquilo que constitui os grupos humanos. Sendo assim, devemos distinguir os territórios de acordo com aqueles que os constroem (Haesbaert, 2004). A partir dessa ideia, fica claro que “[...] não há comunidade sustentável sem o território que lhe dá suporte material e simbólico para a manutenção e emancipação de seu modo de vida” (Silva, 2009, p. 107).

Os processos de des-territorialização, assim, são marcados pelo rompimento forçado da ligação entre uma comunidade e seu território, com ou sem o uso da violência física. Sendo o território “[...] um entrelaçamento em que a *physis* se entrelaça com configurações político-econômicas, conhecimentos, rituais, sentidos, tecnologias, linguagem e todos os outros símbolos da cultura” (Escobar apud Giraldo, 2015, p. 641), a des-territorialização não é restrita à expropriação territorial das populações. Para além da perda material do acesso à terra via expulsão, a des-territorialização pode ser promovida de forma absoluta, com a desconexão de uma comunidade de seu território por conta de mudanças nos regimes de trabalho, por

exemplo.

Borras e Franco (2013, p. 1726) trazem uma definição de terra que pode ser extrapolada para o que aqui chamo de território e que comporta bem alguns elementos centrais e mostra como a terra admite diferentes significados a depender de quem interage com ela:

*Land has multiple meanings to different groups of people. For some, including the corporate world, it is a scarce factor of economic production valued in monetary terms, and measured partly in terms of yield. In this context it is a resource that is used to produce primary commodities such as food and timber for commercial purposes. For many agrarian communities, land is a resource base that guarantees subsistence, and provides a cushion from occasional external food price shocks by enabling them to produce some or all of the food they need for consumption. While land is indeed an important natural resource, it is a special one since it is also key to gaining access to other natural resources. One needs to control land in order to capture water, in order to extract subsoil resources, in order to calculate, capture and commoditise carbon, and so on. On some occasions, because land is not a movable investment asset, some form of land control is necessary in order to deny access to land to peasants so that they are forced to look for work—and/ or to capture the cheap labour through a variety of plantation set-up and/or contract farming schemes. For others still, including indigenous communities, land is also a territory where their ancestors lived as a people, and where they continue to live and reproduce as a people, engaging with their immediate natural environment. Others may value land principally because of its being a habitat for other species, a necessary host for biodiversity, a landscape, for its aesthetic beauty.*

Esses diferentes significados do que é a terra para os diversos atores que de uma forma ou de outra estão envolvidos com ela é um elemento importante a ser destacado, porque é nesses encontros (violentos ou não) entre essas perspectivas diferentes e muitas vezes antagônicas que reside o choque sobre o qual falei no capítulo anterior. Como destaca Haesbaert (1997, p. 40),

A des-territorialização, hegemônica e hierarquizante (promotora da desigualdade), também brota da diferença, [...] uma desigualdade em que o diferente se considera, antes de tudo, superior. É quase inevitável que o encontro entre culturas, por definição qualitativamente diferentes ou, em outras palavras, “incomparavelmente” distintas, promova sempre a comparabilidade e, portanto, uma padronização do outro frente aos nossos valores e comportamentos.

O que Haesbaert chama de encontro entre culturas eu chamo de choque, mas essencialmente a ideia é a mesma: do encontro/choque há comparações e diferenciações que colocam em perspectiva uma suposta superioridade cultural/étnica na qual o sujeito moderno é aquele que traz o progresso, o avanço, contra o atrasado, o primitivo.

### 3.1 O conceito de des-territorialização

Como disse anteriormente, o processo de estrangeirização de terras é acompanhado, em larga medida, por processos de des-territorialização dos povos e comunidades tradicionais da região – que, de forma simplificada, é “[...] o movimento pelo qual se abandona o território” (Haesbaert; Bruce, 2009, p. 8), com ou sem violência física, mas sempre de forma forçada por agentes que efetivamente exercem poder e controlam aquele território (Haesbaert, 2004). Esse abandono, por sua vez, não se restringe ao sentido literal de deixar a terra fisicamente.

Ao trabalhar com o conceito de território como esse híbrido complexo material-imaterial, composto por interações sociais, relações de poder e derivadas identidades territoriais, devemos entender, por consequência, a des-territorialização também nesses termos. Ela não é, nesse sentido, restrita à expropriação territorial, à expulsão material de alguém de um território. Como destaca Giraldo (2015), o capital, para se apoderar da terra, cria mecanismos discursivos e práticos para des-territorializar ontológica e epistemologicamente povos e comunidades tradicionais, por meio de um regime tecnológico, cultural e representacional da verdade e por meio de uma ordenação imaginária e estética em torno de macropolos de investimento. Há, inclusive, uma marcada relação Norte-Sul nos processos de des-territorialização, o que reforça a sua relação com a estrangeirização de terras, como apontam Deleuze e Guattari (2010, p. 307): “[...] o processo de des-territorialização vai aqui do centro à periferia, isto é, dos países desenvolvidos aos países subdesenvolvidos, que não constituem um mundo à parte, mas uma peça essencial da máquina capitalista mundial”. Tal relação assimétrica e vertical não des-territorializa apenas países (Centro x Periferia), mas principalmente as pessoas que vivem no território.

São povos impactados em um duplo movimento de des-territorialização, distinguidos por Deleuze e Guattari (2021) em des-territorialização relativa e des-territorialização absoluta. Na perspectiva filosófica, enquanto a primeira diz respeito ao abandono de territórios criados nas sociedades; a segunda diz respeito ao campo do pensamento, da criação, ou seja, novos encontros, novas funções e novos arranjos que demandam o rompimento com o território existente, provocando a des-territorialização. Apesar de ser um conceito da filosofia, opto por uma interpretação derivada da ideia deleuze-guattariana de des-territorialização não só porque ela admite esse duplo sentido, material e imaterial, mas também porque sua interpretação de território é multiescalar, desde o território etológico ou animal, passando pelo território psicológico ou subjetivo e alcançando o território sociológico e geográfico, que inclui a relação sociedade-natureza (Haesbaert e Bruce, 2009).

Deleuze e Guattari entendem que o capitalismo e o Estado operam por meio da des-territorialização e sobrecodificação, enquanto as sociedades pré-capitalistas são territoriais, apresentando uma relação completamente diferente com a terra. Para essas sociedades, “[...] não existe um aparelho de poder transcendente que delimita de forma rígida e despótica a organização social” (Haesbaert; Bruce, 2009, p. 10), ou seja, o Estado – que delimita uma “[...] segmentaridade dura, onde a organização social é sobrecodificada por um aparelho despótico e transcendente do poder, uma máquina despótica que des-territorializa e disciplinariza os corpos” (Haesbaert; Bruce, 2009, p. 11). Esse agente divide a terra via organização administrativa, fundiária e residencial, des-territorializando agenciamentos prévios e os reterritorializando dentro da lógica capitalista, em um processo de sobrecodificação. Sendo assim, as territorialidades pré-capitalistas criam outras relações com a terra, fora da lógica capitalista moderna. Para os povos e comunidades tradicionais, portanto, os agenciamentos maquínicos de corpos e os agenciamentos coletivos de enunciação<sup>34</sup> estão fixados na terra, não havendo, assim, uma dicotomia entre os corpos sociais, técnicos, políticos, artísticos e os corpos da natureza (Haesbaert; Bruce, 2009). Há, com isso, uma distinção muito grande entre a forma como essas populações e o capitalismo se relacionam com a terra, como destacam Haesbaert e Bruce (2009, p. 11):

[...] enquanto nas comunidades tradicionais a terra-divindade era quase um “início e um fim” em si mesma, formando um corpus com o homem, nas sociedades estatais a terra se transforma gradativamente num simples mediador das relações sociais, onde muitas vezes o “fim” último, como na leitura hegeliana, caberá ao Estado. Isto significa que o Estado e o capital irão impor um intenso processo de des-territorialização das sociedades pré-capitalistas.

Essa assimetria culmina em processos violentos voluntários ou forçados de perda de território, de quebra de controle das territorialidades pessoais ou coletivas e de fratura no acesso a territórios econômicos, simbólicos, a recursos e a bens (Haesbaert, 2004). Na mesma linha, Santos (2000) distingue o território em dois: o território como recurso (reivindicado pelos atores hegemônicos) e o território como abrigo (reivindicado pelos atores hegemonzados, para os quais o território é um fim em si mesmo e não depende do seu valor

---

<sup>34</sup> De acordo com Deleuze e Guattari, a criação do território se dá por meio desses dois agenciamentos. Enquanto os agenciamentos maquínicos de corpos são as máquinas sociais, as relações entre os corpos humanos, animais e cósmicos, os agenciamentos coletivos de enunciação não dizem respeito a um sujeito, sendo um regime de signos compartilhados, cuja produção só pode se efetivar no próprio socius (HAESBAERT; BRUCE, 2009, p. 7).

de lucro)<sup>35</sup>. Essa categoria do território como abrigo deixa claro um dos aspectos centrais do território para os povos e comunidades tradicionais: seu valor em si faz com que perder o território seja equivalente a se perder enquanto ser no mundo. Essa perspectiva ontológica do que é o território é fundamental para compreender os impactos reais dos processos de des-territorialização.

Como disse anteriormente, o Estado é um dos grandes atores responsáveis pelo processo de estrangeirização de terras e com a des-territorialização não é diferente. Muitas das comunidades são des-territorializadas diretamente (como em processos de despejo) ou indiretamente pelo Estado, como descreve Spadotto (2023, p. 202) após entrevistas no Território Melancias:

[...] de acordo com essa população entrevistada no território de Melancias, o reconhecimento territorial da comunidade perante o Estado é fundamental. “Porque com um documento da terra, você consegue um empréstimo no banco. Agora, sem um documento você não faz nada. Nem um Pronaf você não pega. Então, precisamos do documento do registro do território, porque através de uma associação, a gente consegue as coisas”.

Nesse exemplo, a morosidade do Estado em reconhecer os territórios tradicionalmente ocupados indiretamente contribui com a des-territorialização dessas comunidades ao dificultar o acesso a algum crédito que permite que os moradores possam trabalhar na terra ao invés de migrar para as cidades, irem trabalhar para as fazendas ou outra forma de garantir seu sustento. Além disso, o Estado mantém esses territórios mais vulneráveis a ataques de grileiros, que visam terras sem título de propriedade<sup>36</sup> – nas quais a maioria das vezes as comunidades vivem por meio da posse – para grilá-las falsificando documentos de propriedade (Pitta e Mendonça, 2015). Outra forma de atuação do Estado nos processos violentos contra as comunidades é mais contundente e diz respeito a ameaças diretas e uso da violência a partir da polícia (FIAN, 2018). De diversas formas, o Estado dificulta a manutenção dos modos de vida das comunidades e povos tradicionais, como relatou em entrevista realizada no dia 03/12/2024, via Google Meet, a entrevistada C (2024), 32 anos, quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino em Bacabal (MA) e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão:

É no grito pra Secretaria de Meio Ambiente nos escutar, é no grito pro INCRA escutar, é no grito pro governador nos escutar, é o grito pro Ministério Público escutar, e no é grito pra obrigar eles a fazerem o trabalho deles, assim, sabe? Que é muito difícil uma denúncia, fazer uma denúncia que vai levar pro

---

<sup>35</sup> Isso não quer dizer que o território para os atores hegemonzados só possui um valor simbólico. Pelo contrário, todo território possui valor funcional também. A questão aqui é que os atores hegemônicos priorizam o território como aquele espaço do qual se extrai o lucro.

<sup>36</sup> A maioria das terras devolutas, ou seja, não incorporadas ao domínio privado e sem destinação pelo poder público (Egger, 2008)

Ministério Público de lá, sabe? É tudo muito difícil. (Entrevista com quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão em dezembro de 2024, grifo meu).

Essa mesma preocupação é relatada pelo entrevistado E (2025), 58 anos, liderança da Comunidade Riacho dos Cavalos, no território Melancias no município de Monte Alegre (PI), em entrevista realizada no dia 03/01/2025, via Google Meet:

A gente tá com essa luta com o Estado. Faz muito tempo que a gente briga com o Estado pra ver se eles dão o direito da gente, pra gente viver mais tranquilo e ver se cria mais com facilidade e planta mais com facilidade. Mas até hoje o Estado diz que a gente tem o direito, mas não deu esse direito pra gente. Desde muito tempo, porque a árvore não tem esse direito. (Entrevista com liderança da Comunidade Riacho dos Cavalos, no território Melancias no município de Monte Alegre, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

Se por um lado o Estado e o capitalismo des-territorializam os povos, por outro eles os reterritorializam, como destacam Deleuze e Guattari. Para os autores, a des-territorialização é indissociável da reterritorialização. De acordo com o primeiro teorema da des-territorialização, sempre que há des-territorialização há um movimento concomitante de reterritorialização. Em “Mil Platôs, Capitalismo e Esquizofrenia 2”, os autores afirmam: “[...] jamais nos desterritorializamos sozinhos, mas no mínimo com dois termos [...] E cada um dos dois termos se reterritorializa sobre o outro” (Deleuze; Guattari, 2021, p. 214); e reforçam em “O Anti-édipo: capitalismo e esquizofrenia 1”: “[...] o capitalismo não para de reterritorializar o que ele primeiramente desterritorializa” (Deleuze; Guattari, 2010, p. 344). Por isso é central o uso do hífen na grafia de “des-territorialização”, de forma a destacar que ela é parte do processo de territorialização e, sendo assim, pressupõe uma reterritorialização. Haesbaert e Bruce (2009, p. 13) exemplificam esse movimento de des-territorialização e reterritorialização na figura do boia-fria:

[...] este trabalhador está em constante processo de des-territorialização e reterritorialização. Enquanto a época da colheita não chega, ele habita a periferia urbana e está imerso em um imenso conjunto de agenciamentos maquínicos de corpos e coletivos de enunciação, totalmente diferentes dos agenciamentos que teria enquanto trabalhador rural assalariado. Enquanto morador urbano, ele possui uma determinada dinâmica em sua territorialidade. Na periferia ele pode construir uma série de territórios e passar por cada um deles no decorrer do dia, como o operário da fábrica. É evidente que os seus territórios serão outros, mas a dinâmica de passagem por vários territórios é semelhante. Existe o seu território de morador, onde ele conhece os códigos territoriais e as relações de poder que compreendem a sua “comunidade”. Existe o território do trabalho, que é muito mais difícil de delimitar que o do operário fabril. Em um dia ele é pedreiro, no outro porteiro, segurança, etc. Quando chega a época da colheita ele se

desterritorializa, abre os agenciamentos e vai se reterritorializar no trabalho na lavoura. Quando este termina, ele novamente vivencia os agenciamentos da vida urbana.

Essa é a realidade de diversos moradores das comunidades no Matopiba, que vão trabalhar nas fazendas ou na cidade por conta da inviabilidade financeira de trabalhar na terra com o avanço das fazendas sobre os territórios, em um contexto de cada vez maior custo de vida e pressão sobre suas terras.

Sendo assim, o que vemos nos processos de des-territorialização promovidos pela estrangeirização de terras é que eles, ao des-territorializarem povos e comunidades tradicionais e suas ontologias, epistemologias e modos de produção, os reterritorializam com as ontologias da modernidade, do capitalismo e os signos atrelados a ela, como apontam Deleuze e Guattari (2010, p. 53): “Quanto mais a máquina capitalista desterritorializa, descodificando e axiomatizando os fluxos para deles extrair a mais-valia, mais os seus aparelhos anexos, burocráticos e policiais reterritorializam à força, enquanto vão absorvendo uma parte crescente de mais-valia”. Essa reterritorialização, que deriva da perda do controle sobre as bases territoriais, implica em uma perda sobre o controle de suas próprias vidas que só é possível por conta da des-territorialização dos modos de ser, fazer e conhecer, que para esses povos e comunidades tradicionais estão ancorados nos territórios. Para alcançar seu plano de acumulação e controle territorial, portanto, o capital precisa des-territorializar o conhecimento local dos povos, integrando-os à lógica da *plantation*, da agroindústria (Giraldo, 2015).

Quando essas empresas chegam no território, há uma dinâmica de conflito des-territorializante um pouco diferente da des-territorialização promovida por empresas nacionais, já que a comunidade não consegue enxergar o conflito de maneira mais objetiva, sabendo quem é o fazendeiro, quem é o dono da terra, quem é a família. Essas empresas, tradings e fundos de investimento chegam por meio de grileiros e subsidiárias, o que altera a percepção da violência e da própria capacidade das comunidades em contestar o conflito e reclamar direitos. Apesar da dificuldade, algumas comunidades reconhecem o impacto do investimento estrangeiro, como relata a entrevistada C (2024):

A gente sabe que tem [investimento estrangeiro]. A gente sabe que a Vale não está sozinha, a gente sabe que a Suzano não está sozinha, a gente sabe que a Eneva não está aí sozinha. A gente já ouviu falar dos chineses que estão por aí. as organizações, algumas pessoas da comunidade estão organizadas, elas sabem que tem organizações por trás, apesar de não saberem dar os nomes, e etc, sabe? Mas falam. É engraçado que quando vão falar do agro, ou da pecuária, a gente sempre fala dos gaúchos, acho que é um termo que as comunidades usam muito, mas a gente sabe que não é só os gaúchos ali,

sabe? É uma máquina muito bem organizada para a destruição dos territórios em nome do desenvolvimento (Entrevista com quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão em dezembro de 2024, grifo meu).

A entrevistada D (2024), 31 anos, liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena (PI), deu um depoimento parecido em entrevista realizada no dia 06/12/2024 via Google Meet:

Olha, a gente sabe [que tem empresa estrangeira próxima ao território], mas assim, nós que somos das comunidades, a gente não tem muito conhecimento e tal. Mas a gente, por exemplo, pertinho da minha comunidade tem a Insolo, que é uma empresa grande do agronegócio. E aí a gente sabe que tem fundo estrangeiro... tem essa questão de pessoas lá de fora que... hoje ela está sendo do Ricardo Faria, que ele comprou. Mas eu não sei também como que é o ligamento, eu só sei que aqui pertinho nós temos umas fazendas bem grandes, que a gente sabe que tem sim pessoas de fora, que é a Insolo, a gente tem a SLC, a gente tem a Damha, e tem entre outras. Mas a gente, aqui a gente vive num lugar que além dessas grandes, as pequenas também, elas estão tomando conta de tudo. Quando eu falo assim pequena, mas também não é tão pequena, é fazenda que planta 5 mil hectares, 4 mil hectares, e tá lotado. (Entrevista com liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena, Piauí, em dezembro de 2024, grifo meu).

O entrevistado E (2024) se preocupa com as consequências que as fazendas da SLC podem trazer para o território no futuro:

A SLC também, esse ano, a gente tá meio preocupado porque a gente sabe que é uma fazenda muito grande e a gente tem um comentário que é uma fazenda que não é boa, assim, nesse ponto. Ela criou uma sede aqui perto, que até parte da reserva dela, que era uma fazenda antiga chamada Cosmo, e parte da reserva dela pega aqui embaixo, e a gente fica meio preocupado, porque ninguém sabe o que vai acontecer. (Entrevista com liderança da Comunidade Riacho dos Cavalos, no território Melancias no município de Monte Alegre, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

Essa tomada de consciência por parte das comunidades de quem são as empresas que estão financiando os projetos e fazendas que entram em conflito com seu território é fundamental para os processos de resistência. Entretanto, mesmo que saibam quem são as empresas, é evidente que os donos ou financiadores ficam bem longe do território, como relata a entrevistada D, que trabalhou na Insolo:

Só que é assim, ninguém vem, eles [os donos] não vem aqui. Eles têm coordenadores, supervisores, e por aí vai. Por exemplo, aqui na cidade tem a Fortaleza, que é uma das unidades da Insolo, a Insolo aqui tem a Fortaleza, a Ipê, Vista Verde, Galiléia, e tinha mais outras, se eu não me engano, é assim, de 4 a 5. E eu trabalhei na Fortaleza, e lá tinha os coordenadores das áreas, tinha o gerente da unidade, tinha o supervisor que morava em Balsas,

não ficava aqui na fazenda, e tinha os outros chefões que ficavam em São Paulo. E os donos mesmo dos outros chefes ficavam fora do Brasil. Então assim, não é fácil você ver ninguém desses grandes não. Agora dos pequenos, não, eles estão sempre aí, andando nas lavouras, na roça, muitos ficam mesmo na sede mesmo, esses menores, agora os maiores não. (Entrevista com liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena, Piauí, em dezembro de 2024, grifo meu).

A relação das comunidades se dá muito mais com os jagunços/seguranças, coordenadores e supervisores do que com os donos das empresas, o que contribui com essa dificuldade em identificar os promotores e financiadores do conflito.

No que diz respeito à reação das comunidades, os conflitos têm aumentado, como relata o entrevistado B:

A empresa considera como se fosse um espaço vazio. Quando ela mantém o contato com a família, a família reage aí eles vão fazer a mesma propaganda da geração de emprego, do desenvolvimento, essa coisa toda só que isso na maioria das vezes não tem convencido as famílias, sobretudo porque a família percebe que esse discurso não correspondeu lá nos anos 2000. Então as famílias preferem reagir e aí gera bastante conflito. (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu).

Esses conflitos se intensificam a partir da falsificação de documentos e de cadastros de imóveis georreferenciados sobre territórios de comunidades que não foram demarcados. Muitas vezes, como relatou a mim em entrevista realizada no dia 21/11/2024 via Google Meet, o entrevistado F (2024), 36 anos, pesquisador da Universidade do Estado de São Paulo, as comunidades vão iniciar um processo de reconhecimento do território e descobrem que já tem alguma fazenda georreferenciada sobre a área. Isso reforça o ponto que comentei na introdução sobre os instrumentos governamentais de registro rural, como o CAR, o Sigef e o SNCR e os problemas da autodeclaração ou autodemarcação, constituindo mais um elemento na dinâmica da des-territorialização.

### **3.2. Des-territorialização absoluta e relativa, alguns exemplos**

Independente da maior ou menor percepção e entendimento do conflito por parte das comunidades, a des-territorialização não gera apenas impactos materiais, acerca da posse da terra, mas também impactos no âmbito das experiências, dos conhecimentos preservados pelos povos e populações tradicionais. Há, como disse anteriormente, dois sentidos de des-territorialização, um como transformação territorial por meio de dominação político-

econômico-cultural e um sentido daqueles que perdem sua identidade territorial e conexão com a terra. Em ambos os casos, o agente capitalista, seja ele o Estado ou uma multinacional agrícola, “[...] constrói novos agenciamentos, sobrecodifica os agenciamentos territoriais que constituíam as sociedades pré-capitalistas, configurando novos agenciamentos maquínicos de corpos e agenciamentos coletivos de enunciação” (Haesbaert; Bruce, 2009, p. 12).

Expandindo essa concepção, na prática vemos exemplos claros do que é a des-territorialização relativa e absoluta. Em casos de conflitos no campo, as ações de despejo via práticas de grilagem de terras, que culminam na expulsão de uma comunidade de seu território, são um exemplo de como a des-territorialização se dá no plano material, classificada como relativa. Já a des-territorialização absoluta acontece quando, por exemplo, em uma determinada comunidade os moradores se deslocam para a cidade para trabalhar e deixam de lado o trabalho na roça. Apesar de ainda pertencerem e morarem naquela comunidade, novos encontros e novos arranjos acontecem de forma a gerar um rompimento com o território, mesmo que ele não culmine em uma saída definitiva daquele lugar. Esse exemplo foi relatado pela entrevistada C:

Teve um pai da comunidade que eu acompanho, que ele falou assim, ‘o meu filho tá saindo todo dia, cedinho, vai lá pra cidade em São Mateus pra trabalhar numa farmácia’ Ele ganha mil e duzentos... E eu já falei pra ele ficar aqui, trabalhando comigo na roça, que além desse salário ainda tem a comida que ele não vai comprar, né? O arroz que já vai ter e tal. E mesmo assim ele não quer. Porque as vezes, a maioria das vezes, o jovem não quer o status de ser de comunidade, quebradeira de coco, ou de trabalhar em roça. Porque é isso, o mundo foi muito cruel com quem é de comunidade. Sempre nos colocou como lugar de atrasado. (Entrevista com quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão em dezembro de 2024, grifo meu).

O avanço do dito desenvolvimento traz esses postulados da modernidade, essa dicotomia atraso/progresso que influencia sobre as escolhas de vida principalmente dos mais jovens, levando a um rompimento com o território de recorte geracional, que também pude observar em outros relatos. Outro exemplo de des-territorialização absoluta relatado pela entrevistada C mostra como há impactos também na identidade: “São muitas palmeiras sendo derrubadas, envenenadas [...] Para a gente ter uma noção, na minha comunidade, são poucas as mulheres que conseguem ir coletar o coco, porque tem ficado longe. Longe demais para se ir a pé ou só com o animal” (Entrevista com quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão em dezembro de 2024, grifo meu). Nesse caso, essas mulheres não estão sendo expulsas de seu território ou

expropriadas de suas terras, mas estão sendo impedidas de realizar a atividade que, para além de uma atividade de subsistência, constitui a sua identidade territorial. São mulheres que se definem como quebradeiras de coco, como relatou a entrevistada C: “Eu sempre vi na palmeira um lugar aonde voltar, onde ficar. É igual mãe” (Entrevista com quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão em dezembro de 2024, grifo meu). Tirar a palmeira delas é destruir sua identidade, é criar um novo arranjo que, apesar de não as expulsar do território, gera um rompimento com ele.

A fim de ilustrar com mais exemplos esse duplo movimento de des-territorialização, listei no Quadro 1 algumas situações reais relatadas em entrevistas realizadas para esta pesquisa ou descritas nas produções acadêmicas e de organizações da sociedade civil ou movimentos sociais.

**QUADRO 1:** Exemplos de des-territorialização relativa e absoluta

<b>Des-territorialização relativa</b>	<b>Des-territorialização absoluta</b>
<b>Desapropriação</b>	<b>Influências do “desenvolvimento”</b>
<b>Deslocamento forçado</b>	<b>Ataques à memória</b>
<b>Pressão para venda de terra</b>	<b>Apagamento da identidade</b>
<b>Migração para a cidade</b>	<b>Mudanças nas práticas agrícolas</b>
<b>Contaminação por agrotóxicos</b>	<b>Cooptação de moradores</b>
<b>Destruição das águas</b>	<b>Arrendamento de pequenas propriedades</b>
	<b>Contaminação por agrotóxicos</b>
	<b>Destruição das águas</b>

Fonte: elaboração do autor.

Entre os exemplos de des-territorialização relativa, da qual fazem parte todos os conflitos sistematizados pela CPT, a desapropriação consiste no despejo de uma comunidade por uma ação do poder público. Favareto (2019, p. 29) aponta que em muitos locais do

## Matopiba

[...] a população original dessas áreas estaria sendo simplesmente deslocada para municípios vizinhos, ou mesmo outras regiões, ocupando terrenos com maior declividade, menor fertilidade, débil disponibilidade de infraestrutura. Ou, ainda, migrando em busca de melhores empregos nos centros urbanos mais distantes e deixando para a agricultura empresarial as melhores áreas.

Já o deslocamento forçado não necessariamente ocorre a partir de uma intervenção legal, podendo ser derivado de casos de violência como ameaças às comunidades, fogo ateados em roças, tiros disparados como intimidação, entre outras ações violentas que forçam uma comunidade a se deslocar. A pressão para venda da terra, por sua vez, também pode derivar de ameaças, mas com a transferência da propriedade via compra após a pressão sobre as comunidades para realizar a venda. A migração para a cidade desloca o migrante de seu território, seja para trabalho, estudo, ou qualquer atividade, muitas vezes em empregos precários – como ajudante de pedreiro, servente e empregadas domésticas – e até envolvimento no tráfico de drogas e prostituição (Pitta; Mendonça, 2015; Spadotto, 2023). Algumas vezes, inclusive, os moradores são inseridos nos circuitos do agronegócio e vão trabalhar nas empresas próximas ao território, marca da des-territorialização destacada por Haesbaert (1997).

Entre os exemplos de des-territorialização absoluta, as influências do “desenvolvimento” também podem ser descritas como a incorporação de novos signos com a chegada de empresas transnacionais ou de redes informacionais como a internet em uma região. Um exemplo mais concreto de como isso pode ocorrer foi descrito pelo entrevistado A: “No interior aumentou muito o consumo de bebidas alcoólicas, de bebidas de marcas que aparecem muito na internet [...] no boteco você vai encontrar heineken lá no freezer, a negada tomando heineken de 15, 20 conto, mas não toma uma cachaça” (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu). Essa incorporação de novos hábitos, práticas e elementos em geral de outras culturas contribuem para des-territorializar uma comunidade no que diz respeito aos seus hábitos que constituem sua identidade, como é o exemplo da cachaça brejeira. Já os ataques à memória são ações promovidas direta ou indiretamente pelas empresas que incidem sobre partes do território ou sobre o território como um todo afetando algo que faça parte da memória coletiva de um povo, como descreveu a entrevistada C em exemplo que tratarei adiante. O apagamento da identidade, por sua vez, são atos que direta ou indiretamente desconfiguram a identidade territorial de uma comunidade, como impedi-la de acessar um bem que é central para a

reprodução do seu modo de vida, mesmo sem removê-la do território. Esse é o caso da ocupação, por parte das fazendas, dos gerais no Piauí, áreas de uso comum para soltura do gado, retirada de lenha e madeiras, coleta de mel e frutos nativos e para a caça. Essas terras não eram cercadas e não tinham dono, configurando seu uso como um direito costumeiro da população local (Pitta e Mendonça, 2015). A partir da sobreposição de fazendas, os locais de uso comunitário tornaram-se cada vez mais raros, como relata o entrevistado E (2024):

O espaço que nós temos para trabalhar e para criar, para a gente caçar alguma coisa, alguma fruta, alguma caça, encurtou bastante. Nós temos áreas, a metade das áreas que tem ao redor, que a gente usava outra hora, hoje em dia a gente não pode mais usar. [...] como aqui mesmo no Território Melancias, tem grande parte do território que é reserva de algumas fazendas. É pouquíssimo território que não está debaixo de reserva. Aí eles proíbem a gente botar o gado, eles proíbem a gente pegar uma fruta, aí sempre tem esses problemas. (Entrevista com liderança da Comunidade Riacho dos Cavalos, no território Melancias no município de Monte Alegre, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

Por fim, as mudanças nas práticas agrícolas desconfiguram modos de produção tradicionais que são parte de um povo, sua identidade e sua memória, como destacado por Shiva (2003). Evidente que é natural que os modos de produção se transformem ao longo do tempo. Todavia, algumas práticas são antagônicas, como a agroecologia de alguns povos e o uso de agrotóxicos, característico das produções capitalistas de larga escala. Tais transformações se dão sobretudo pelo fato de que o dispositivo da *plantation* atua não apenas no plano material e no âmbito de estabelecer um modelo produtivo ideal moderno, mas também na mente dos atores territorializados, estabelecendo uma organização socioprodutiva e territorial que sustenta a atuação e expansão da agricultura capitalista. No próximo capítulo, aprofundarei a análise sobre as mudanças nas práticas agrícolas, discutindo a hipótese central deste trabalho a partir dos relatos das lideranças de comunidades e povos tradicionais entrevistadas.

Há também exemplos nos quais a des-territorialização relativa e absoluta se dão de forma conjunta, como a contaminação por agrotóxicos e a destruição das águas. No primeiro exemplo, a contaminação por agrotóxicos pode levar uma comunidade a se deslocar e sair de seu território, fugindo dos problemas de saúde derivados da contaminação ou buscando novas terras agricultáveis (o que seriam exemplos de des-territorialização relativa); mas também pode levar uma comunidade a adotar novas práticas agrícolas, como o uso de agrotóxicos, já que os agricultores podem, a partir da contaminação, só conseguir produzir com uso de veneno (o que seria um exemplo de des-territorialização absoluta, desconfigurando o modo de

produção daquele povo). A destruição das águas segue a mesma lógica. Se por um lado ela pode obrigar uma comunidade a se deslocar para uma região onde tenha água para a realização de suas necessidades básicas (o que seria um exemplo de des-territorialização relativa), por outro ela pode representar a destruição da memória de um povo, ligada a um rio ou lago, ou também a transformação de um modo de produção, com a necessidade da adoção da agricultura irrigada, o que seria um exemplo de des-territorialização absoluta.

Outra situação que mostra como as duas dimensões da des-territorialização podem estar articuladas é o já citado movimento de contratação/cooptação de alguns moradores das comunidades nas empresas próximas ao território. Quando contratados, alguns funcionários se deslocam e saem de fato do território (des-territorialização relativa); e outros continuam na comunidade, mas passam a defender os interesses da empresa, se desconectando do território e deixando de lutar por direitos coletivos (des-territorialização absoluta), como descreve o entrevistado A (2024):

Quando eles chega com os empreendimentos eles sempre abrem espaço para contratar as pessoas dali da região daquela comunidade específica. Eles abrem espaço para catar raiz, para trabalhar nas máquinas e tal. Isso termina dentro da comunidade desmobilizando né um pouquinho, porque eles olham que a empresa está dando emprego para eles então aí muitas comunidades não querem resistir, ficam caladas, porque é onde o marido trabalha, o filho trabalha, a esposa trabalha e aí termina se calando porque é um trabalho perto de casa, é um salário, que é pouco mas é, tava tendo ali um ganho no final do mês e aí termina que aqueles que não trabalham nas empresas é maioria, estão contratando 10, 5 e o restante não é contratado, e o restante que fica resistindo termina às vezes aí dividindo a comunidade. (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu).

Há também uma dinâmica de cooptação de membros das comunidades, muitas vezes que também trabalham para as empresas, para desarticular a comunidade, como relata a entrevistada D:

As fazendas também, elas estão fazendo isso, de tentar carregar algumas pessoas da comunidade, de colocar coisas nas cabeças dessas pessoas. A gente fala muito que é tipo um X9, né, que a gente às vezes não pode confiar em todo mundo dessa comunidade, principalmente de algumas que estão na luta por título, mas que você sabe que não é todo mundo que você pode confiar porque ele pode levar pros fazendeiros. (Entrevista com liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena, Piauí, em dezembro de 2024, grifo meu).

Além dela, o entrevistado A também falou sobre o “X9”, chamado por ele de “olheiro”:

Eles [as empresas] contratam essa pessoa e essa pessoa é quem leva as

informações se a comunidade está resistindo se estão se mobilizando [...] por várias vezes a comunidade preparou uma investida para resistir a sobrada que está sendo invadida, chegou lá os cara estava tudo pronto, estavam lá os jagunços armados. Então existe também esse olheiro, que também faz o papel de intimidação “olha a fazenda não vai lhe contratar”. (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu)

O entrevistado B completa:

Eles estão conseguindo coagir uma pessoa com certeza com dinheiro porque essa pessoa não passa a trabalhar para a empresa, essa pessoa continua morando nesse território defendendo a empresa e eles utilizam o termo que ele chama de olheiro que é uma pessoa que vamos supor numa comunidade de 50 pessoas eles conseguem comprar uma que é paga por eles para observar tudo o que está acontecendo tipo se as pessoas estão reagindo se as pessoas tiraram a cerca que eles colocaram. [...] Pelas conversas de algumas pessoas eles dizem “esse aí mudou inclusive as condições financeiras tem uma moto tem um carro de porte bom e não foi trabalhar fora” então são essas falas que eu ouço das pessoas. (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu).

Também no Piauí, o entrevistado E relata:

Alguns de dentro das comunidades, eles fizeram uma aliança, não sei como, com esse pessoal, enganaram eles, não sei como, e estão ajudando, eles dão ração, pagam aluguel, eles dão alguma coisa assim, mas pra vigiar nós. Eles não estão lá cuidando de terra para eles. E aí, qualquer coisa que nós movimentar aqui dentro das áreas, aí eles correm e contam para eles. (Entrevista com liderança da Comunidade Riacho dos Cavalos, no território Melancias no município de Monte Alegre, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

Com atuação parecida ao “olheiro”, a figura do “cabo eleitoral” é descrita pela entrevistada C:

Olha, nas comunidades, principalmente aqui do Médio Mearim, tem aquelas pessoas que se intitulam como cabo eleitoral de vereadores, prefeitos, etc. Então, ali elas estão a serviço desse povo. Então, ela vai colocar, vai conseguir algumas pequenas coisas pro povo, seja uma consulta, uma cirurgia, essas pequenas regalias. E aí as pessoas vão entrando nessa onda, né? De que fulano é bom e fulano é o certo. Isso acontece muito. E aí continua mantendo o poder desse pessoal. E aí, o que acontece, teve duas comunidades aqui [...] que teve uso de pulverização aérea. E as pessoas não denunciaram, porque foi na fazenda da ex-prefeita, e aí a ex-prefeita pagou alguma coisinha, e o outro lá também pagou, e todo mundo fica de boas, calado, até porque tem esse trabalho do cabo eleitoral. E aí ninguém denunciou, os afetados mesmo não denunciaram. [...] Dentro da própria comunidade, as pessoas são aliciadas e ganham um pouco mais por isso, sabe? Um favorzinho a mais, e aí acaba se colaborando e deixando a vida da pessoa. Não é de hoje que acontece. O meu avô foi assassinado em janeiro de 1983, que não me falha a memória. Alguém disse onde ele tava, sabe? Sempre tem alguém que infelizmente é levado pro outro lado da coisa, que

pensa... esse pensamento capitalista que entra também, sabe? De que eu não vou pensar no coletivo, eu tenho que me dar bem também. Sempre teve os capangas, o jagunço. E o jagunço a gente é da própria comunidade. [...] As comunidades vivem situações complicadas, financeiramente falando. Então é fácil aliciar as pessoas, é muito fácil. (Entrevista com quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão em dezembro de 2024, grifo meu).

A partir desses favores ou salários, o X9/olheiro/cabo eleitoral – ao defender os interesses das empresas dentro dos territórios – contribui para desarticular as lutas coletivas.

Outra dinâmica de des-territorialização comum na região é o arrendamento de pequenas propriedades, como descreve Jesus (2020, p. 423),

[...] é uma ameaça camuflada. De forma sutil, as empresas do agronegócio desarticulam todo modo de vida e de produção camponesa, retirando da terra não só a renda, mais uma história de vida e de identidade. Assim, a expropriação da renda da terra por meio do arrendo é também uma estratégia segura utilizada pelo agronegócio para a neutralização e contenção de conflitos com os camponeses. Ao arrendar a sua terra, o camponês deixa o seu modo de vida e o seu modo de produção e sua cultura. Por outro lado, as empresas capitalistas não estabelecem nenhum vínculo com a terra, mas, sim, buscam com afínco a renda capitalista que a terra fornece. Desta forma, o camponês passa a ser invisível dentro do processo de produção. Ele não mais cumpre os requisitos de um camponês (lidar com a terra, plantar colher e dela criar sua família e garantir sua dignidade), de modo que deixa de ser assistido pela previdência social e outros projetos, pois o camponês (lavrador), para ter direito à aposentadoria ou ao auxílio doença, tem que produzir na terra, assim, a terra deixa de ser a sustentabilidade e a garantia da vida do homem do campo. Em outros termos o arrendamento da terra dos camponeses acaba desarticulando o campesinato.

Essa desarticulação, por sua vez, contribui com a desconexão dessas populações de seu território, alterando seu modo de vida, de produção e cultura.

Como disse anteriormente, os dois tipos de des-territorialização na prática muitas vezes acontecem de forma simultânea, como é o exemplo do igarapé na comunidade da entrevistada C: “Nesse igarapé eu tenho todas as minhas memórias de infância, por mais difícil que ela tenha sido. Eu já vi o igarapé seco agora, no Dia de Finados. Eu tenho 31 anos. Primeira vez que eu vi ele seco” (Entrevista com quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão em dezembro de 2024, grifo meu) (IMAGEM 1).

IMAGEM 1: Igarapé seco na comunidade Aldeia do Odino, Bacabal (MA) (2024)



Fonte: acervo pessoal de um dos entrevistados.

Um impacto dessa magnitude sobre o igarapé afeta a comunidade em diversos aspectos, de ordem material e imaterial. Se por um lado afeta a disponibilidade hídrica da comunidade – o que pode levar a um abandono do território em um movimento de des-territorialização relativa – por outro afeta a memória que constitui aquele povo, em um movimento de des-territorialização absoluta que gera um rompimento com o território no

campo do pensamento. Como destacam Neef et al. (2023, p. 7), os negócios envolvendo a terra “[...] podem infringir lugares culturalmente importantes (por exemplo, cemitérios, locais sagrados), destruir artefatos de importância cultural e histórica ou tornar invisíveis as culturas indígenas e minoritárias por meio de uma variedade de medidas”. A entrevistada G (2025), 47 anos, liderança Akroá Gamela da Comunidade Vão do Vico, em Santa Filomena (PI), em entrevista realizada no dia 04/01/2025 por ligação de Whatsapp, trouxe um relato parecido sobre uma das lagoas (Imagem 2) próximas de sua comunidade: “[...] é uma lagoa que não seca. Ela é nossa mãe. Lá tem o peixe, tem a caça, tem de tudo que a gente precisar”. Entretanto, em relação ao que era essa lagoa está muito diferente, como relata a entrevistada:

[...] ela era bem limpa e ela tinha uma praia [...] hoje ela subiu o aterramento, areia que tem uma grota de areia e quando vem a água empurra para dentro dela. Ela já está muito em cima dentro do baixão, [...] ela fica bastante baixa no verão. Ela só enche no inverno, mas ela não sangra, não escorre água ela é uma lagoa parada. O impacto nela é essa areia que está aterrando ela. (Entrevista com liderança Akroá Gamela da Comunidade Vão do Vico, em Santa Filomena, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu)

O assoreamento elevou o nível da água a ponto de encobrir a praia, mas também impactou a fauna daquele local. A entrevistada ressalta que a areia sempre escorreu para dentro da lagoa, quando chovia muito no Cerrado, mas nos últimos anos escorre também uma lama. A entrevistada G crê que essa lama vem dos projetos, porque “[...] ao redor dela [da lagoa] tá cheio de projeto e a cabeceira da grota fica perto da Fazenda Parnaguá e da Fazenda Nova” (Entrevista com liderança Akroá Gamela da Comunidade Vão do Vico, em Santa Filomena, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu). Esse palpite faz total sentido, tendo em vista que uma das principais consequências do desmatamento, em especial do desmatamento na proximidade de rios e lagos, é o assoreamento desses corpos hídricos, que perdem a proteção das árvores e suas raízes para conter a lama. Acompanhado do assoreamento da lagoa, ela relata que antigamente havia muitos bichos dentro dela e que é uma lagoa encantada. Hoje, a aparição de animais e relatos de episódios sobre seu encantamento diminuíram.

IMAGEM 2: Lagoa dentro do território da Comunidade Vão do Vico (2024)



Fonte: acervo pessoal de um dos entrevistados

Esse caso relatado pela entrevistada C não é pontual. Russo Lopes et al. (2021), ao enumerar alguns exemplos de impactos das fazendas de soja sobre as populações no Matopiba, descreveram que esses empreendimentos têm restringido o acesso físico das comunidades às fontes de água. Além disso, não são raros os casos de águas contaminadas por veneno das plantações (Favareto, 2019; Russo Lopes et al., 2021). Alteração nos regimes de chuva também é considerado um impacto sobre as águas derivado da atuação do agronegócio, como destaca Coguetto (2019, p. 146)

Especificamente, a perda de nascentes e a diminuição no regime de chuvas ou dos cursos e corpos d'água foram relatados em cinco das sete comunidades do Sudoeste do Piauí. Estes moradores consideram, dentre

outras consequências, que estes fenômenos surgiram a partir da instalação do agronegócio na região. Detalhadamente, a respeito dos recursos hídricos locais afetados, foram citados a mudança no regime das chuvas, o assoreamento, a turbidez, o menor nível e a menor vazão dos rios, a perda de nascentes e a diminuição na quantidade de água dos corpos d'água locais

Esses impactos, além do relato da entrevistada C, no Maranhão, também foram relatados pela entrevistada D, cuja comunidade, no Piauí, enfrenta problemas envolvendo a seca:

As nossas águas estão secando, nossos rios, nossos brejos, tá diminuindo demais, tá um absurdo. Porque eles não estão mais respeitando só a parte alta, eles estão descendo, não tá tendo mais espaço. [...] Olha, na minha comunidade a gente tem dois brejos e um rio. Tem um brejo que ele está seco, totalmente seco. Só no inverno, quando chove, que fica um pouco de água, mas quando passa pouco tempo, que chega o verão, ele seca. E aí tem outro também que está bem pouco. E o rio, se um dia você pudesse vir às comunidades, você ia escutar tanta história, que você ia ficar pensando, vendo a realidade, e olhando assim, que será que é verdade? O nosso rio era um rio fundo, tinha um lugar que a gente tinha até medo de ir, que era bem escuro. Hoje você consegue ficar em pé nele, assim, no meio dele, atravessar tudo, e você fica bobo assim, como é que pode? Com a água que está acabando. (Entrevista com liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena, Piauí, em dezembro de 2024, grifo meu).

As mudanças no regime de chuvas afetam também a produção, como relatou a entrevistada D:

Ano passado mesmo, quem plantou mais cedo perdeu, teve que plantar umas três vezes porque a chuva foi bem fraca, teve muita perda das roças no ano passado. E está esse problema aí com a chuva, porque antes tinha uma base mais ou menos de quando plantar, quando queria ser, hoje não, é tudo imprevisível. Você não consegue mais planejar em nada. (Entrevista com liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena, Piauí, em dezembro de 2024, grifo meu).

O impacto sobre as águas também é descrito por Jesus (2020, p. 265) no oeste da Bahia:

O fato é que, mesmo com os inúmeros rios que banham o extremo do oeste baiano, tem ocorrido o aumento dos conflitos pela disputa de água, principalmente com a chegada das empresas ligadas ao setor do agronegócio. À medida que se intensificam as atividades econômicas do agronegócio na região, também aumenta o consumo de água na irrigação, de maneira que, na realidade, já se constata alterações significativas na vida das populações que vivem às margens desses rios. Centenas de camponeses que também utilizam das águas dos rios para irrigar as pequenas lavouras se veem ameaçados com a instalação de grandes empreendimentos, os quais consomem grande quantidade de água a ponto de interferir na dinâmica dos territórios da produção camponesa.

Outro problema enfrentado pela população na região é o assoreamento dos rios com solos erodidos das plantações. O entrevistado F (2024) sintetizou os problemas envolvendo as águas:

Essas populações são diretamente impactadas pela poluição e pelo assoreamento desses rios. Depois da grilagem, que é a perda direta do seu território, o dano ao ecossistema é o principal impacto que eles sofrem. Porque quando você tem um rio por exemplo em Melancias, que tem o rio Uruçuí Preto, que passa no meio do território. Ele é utilizado para tudo para tomar banho, para tomar água, pra tudo e o que acontece é que a partir do momento que entra o agronegócio e começa a poluição sistemática desse rio e também assoreamento, além da diminuição do impacto das chuvas que existe uma questão aí que é uma questão ecossistêmica que é a evapotranspiração das plantas quando você tira a cobertura vegetal essa evapotranspiração diminui e o regime de chuvas diminui completamente se altera completamente então também diminuiu o índice de chuvas então tudo isso causa um impacto gigantesco para as populações porque principalmente o acesso a água. [...] E além de todo esse impacto sobre assoreamento, sobre poluição, tem o uso demasiado dessa água por meio dos pivôs centrais. Essa água não brota do nada, eles tiram dos rios primeiramente também do subsolo, mas é de maneira secundária do subsolo porque é mais caro você fazer o poço artesianos para depois fazer o bombeamento. Eles tiram dos rios e os rios simplesmente secam porque está usando toda água no negócio. (Entrevista com pesquisador da Universidade do Estado de São Paulo em dezembro de 2024, grifo meu).

O rio Uruçuí Preto inclusive já secou aproximadamente quinze quilômetros, como relata o entrevistado A. Apenas em 2024, o rio secou dois quilômetros, de acordo com o relato de uma liderança da Comunidade Melancias, no Território Melancias, em Gilbués (PI), transmitido a mim pelo entrevistado B. O brejo próximo de onde o entrevistado A mora, por exemplo, não secava e agora está secando. Em geral, os relatos são de que o nível de todas as águas está abaixando.

Essas são preocupações generalizadas entre as comunidades no Matopiba. Na Comunidade Melancias, uma moradora de 77 anos relatou à FIAN (2018, p. 51) que “[...] a água acabou. Sobrou muito pouco. Estamos com medo de morrer de sede aqui. Se esses projetos parassem, a água voltaria. Mas eles não param, não. Eles provavelmente só vão parar quando os rios secarem”. Na comunidade Brejo do Miguel, o rio está com volume reduzido, coloração turva e barrenta e os moradores relatam cheiro muito forte (Imagem 3 e 4):

IMAGEM 3: Rio na comunidade Brejo do Miguel (2024)



Fonte: acervo pessoal de um dos entrevistados

IMAGEM 4: Água engarrafada retirada do rio na Comunidade Brejo do Miguel (2024)



Fonte: acervo pessoal de um dos entrevistados

Essa água barrenta também foi relatada pelo entrevistado E em sua comunidade:

É que eu não me lembrei o dia que a água estava bem barrenta, era pra ter pegado um vasinho, um litro, um pouco pra fazer foto que era pra enviar, pra vocês verem a qualidade. Porque tem ela limpinha, mas tem suja. Eu não lembrei de guardar. E é período curto, assim, dois, três dias, que ela fica muito suja. E tem outro problema também que eu não tinha falado, que devido a ele [agronegócio] estar muito perto das árvores da serra, tá fazendo muitos erosões nas árvores da serra, descendo pro baixão. (Entrevista com liderança da Comunidade Riacho dos Cavalos, no território Melancias no município de Monte Alegre, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu)

Posteriormente, ele me enviou uma imagem de como fica o rio nessa situação:

IMAGEM 5: Rio no sudoeste do Piauí após as chuvas levarem a lama das fazendas para o

corpo hídrico (2024)



Fonte: acervo pessoal de um dos entrevistados

A contaminação das águas também é parte da estratégia de expulsão das empresas:

De acordo com alguns moradores, matar todos os peixes e impossibilitar sua reprodução é parte de uma estratégia deliberada para expulsá-los. A poluição das águas também levou a uma escassez de água potável de qualidade. “A água boa é a água que vem da SLC.” disse D. Germina, da comunidade de Sete Lagoas, para a missão. A SLC Agrícola é uma das empresas do agronegócio cujas atividades estão na raiz dos problemas das comunidades. Segundo a D. Germina, a empresa começou a mandar esses caminhões, porque membros da comunidade, especialmente os mais jovens que trabalham nas fazendas da SLC, comentaram com os gerentes das propriedades que a comunidade estava com dificuldade de acessar a água e, quando conseguiam, a água estava poluída, provocando coceiras, tonteiras, enjoos e outros sintomas parecidos com os de intoxicação. Ela acredita que os caminhões-pipa são uma forma de impedir as comunidades de denunciarem o fato de que não possuem mais acesso à água limpa e segura

(FIAN, 2018, p. 52)

Há, nesse exemplo, uma relação clara de “criar a doença para vender a cura” e de tentar, de certa forma, compensar as violências geradas por essas empresas com doações. Os diferentes conflitos envolvendo as águas exemplificam como a des-territorialização pode atuar tanto no âmbito relativo quanto absoluto, gerando impactos materiais e imateriais sobre os povos que vão culminar em trajetórias diversas. No que diz respeito a uma das dimensões da des-territorialização relativa, a desapropriação, Borrás e Franco (2013) descrevem três tipos gerais de trajetórias. No primeiro, as pessoas expulsas não têm para onde ir e não são absorvidas em nenhum outro setor produtivo da economia. Já no segundo, as pessoas expulsas são absorvidas em outros setores produtivos da economia. Por fim, no terceiro, as pessoas expulsas são realocadas em algum lugar para continuar o que faziam anteriormente. Quanto às outras formas de des-territorialização, inclusive des-territorialização absoluta, há outras trajetórias possíveis além dessas três. É sobre elas que discorrerei a seguir.

### **3.3 A des-territorialização em algumas comunidades no Piauí**

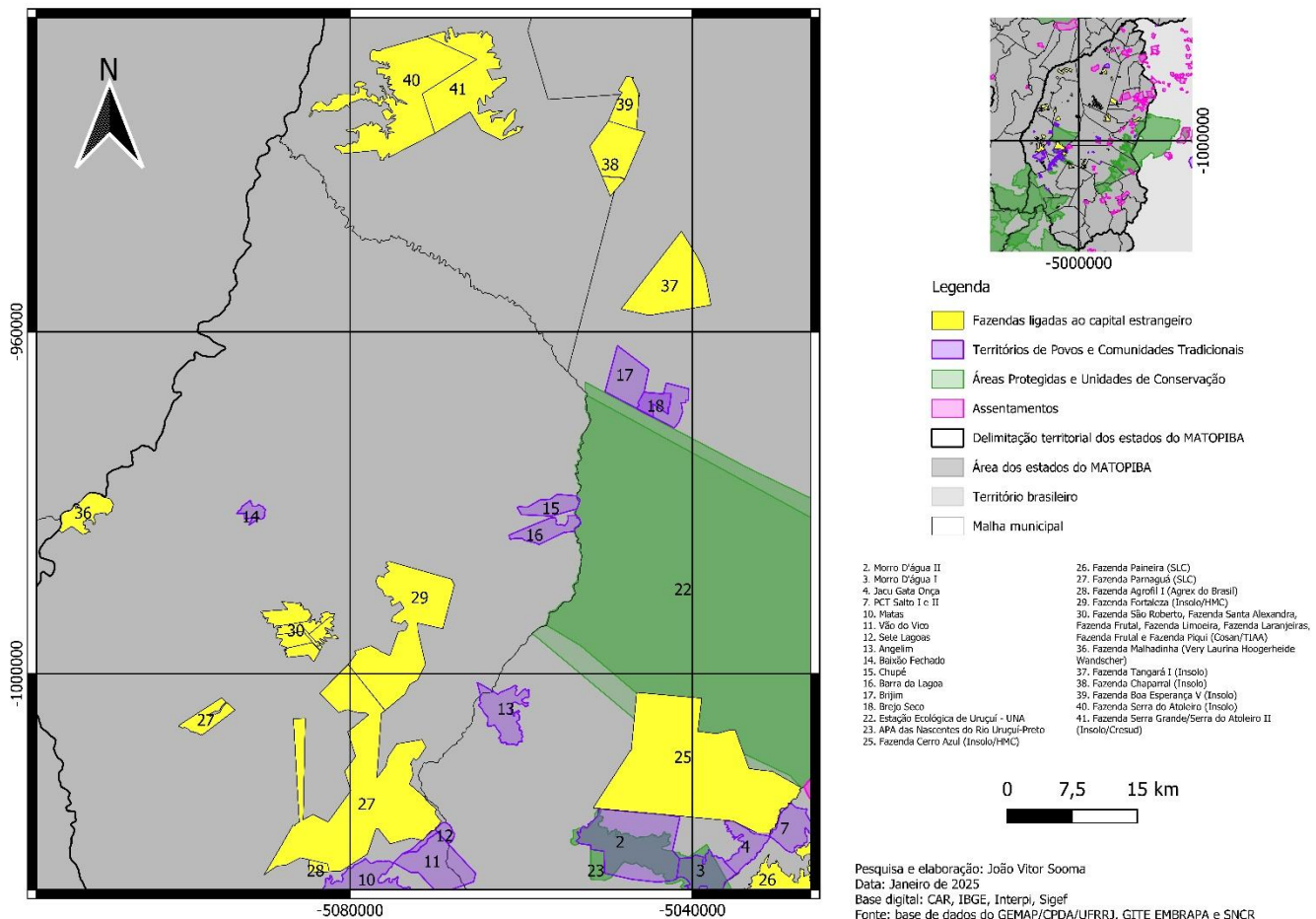
Apesar de não ser o estado com o maior número de casos de conflitos por terra, o Piauí é destaque no que diz respeito aos objetivos deste trabalho por ser uma região onde é possível observar como a estrangeirização promove a des-territorialização e afeta as práticas agrícolas dos povos. Ele é, portanto, uma delimitação territorial que exemplifica a relação de causalidade entre os três fenômenos. Além disso, possui certo nível de organização coletiva das populações atingidas, que relatam os impactos sofridos e que atingem diretamente a manutenção da vida e dos conhecimentos agrícolas em seus territórios.

O movimento de deslocamento e des-territorialização de povos e comunidades tradicionais no Matopiba, como descrito na seção sobre estrangeirização de terras, é acelerado e intensificado com a chegada dos empreendimentos estrangeiros, que elevam o preço da terra e aumentam a procura por investimentos na região. Além disso, muitos desses empreendimentos estão diretamente relacionados com casos de des-territorialização, como é o exemplo da Radar/Tellus, cujas fazendas Limoeira, Frutal, Piqui, São Roberto e Santa Alexandra – que foram griladas por Euclides de Carli (Gomes, 2020; Spadotto, 2023) – se encontram nas proximidades da comunidade ribeirinha Baixão Fechado (Mapa 11), que historicamente

[...] obteve seu sustento a partir da plantação de roças de arroz, feijão, mandioca, fava, milho, dentre outras culturas, verduras e legumes, além de extrativismo vegetal, extraíndo os frutos dos buritis, bacabas, buritiranas,

cujeiros, criação de gado solto, porcos, frangos e galinhas, atividades de caça, pesca, obtenção de plantas medicinais, matérias-primas (e.g. madeira, palha e adobe) para construção de suas casas e uso da água, abastecida, principalmente, pelo riacho Sucuruíu (Spadotto, 2023, p. 164-165)

**MAPA 11:** Região próxima às comunidades Baixão Fechado e Barra da Lagoa (2024)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do GEMAP (2020), atualizado com a incorporação de propriedades listadas como pertencentes a estrangeiros no SNCR (2024). Os dados de áreas protegidas, assim como no Mapa 8, foram retirados do IBGE (2021) e do GITE EMBRAPA (2015), acrescidos os dados do Interpi (2024).

Entre os relatos registrados por Spadotto (2023), os moradores da comunidade disseram que ações violentas realizadas por capangas de De Carli começaram em julho de 2010, com invasões ao território, ameaças aos moradores, queima de roças e tiros disparados. Apesar de terem registrado um boletim de ocorrência, um mês depois plantações foram novamente queimadas. Em 2015 os conflitos se acirraram novamente, com mais incêndios criminosos nas roças promovidos pelos mesmos capangas. Um ano depois, uma casa de um dos moradores foi destruída por tratores do Grupo De Carli e da prefeitura de Santa Filomena (PI) “[...] na construção da estrada nova que interliga a Chapada Até Que Enfim até a Serra do

Ovo, interligando, também, a antiga fazenda Ludmila até as assim chamadas ‘Fazendas Novas’ do Grupo De Carli” (Spadotto, 2023, p. 166).

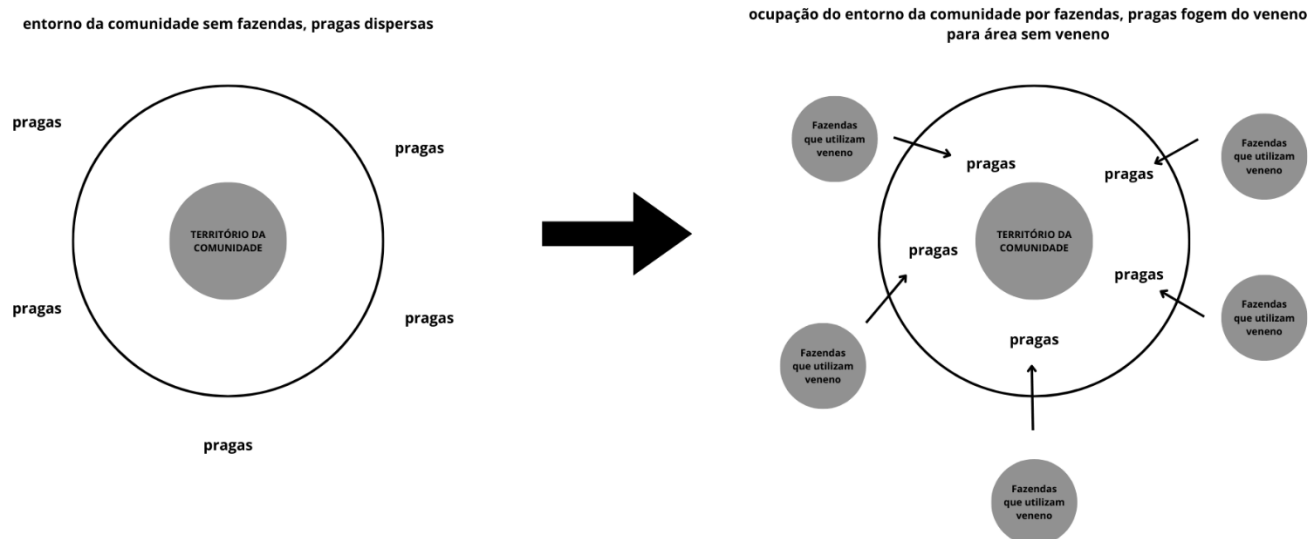
Além das fazendas da Radar/Tellus, outras fazendas de propriedade estrangeira como a Fazenda Parnaguá, da SLC Agrícola, a Fazenda Agrofil I, da Agrex do Brasil, a Fazenda Fortaleza, da Insolo, e a Fazenda Malhadinha, da proprietária holandesa Very Laurina Hoogerheide Wandscher também estão nas proximidades da comunidade. A Fazenda Fortaleza e a antiga Fazenda Ludmila inclusive já tiraram terras da comunidade em disputas judiciais (FIAN, 2018). Assim como em outras comunidades, “[...] o suprimento de água, que antes era abundante e de boa qualidade, está diminuindo há anos devido ao desmatamento e uso abusivo do solo por parte das fazendas, chegando ao ponto de ser preciso requisitar caminhões-pipa para o abastecimento de água” (FIAN, 2018, p. 43).

Assim como a questão da água, o avanço de pragas também é um problema relatado por todos os entrevistados. Essas infestações de animais como a mosca branca<sup>37</sup> se dão em um território após a ocupação do entorno (nas chapadas) por propriedades agrícolas que fazem uso intensivo de agrotóxicos. Isso faz com que as pragas avancem sobre áreas sem veneno, infestando os quintais produtivos e roças das comunidades, gerando consequências para sua atividade produtiva e seu modo de vida, como esquematizado no Quadro 2 abaixo:

**QUADRO 2:** Esquema que ilustra o avanço de pragas sobre território de comunidade após a ocupação do entorno por fazendas que usam veneno

---

<sup>37</sup> De acordo com Spadotto (2023, p. 77), “[...] a mosca-branca (*Bemisia argentifolii*) é considerada pelos moradores como uma praga surgida com a consolidação do agronegócio na região. Essa espécie de inseto se hospeda em cultivos de feijão, arroz, mandioca e milho e também devasta os cultivos de abóbora e hortaliças com grande facilidade, além de ser relatada como principal elemento que tem contribuído com a improdutividade dos cultivos de fava em toda a região analisada [...]. O desmatamento acentuado, aliado à utilização exorbitante de agrotóxicos, reduzem a biodiversidade nos planaltos, auxiliando a proliferação de organismos conhecidos por “pragas” que, afugentadas dos planaltos pelos venenos, migram para os fundos de vales, afetando o ecossistema por completo”.



Fonte: elaboração do autor.

A partir do esquema, é possível compreender melhor a dinâmica de descida das pragas para os baixões. O território da comunidade, centralizado em um perímetro, está relativamente protegido das pragas, pois consegue lidar com uma pequena quantidade delas a partir do uso de defensivos naturais, como caldos. Entretanto, quando fazendas que utilizam veneno se instalam nas chapadas ou no entorno da comunidade, pressionam as pragas da região que, fugindo do veneno, avançam sobre o perímetro onde se encontra o território da comunidade, como mostra a segunda parte do esquema. Com mais pragas para lidar, muitas vezes os caldos ou outros defensivos naturais não dão conta, como relatou a mim a entrevistada G. Assim, algumas trajetórias possíveis<sup>38</sup> para contornar o avanço das pragas são: 1) o uso de agrotóxicos por parte da comunidade, desconfigurando seu modo de produção; 2) a necessidade de deslocamento, abandonando o território tradicionalmente ocupado; ou 3) a tentativa de controlar as pragas por meio de defensivos naturais, o que implica em um custo adicional muitas vezes inviável financeiramente.

Além da questão das pragas, algumas comunidades que têm seus quintais produtivos contaminados precisam comprar alimentos que antes eram produzidos na própria comunidade, como o cheiro verde. Sobre as mudanças nas práticas agrícolas na região do Piauí, o entrevistado A relatou:

[...] outra coisa também é o vento que leva o veneno e tem matado muito pé de laranja. A manga não consegue dar, eles não conseguem vender. Eles plantavam por exemplo algumas outras frutíferas e eles não conseguem ter mais resultado porque o veneno pelo vento termina sapecando as folhas das

<sup>38</sup> Essas são apenas algumas trajetórias, organizadas com base nos relatos que tive com as entrevistas. É importante fazer a ressalva de que é possível que haja outras consequências.

plantas [...] recentemente eu vi muito o pessoal indo na cidade comprar cheiro verde porque quando ele planta lá a nuvem de veneno mata a plantação. O tomate que eles plantavam eles estão comprando tomate de Petrolina ou então de Brasília das centrais de abastecimento. (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu).

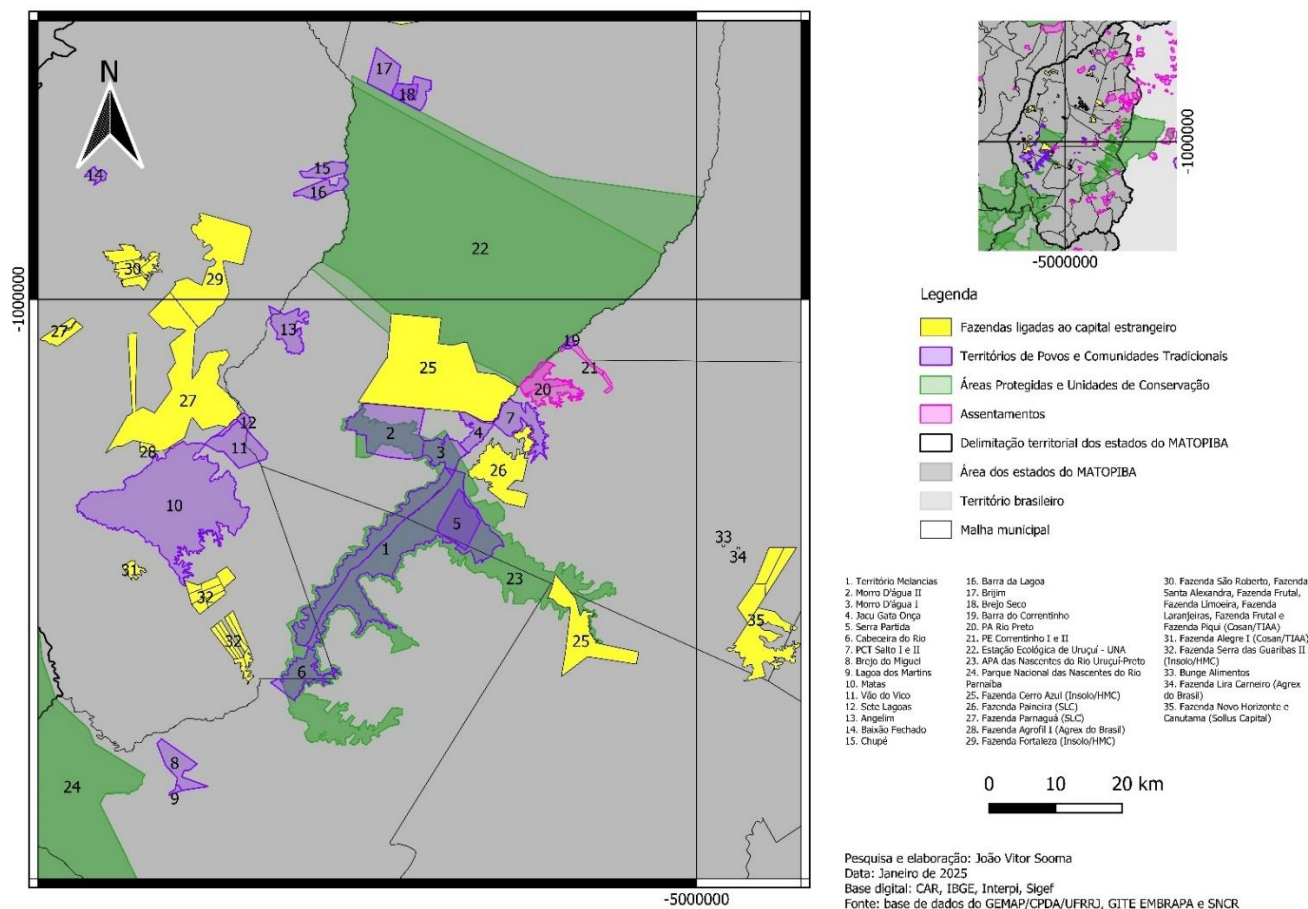
Essa questão também foi relatada pela entrevistada C:

Aqui nessa parte do Médio Mearim, a gente não ouvia falar de soja. Há uns dois, três anos atrás a gente só falava de soja pensando lá em Balsas, no sul do Maranhão. Agora a soja tá nas comunidades aqui, pertinho da gente, no município de Lago da Pedra, de Lago do Junco, onde as mulheres tão perdendo o seu quintal. Toda mulher no seu quintal tem um canteiro de cheiro verde, que maranhenses adoram cheiro verde. Até o seu cheiro verde tá sendo envenenado, sabe? (Entrevista com quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão em dezembro de 2024, grifo meu).

Essa é mais uma dimensão da des-territorialização, agindo sobre os modos de vida e segurança alimentar das populações na região, dimensão que será mais bem desenvolvida no próximo capítulo.

Extremamente pressionado pelo agronegócio, o Território Melancias (Mapa 12) é, de acordo com a entrevistada D, composto por seis comunidades e é uma região onde os impactos do agronegócio “[...] começaram a ser perceptíveis na década de 1980” (Cogueto, 2019, p. 145).

**MAPA 12:** Região próxima ao Território Melancias (nos municípios de Gilbués, Santa Filomena, Bom Jesus e Baixa Grande do Ribeiro), cercado por fazendas de empresas estrangeiras (2024)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do GEMAP (2020), atualizado com a incorporação de propriedades listadas como pertencentes a estrangeiros no SNCR (2024). Os dados de áreas protegidas, assim como no Mapa 8, foram retirados do IBGE (2021) e do GITE EMBRAPA (2015), acrescidos os dados do Interpi (2024).

Cercada por fazendas de empresas estrangeiras, as comunidades do território enfrentam há anos problemas envolvendo contaminação das águas do Rio Uruçuí Preto, ameaças de grileiros, contaminação de plantações, ações de expropriação territorial das comunidades e seca de nascentes e brejos. Por conta do uso de agrotóxicos para a produção de soja, o lençol freático, os brejos e os rios são contaminados, matando peixes e tornando a água imprópria, como relata o entrevistado E:

Na nossa região, a gente não criava peixe. E sempre comia, que a gente pegava no rio, nós temos um riozinho aqui, nós pegava no rio. Hoje você não pega mais uma piaba, porque não tem. Porque quando é no período da chuva, agora mesmo o dia desse teve uma chuva grossa aqui na região, e o rio ficou com a água bem vermelha, barrenta, barrenta mesmo. Aí quando desce aquela lama que ela vem dentro das serras, aí algum peixinho que tem ou morre ou vai embora daqui que não fica aqui mais. (Entrevista com liderança da Comunidade Riacho dos Cavalos, no território Melancias no município de Monte Alegre, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

Além das roças e quintais produtivos das comunidades serem contaminados, há a percepção por parte da população de um aumento nos casos de câncer e relatos de problemas respiratórios e doenças de pele por conta de agrotóxicos pulverizados (Pitta e Mendonça, 2015).

A entrevistada D sintetizou alguns dos principais problemas enfrentados pela Comunidade Barra da Lagoa, em Santa Filomena (PI):

Depois de 2015 pra cá a gente vem sofrendo quase que diariamente com conflitos. Chegou um fazendeiro, fazendeiro não, ele é grileiro, daí ele chegou com segurança armada e já foi limitando o nosso território, a gente teve que fazer cerca, ele tomou algumas áreas do território também, a gente ficou com espaço bem pouco lá. E aí tudo muda, porque você não pode mais criar os animais, ele desmatou, derrubou perto do nosso brejo, do nosso rio, usa veneno, o agrotóxico e o desmata. E além disso a gente é impactado por outras fazendas que ficam perto, porque a gente fica na baixada. E aí o desmatamento ele tá vindo muito avançado. Depois disso também várias outras pessoas chegaram já na comunidade dizendo que é dono, querendo fazer acordo. Esse ano, no meio de abril, a gente sofreu a reintegração de posse por outra pessoa que nem é esse que tá lá perto violando os nossos direitos, outra pessoa que a gente nem esperava. (Entrevista com liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena, Piauí, em dezembro de 2024, grifo meu).

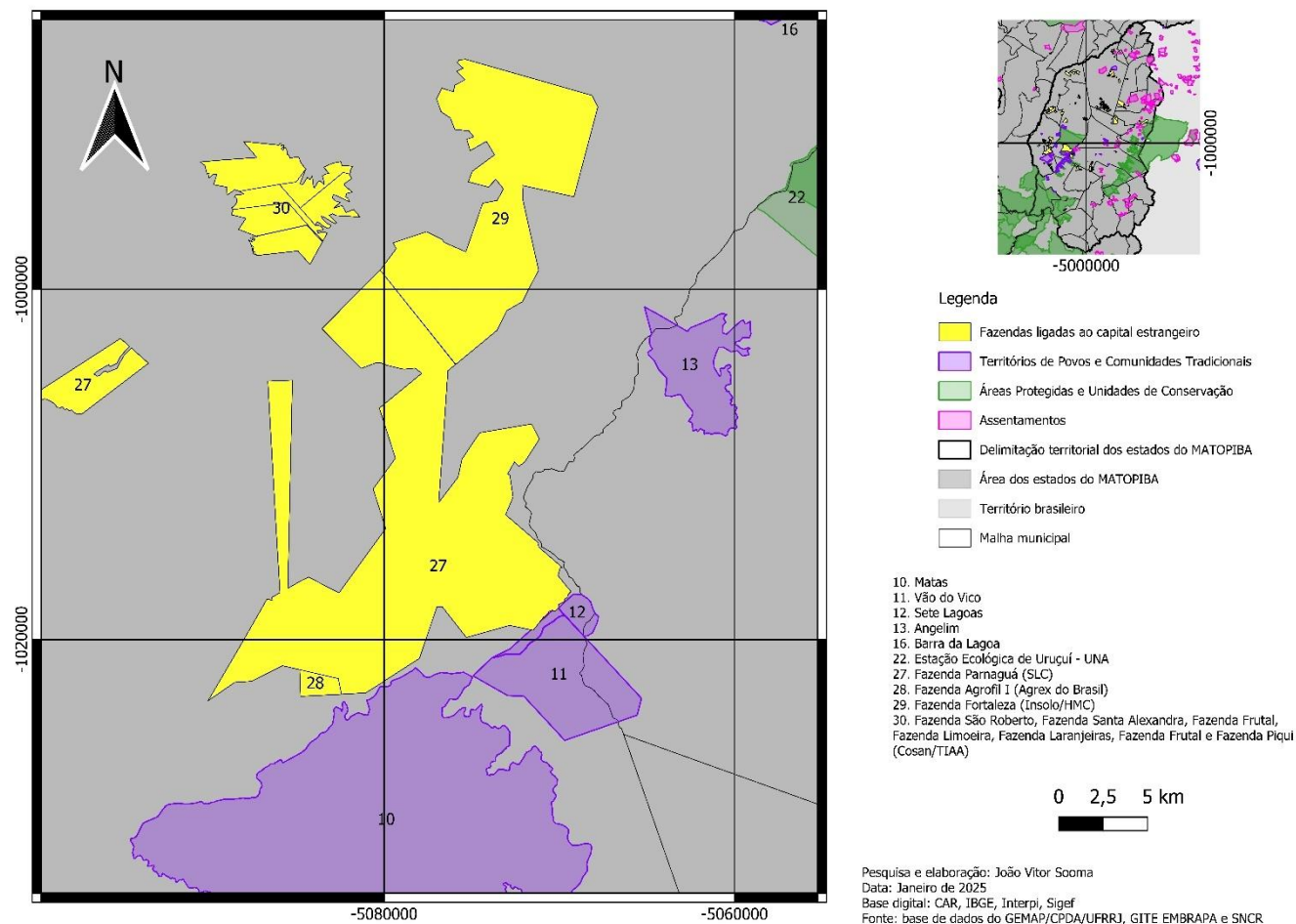
No Território Melancias, a Comunidade Melancias enfrenta problemas parecidos. De acordo com relatório de uma missão da FIAN, Rede Social de Justiça e Direitos Humanos e CPT (2018, p. 42):

A comunidade se encontra muito prejudicada por conta das nascentes de água que secaram nos últimos anos devido à diminuição dos níveis de água do aquífero. Membros da comunidade afirmam que faz cinco anos que a água começou a ficar escassa e os brejos onde estão os buritizeiros passaram a secar. Consequentemente, as árvores deixaram de dar frutos. Outras plantas utilizadas na elaboração de medicamentos também estão desaparecendo. De acordo com seus testemunhos, o rio também está secando e as abelhas e peixes estão sumindo. Vários moradores relatam o uso excessivo de agrotóxicos pelas fazendas nas proximidades. Os agrotóxicos são borrifados de aviões sobre as chapadas, mas o vento e a água levam o produto até os baixões, devastando suas colheitas e roças. Existe a presença de agrotóxicos no rio, nos brejos e nos riachos, o que causa graves prejuízos aos recursos pesqueiros. A água dos rios fica alaranjada no período das chuvas conforme descem para os baixões, trazendo consigo a erosão e os agrotóxicos usados nas plantações.

Outra comunidade profundamente impactada pela ação do agronegócio e cercada por fazendas estrangeiras é a Comunidade Vão do Vico (Mapa 13), do povo indígena Akroá Gamela, localizada no município de Santa Filomena (PI). Colada na Fazenda Parnaguá, da SLC Agrícola, a comunidade também está próxima de outras fazendas, como a Fazenda Fortaleza, da Insolo e Fazenda Alegre I da Cosan. Contudo, o que chama mais atenção é a proximidade

com a Fazenda Parnaguá, inclusive com sobreposição territorial.

**MAPA 13:** Região próxima à Comunidade Vão do Vico, colada com a Fazenda Parnaguá, da SLC Agrícola (2024)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir da base de dados do GEMAP (2020), atualizado com a incorporação de propriedades listadas como pertencentes a estrangeiros no SNCR (2024). Os dados de áreas protegidas, assim como no Mapa 8, foram retirados do IBGE (2021) e do GITE EMBRAPA (2015), acrescidos os dados do Interpi (2024).

A entrevistada G relata o medo que vive hoje:

É uma coisa muito grave aqui no sul do Piauí. Porque nós, antigamente, nossos pais, avôs, bisavôs, nós vivíamos uma vida tranquila, sossegada. Ninguém dormia com medo de ter sua casa derrubada, nem sua roça destruída. [...] A gente não precisava de documento de terra pra gente ter nossa roça, ter nossa casa. [...] E de certo tempo pra cá a gente vem sofrendo. Nossos avôs se foram, nossos pais, [...] o meu pai morreu na luta da terra. [...] Nós quase perdemos ela. (Entrevista com liderança Akroá Gamela da Comunidade Vão do Vico, em Santa Filomena, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

Os conflitos na comunidade se intensificaram com a chegada da empresa Damha, que

vende grãos para as estrangeiras Bunge e Cargill<sup>39</sup>, além de ter arrendado terras para a Insolo, como descreve a entrevistada G:

Daí pra cá a gente sofreu muito sobre os impactos dessas empresas que vem chegando. A gente não conhecia de onde era, não tinha informação nenhuma. E sempre essas empresas vêm tomando os territórios. Como essa empresa que surgiu, que é a Damha, eu não sabia de onde que era. Aí que depois que a gente veio saber de onde era essa empresa. Mas é várias empresas. Dá o nome de uma, dá o nome de outra, pra poder chegar na verdadeira. Mas o impacto maior que as comunidades vêm sofrendo é a grilagem de terra. (Entrevista com liderança Akroá Gamela da Comunidade Vão do Vico, em Santa Filomena, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

Colada no território, a Fazenda Parnaguá, da SLC, busca ter uma boa relação com a comunidade, apesar de seu terreno georreferenciado se sobrepor a uma pequena porção do território da Comunidade Vão do Vico, como pode ser visto no Mapa 13. A entrevistada G relata que seu povo sofria com aquela fazenda há muito tempo, antes da SLC chegar, quando ainda era fazenda Produzir, que arrendou as terras para a SLC:

Ela pegou essa área aí agora. Nós vem sofrendo com ela, mas não foi com a SLC. Ela agora que pegou essa área aí, que chama Produzir, e hoje é a Fazenda Parnaguá, a sede 12. Há muito tempo, nós justamente, nós trabalhávamos dentro de um baixão, chamava Boqueirão Grande. Aí entraram lá, botaram os picos dentro da nossa roça, mas não foi a Fazenda Parnaguá. Foi a Produzir. O que nós sofremos com ela não foi com a fazenda de agora. [...] Sempre ela ajuda a gente aqui na comunidade, a Fazenda Parnaguá. Ela ajuda bastante a gente aqui. Não sei se estão fazendo o ruim ou se estão fazendo o bem. Mas ela sempre é quem arruma as estradas que vem do território. Se a estrada tá ruim, eles arrumam. Eles sempre fornecem fundo para a melhoria das escolas. Da escola aqui no povoado de Sete Lagoas. Que a escola era uma escola bem pequena. Eles investiram bastante, quase duzentos mil nessa escola. E foi a Fazenda Parnaguá que fez a melhoria da escola. Ele reformou a escola toda aqui no povoado Sete Lagoas. Agora a gente não tem impacto com ela. Se faltar energia, essas coisas, faltar água, sempre vem ela, abastece água, dá qualquer jeito pra melhorar a energia, ele sempre ajuda a ligar pra consertar a energia dentro do território, que tão perdendo as coisas. Por enquanto a gente não tem conflito com a fazenda SLC. (Entrevista com liderança Akroá Gamela da Comunidade Vão do Vico, em Santa Filomena, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

Antes de conversar com a entrevistada G, o entrevistado A já havia me relatado esse movimento das fazendas de tentar comprar o apoio ou o silêncio das comunidades por meio de doações ou investimentos em infraestrutura: “[...] eles pegam uma escola da comunidade que está lá e pinta ela. No Natal eles pegam dão presente para as crianças tirar fotos” (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu). A própria SLC, por exemplo, dá tratores para algumas comunidades com o intuito

---

<sup>39</sup> <https://damhaagronegocios.com.br/pages/fazendas-do-piaui>

não só de conquistar o apoio deles, mas também de mostrar como a agricultura das comunidades é atrasada e as técnicas corretas são aquelas utilizadas pela agroindústria, contribuindo com a des-territorialização do modo de vida e produção tradicional, conforme relatos do entrevistado A e do entrevistado F.

Apesar da Fazenda Parnaguá estabelecer essa relação com a comunidade, o processo de grilagem e arrendamento da terra que gerou os conflitos anteriores denunciados pela entrevistada G é o que permitiu o estabelecimento da fazenda. Então há aí uma violência implícita que é mascarada por uma série de “boas práticas” adotadas pela empresa. Além das ações da empresa, a entrevistada tem quatro filhos que trabalham lá, três diretamente para a SLC e um para uma empresa terceirizada. Há, portanto, a já citada relação conflituosa onde, ao mesmo tempo, uma grande fazenda está colada em seu território, foi grilada e georreferenciada sobre seu território, mas os filhos ou parentes em geral trabalham naquele empreendimento.

Enfrentando violências de todas as ordens, as comunidades não se sentem seguras para denunciar. Quando denunciam e registram boletins de ocorrência, nada acontece:

Em 2015, a comunidade de Melancias registrou uma denúncia contra os grandes produtores de soja nas chapadas, por conta da poluição causada no rio Uruçuí Preto. Porém, considerando os vários relatos de membros da comunidade para a missão sobre a poluição das águas, é evidente que a denúncia não levou as autoridades a tomarem medidas efetivas para proteger e assegurar o acesso da população local aos recursos hídricos. A comunidade de Santa Filomena também apresentou uma denúncia sobre os impactos causados pelo uso de agrotóxicos na produção de soja. Em Brejo das Meninas, alguns membros da comunidade afirmaram que viram indivíduos relacionados aos grileiros e empresas do agronegócio despejar produtos tóxicos nos lagos e rios (FIAN, 2018, p. 52)

Diferentemente das fazendas, as comunidades não têm acesso à proteção da política e do judiciário, como relata a entrevistada C:

A polícia não joga pras comunidades. Isso é fato. Normalmente quando tem que se denunciar alguma coisa, vão ao sindicato falar o que está acontecendo. Ou é pra rede de agroecologia do Maranhão, pra RAMA, ou pras próprias organizações parceiras, na qual eles têm uma ligação mais direta. Primeiro é assim, quando acontece de chamar a polícia, ou algo do tipo, não tem nada de eficaz. Maior das vezes quem é marginalizado é quem está na comunidade. [...] Então, as denúncias sempre é muito com as organizações parceiras ali, quando elas realmente acontecem, porque raramente acontece. [...] diretamente pra polícia, raras as vezes acontece, e quando acontece ela não está do nosso lado, pelo contrário. Está sempre a favor. Se as pessoas da comunidade cortam a cerca do fazendeiro, e o fazendeiro denuncia pra polícia, rapidamente chega uma intervenção. Quando a comunidade precisa da polícia, ela não vai. Ou quando vai, vai horas depois. Entende? Então, é assim que acontece. (Entrevista com quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão em dezembro de 2024, grifo meu).

O descaso da polícia do Maranhão não é diferente no Piauí, como conta o entrevistado

A:

[...] quando se trata da questão do conflito, das inseguranças, infelizmente a estrutura de polícia não funciona para as comunidades, só funcionam pras fazendas. agora mesmo está tendo um problema aqui na comunidade a comunidade fez 17 B.O. e nunca um delegado abriu um processo de nada sempre contra os mesmos grileiros de terra. [...] pra fazenda basta um telefonema não precisa fazer B.O. basta um telefonema vai bater lá duas, três viaturas e o delegado abre o processo direitinho. (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu).

O entrevistado E também relatou um episódio em que a polícia favoreceu uma empresa do agronegócio: “[...] a gente tinha o gado, onde o gado nosso ficava. Eles [Agro Fritzen] vieram com a polícia e tiraram o gado. A gente ficou sem ter onde colocar. Aí tem uma área encostada que eles botam o gado deles. Eles dizem que é uma reserva, mas eles usam gado” (Entrevista com liderança da Comunidade Riacho dos Cavalos, no território Melancias no município de Monte Alegre, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

Mesmo quando não há uma ação direta de expropriação territorial, as fazendas buscam sufocar as comunidades por meio de artifícios que tornam insustentável a vida no local, como o desmatamento do entorno, o aumento no custo de vida, o bloqueio ou a destruição de estradas, entre outros. Como relatado pelo entrevistado F, o desmatamento altera dinâmicas hídricas e de temperatura na região, como é o caso da Comunidade Grinalda do Ouro (Imagens 6 e 7), na qual o entrevistado A suspeita que haja investimento estrangeiro.

IMAGEM 6: Desmatamento na Comunidade Grinalda do Ouro, no município de Gilbués (PI) (2024)



Fonte: acervo pessoal de um dos entrevistados

IMAGEM 7: Tratores envolvidos no desmatamento na Comunidade Grinalda do Ouro (2024)



Fonte: acervo pessoal de um dos entrevistados

O aumento no custo de vida, por sua vez, foi relatado pelo entrevistado A, que explicou que quando as pessoas chegam na cidade em busca de melhores condições de vida terminam indo para as periferias e sofrem, passam fome, porque não conseguem comprar as coisas por conta do alto custo de vida. O bloqueio ou destruição de estradas, por fim, altera as dinâmicas de deslocamento da comunidade e pode, inclusive, impedir seu acesso a determinada porção do território, como relatou o entrevistado A: “[...] a primeira coisa que eles tiram é estrada das pessoas ele não deixa as pessoas passarem pegar a estrada uma estrada que pro pessoal que chegar na cidade por exemplo era vinte quilômetros estão botando para dar uma volta de cento

e tantos quilômetros, então muda por completo”. As obras realizadas pelas fazendas interditam as estradas e impedem o trânsito de moradores das comunidades para a cidade, como descreveu a entrevistada D e como pode ser visto na Imagem 8.

IMAGEM 8: Estrada que dá acesso a diversas comunidades, entre elas a Comunidade Brejo das Meninas e a Comunidade Barra da Lagoa, inundada (2024)



Fonte: acervo pessoal de um dos entrevistados

Um fenômeno preocupante cuja causa ainda não foi identificada foi relatado pela entrevistada D e pela entrevistada G. Se trata de uma nuvem de poeira (Imagem 9) que vem das chapadas (onde fica a maior parte das fazendas) para os baixões e avança sobre o território das

comunidades.

IMAGEM 9: Nuvem de poeira que vem das chapadas para os baixões (2024)



Fonte: acervo pessoal de um dos entrevistados

Esse fenômeno está, segundo o relato da entrevistada D, cada vez mais frequente. De acordo com a entrevistada G:

Essa nuvem de poeira todos os anos dá. Eu não sei o que está acontecendo, que antigamente não tinha. Quando vem essa nuvem de poeira, que bate nas plantas pega que é tipo uma poeira mesmo. Quando dá uma chuva as árvores ficam todas pintadas, as folhas todas secas, queimadas as folhas. E eu acho que essa poeira é a poeira que vem do cerrado. Aquela poeira é assim uma nuvem mesmo você vê fica escura, a gente fica até assustada sem saber o que é. [...] quando tem essa nuvem de poeira, quando dá uma chuva as plantas ficam todas pintadas. (Entrevista com liderança Akroá Gamela da

Comunidade Vão do Vico, em Santa Filomena, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

Outro fator marcante nas reclamações das comunidades diz respeito às mudanças climáticas, influenciadas também pelo desmatamento. O entrevistado A, relatou que “[...] eles [as comunidades] reclamam muito que antigamente o período de frio era um pouquinho maior” (entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu), ainda disse que “[...] a chuva está tão escassa quanto no semiárido [...] não tem mais chuvas regulares. [...] chove muito num dia só e aí passa aí 20 dias, um mês sem chover no ano passado tivemos basicamente 3 meses de chuva [...] enquanto era aí 5, 6 meses de chuva e aí nós temos agora verão de 8 meses” (entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu). Em 2020, por exemplo, o entrevistado A disse que foram 9 meses sem cair uma gota d’água na região. Além da disponibilidade hídrica, a temperatura está muito quente “[...] de queimar, mesmo. Deixar as coisas muito secas” (Entrevista com quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão em dezembro de 2024, grifo meu). A entrevistada D relata que “[...] é um absurdo você não aguentar certa hora do dia. Você está para não aguentar, você tem que encontrar uma maneira para melhorar um pouco a quentura” (entrevista com liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena, Piauí, em dezembro de 2024, grifo meu). A entrevistada G completa:

Quente, quente mesmo que quando começa de nove horas você já não aguenta mais entrar no sol. Se você trabalha o dia todo no sol, a noite você parece que passou uma água quente no corpo, fica todo dolorido, a gente sente tontura, desalento no corpo. A gente está em uma situação que a gente não sabe entender por causa da temperatura. Mesmo debaixo de uma árvore, mas está quente, chega a vir aquele vento quente. [...] Mas eu acho que essas coisas que estão acontecendo são o desmatamento, que está acabando com o cerrado. Você puxa o mapa e você vê onde é que tem a matinha verde, só tem mesmo os trilhinhos, as baixadas, onde tem gente. Porque onde não tem estão derrubando até na beira do baixão. Onde tiver plano, eles estão derrubando. (Entrevista com liderança Akroá Gamela da Comunidade Vão do Vico, em Santa Filomena, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu)

Como destacam os relatos, as mudanças climáticas contribuem com os processos de des-territorialização e são diretamente influenciadas pelo desmatamento promovido pelo agronegócio e intensificado com a chegada de empresas estrangeiras no Matopiba, como vimos anteriormente.

A ausência de políticas públicas e infraestrutura pública com postos de saúde, escolas, rede de saneamento e elétrica também é um fator que des-territorializa os povos e comunidades

tradicionais, como relata o entrevistado A:

[...] é uma região [proximidades do Território Melancias] que não tem políticas públicas nenhuma, tem lugar que só tem mal a estrada e a estrada feita por eles mesmo, não tem energia elétrica, não tem comunicação nada pra ir pra escola às vezes precisa ir morar na cidade pra poder botar os meninos pra estudar e aí também aí já é outro problema né como não tem investimento da educação na região, não tem transporte escolar, então a mulher vai com as crianças para a cidade fica o homem lá na comunidade cuidando dos animais na roça daqui a pouco começa a ver também essa desconexão que o cara não consegue mais plantar não consegue mais colher então termina indo embora lá abandonando tudo. (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu).

De forma irônica, a ausência do básico algumas vezes é contrastada com signos caros do capitalismo, como carros e motos. Esses signos são, como disse anteriormente, resultado da reterritorialização promovida pelo capital sobre os territórios. O entrevistado A descreve exatamente esse cenário:

[...] semana passada eu fui na comunidade o cabra está lá com a casa caindo aos pedaços, até teto de palha, mas na porta ele está com uma S10 nova. Ele comprou não sei como. Como que ele conseguiu esse dinheiro? Aí vai matar a família de fome pra poder pagar esse carro, mas vai mais para mostrar a imponência. (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu).

Esses signos são diretamente influenciados pela internet, como disse anteriormente. A entrevistada C corrobora o relato do entrevistado A e diz que na sua comunidade “[...] tem gente que tá com uma casa supersimples, e tal, mas os filhos têm celulares” (entrevista com quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão em dezembro de 2024, grifo meu). Além dos signos em geral do capitalismo, especialmente no campo, a propaganda do agronegócio na música e televisão também influencia diretamente nas comunidades, principalmente os mais jovens. Como descreve o entrevistado F: “[...] o jovem ali de 15, 16 anos já quer começar a trabalhar na empresa, já quer arranjar um contrato da empresa, sair da escola o mais rápido possível para começar a trabalhar logo mais na fazenda pegar um salário-mínimo comprar uma moto porque a moto é a liberdade” (entrevista com pesquisador da Universidade do Estado de São Paulo em dezembro de 2024, grifo meu). A entrevistada D também relata que

Os jovens de hoje, muitos deles estão preocupados mais nos bens materiais que eles podem conseguir. Por isso que eu te falei que muitos, às vezes, tão procurando formas de ganhar dinheiro porque querem comprar um carro, querem comprar uma moto, querem estar bem-vestidos, querem um celular bom. Porque também está chegando essa modernidade e eles estão vendo outras coisas diferentes. (Entrevista com liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena, Piauí, em dezembro de 2024, grifo meu).

Evidente que esses povos e comunidades não devem, pelo título de “tradicional” permanecer com as mesmas condições de vida que tinham há 50, 100 anos. Mas há algumas adaptações e incorporações de tecnologias e elementos externos às comunidades que contribuem com seu modo de vida e outras que desconfiguram seu modo de vida e des-territorializam sua identidade, principalmente quando acompanhadas dessa ideia do “ter por ter”. Ter uma moto, um carro, um celular pelo status, problema que atinge a sociedade capitalista como um todo.

Uma outra questão relevante relatada por várias lideranças e agentes que atuam no território é a questão geracional no trabalho com a terra e como os jovens estão tocando suas vidas fora da roça. O entrevistado B destaca que, especialmente nas regiões com piores condições financeiras e em comunidades menos organizadas, não há a presença da juventude na roça. O entrevistado A complementa: “[...] ele (o jovem) não está recebendo os conhecimentos dos pais que receberam dos seus avós. Isso é preocupante. [...] [as gerações mais novas] não estão [interessadas em plantar] porque é a questão da comunicação, que vai no mercado compra ou então pede pela internet” (entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu). Muitos jovens têm vergonha de se dizer de comunidade, de trabalhar na roça. A entrevistada C relata que “[...] em muitos lugares e territórios, ela [a palmeira] é desvalorizada. Tem jovens que têm vergonha de dizer que quebrar coco. Porque não é fácil, a gente sempre é colocado num lugar pequeno, né? Que o que a gente faz não é desenvolvimento” (entrevista com quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão em dezembro de 2024, grifo meu).

Esses jovens têm menos raízes no território do que os mais velhos e não passaram por um processo de construção de identidade tão duradouro quanto seus pais e avós, como descreve o entrevistado F. Assim, muitas vezes eles não entendem a questão da luta pela terra, como relata a entrevistada D: “[...] tem muitos que ainda não entendem. E eles talvez não estejam tão ligados, muitos deles não estejam tão ligados ao território, ao contato deles. Estão muito mais em busca de oportunidades lá fora. Logo, porque aqui é muito difícil, muito complicado pra gente” (entrevista com liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena, Piauí, em dezembro de 2024, grifo meu). A diferença geracional está marcada principalmente no signo da “oportunidade”. Enquanto os mais velhos vivem da terra porque é assim que aprenderam a viver, os mais jovens precisam buscar outras formas de se sustentar: “Tá insustentável você tirar o sustento todo da terra. Porque não tá tendo como

fazer isso. Os mais velhos, não. Eles tão ali, eles vivem ali e eles vão permanecer ali. Porque de uma maneira ou de outra, eles aprenderam a viver dessa maneira” (entrevista com liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena, Piauí, em dezembro de 2024, grifo meu). Essa busca pelo sustento, via estudo e emprego também é, para o entrevistado E, a principal causa do afastamento dos jovens da roça:

É assim, a parte jovem, quer dizer, é mais na serra. Até porque aqui na nossa região, é uma região que não tem uma escola que a pessoa estuda até ele se formar em alguma coisa. Ele passa, às vezes, passa dois, três anos estudando aqui no interior depois ele vai pra cidade, aí quando ele termina de estudar, de lá ele não volta para a roça. É muito difícil. (Entrevista com liderança da Comunidade Riacho dos Cavalos, no território Melancias no município de Monte Alegre, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

Na Comunidade Vão do Vico, a entrevistada G observa o mesmo fenômeno:

A maioria dos jovens estão procurando as empresas. Aí vão para a cidade porque nós mesmos fomos forçados para sair daqui da comunidade e ir para a cidade [...] porque acabou a escola no interior. Acabou todas as escolas no interior, todo mundo foi para a cidade para botar seus filhos nas escolas na cidade. [...] quando é para estudar o primeiro, o segundo ano tem que ir para a cidade. Porque hoje ninguém se emprega [...] se não tiver pelo menos o terceiro ano de ensino médio. Ensino médio completo, né? Aí é quando a gente foi para a cidade. Eu mesma fui para a cidade para dar meu ensino na escola. [...] [os filhos] estão todos trabalhando. Mas não na roça. Na roça sou eu mesma e meu esposo. [...] É por isso que tá acabando mais esse negócio dos jovens, que estão procurando as empresas. As empresas que estão chamando estão indo. [...] O meu filho mesmo, o mais velho, é técnico agrícola da fazenda Parnaguá. Tenho quatro filhos lá nessa fazenda. (Entrevista com liderança Akroá Gamela da Comunidade Vão do Vico, em Santa Filomena, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

Essa questão geracional é um problema sobretudo por conta da necessidade de manutenção dos modos de vida, que são passados de geração em geração. Se as gerações mais jovens não estão na roça, como os conhecimentos de agricultura desses povos serão passados adiante? Giraldo (2015), sobre Ingold, destaca que o aprendizado é inseparável da ação, do uso pragmático nos contextos naturais em que se vive. De acordo com o autor, a cultura não é transmitida independentemente de sua aplicação, mas é instilada em cada geração por meio de uma relação prática com o ambiente. Se não há relação prática com o ambiente, não há, portanto, transmissão. A entrevistada D sintetiza essa preocupação, sobre a qual discorrerei no próximo capítulo: “Pra ser passado dos mais velhos aos mais novos. Hoje tem muito essa dificuldade” (entrevista com liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena, Piauí, em dezembro de 2024, grifo meu). A entrevistada C complementa: “[...] tem jovens que não estão mais querendo continuar, né? Passar a quebra [do coco babaçu]. A perpetuação da nossa tradição pode acabar” (entrevista com quebradeira de

coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão em dezembro de 2024, grifo meu).

Os processos de des-territorialização, potencializados pela estrangeirização de terras, são diversos e vão desde impactos de ordem mais material, tangíveis, a impactos no plano das ideias, do conhecimento, em episódios mais ou menos violentos física e simbolicamente. Os conceitos de Deleuze e Guattari (2021) de des-territorialização absoluta e relativa, nesse sentido, são fundamentais para a compreensão do fenômeno nas diversas escalas em que ele ocorre e das diversas formas que ele atinge os povos. Como organizado na Tabela 4, são mais de 22 mil famílias atingidas só por algumas das dimensões da desterritorialização relativa, fora todas aquelas que sofrem processos de des-territorialização absoluta. Ao entender a desvinculação do território em diversos planos, é possível discutir as consequências produtivas, sociais e epistemológicas da des-territorialização. Nisso reside a complexidade do tema e a necessidade de entender a *plantation* como um imperativo histórico, não apenas como um modo de produção, como defendi no primeiro capítulo.

A *plantation* como um dispositivo, um imperativo histórico que reorganiza sociedade, economia e cultura, é, com o perdão do termo, a semente que planta as violências derivadas do processo de des-territorialização. Só pode haver des-territorialização absoluta de um povo porque há um imperativo histórico que estabeleceu uma forma de ser e estar com os ecossistemas que separa o homem da natureza, a mercantiliza e sustenta a destruição com base em uma ideia de produtividade acima de qualquer coisa (independente se a atividade é de fato produtiva), entre outros fatores já discutidos.

## **CAPÍTULO IV – CONHECIMENTOS TRADICIONAIS NO MATOPIBA, TRANSFORMAÇÕES E AMEAÇAS AOS CONHECIMENTOS AGRÍCOLAS**

O Cerrado em geral – e o Matopiba como local de análise do meu trabalho – é uma região diversa no que diz respeito aos seus povos, englobados por mim na expressão “povos do Matopiba”, que utilizo para designar os variados grupos que reproduzem no território modos de vida que são social, econômica e culturalmente diferenciados do modo de vida moderno capitalista (em maior ou menor grau), independente da sua integração ou interação com este sistema. Como apontam Ribeiro et al. (2021, p. 8),

[...] são os indígenas do tronco Macro-Jê, com uma longa e rica tradição cultural neste bioma, [...] centenas de comunidades quilombolas que se formaram ao longo do Cerrado e comunidades mestiças ou camponesas, provenientes do contato entre indígenas, negros e brancos, com várias denominações: geraizenses, retireiros, quebradeiras de coco, veredeiros, caipiras, sertanejos, ribeirinhos e barranqueiros por exemplo.

Egger (2008) acrescenta os Tupi-Guarani (como os Guarani e Kaiowá) e Arawak (como os Terena e os Kinikinau), apanhadoras de flores sempre-vivas, benzedadeiras, retireiras, pescadoras artesanais, vazanteiras e assentados. Utilizo, portanto, o termo “povos do Matopiba” (ou “povos do Cerrado”) para dar conta de englobar essa diversidade de atores, que mesmo agrupada sob tal expressão, não deve ser entendida como um bloco homogêneo.

A despeito da ressalva de que os povos do Matopiba não são um grupo homogêneo, há características comuns nessa diversidade que são centrais. Em geral, eles apresentam um contraste ontológico e epistemológico fundamentalmente antagônico e conflitivo em relação aos pressupostos que sustentam a racionalidade moderna, especialmente no que diz respeito à relação com as formas de apropriação/uso/controle da natureza. Sua maneira de ser e compreender o mundo alicerça aquilo que pode ser chamado de “conhecimento tradicional”, que se destaca por uma série de características sobre as quais discorrerei. É o conhecimento de povos extremamente territorializados, cuja “[...] maioria das denominações identitárias se refere aos ecossistemas que habitam: Gerais, Veredas, Pantanal, Vãos, Floresta de Cocais, Vazantes” (Silva, 2009, p. 100). Sua relação com a natureza é, portanto, a base de sua construção identitária. Nos capítulos anteriores, pudemos observar algumas situações relatadas pelos entrevistados que evidenciaram esse contraste conflitivo. Adiante, veremos mais alguns exemplos, agora com foco na des-territorialização do que chamo de conhecimentos agrícolas

tradicionais – os conhecimentos dos povos sobre agricultura.

Iniciando a reflexão sobre a des-territorialização desses conhecimentos, explicarei o que entendo por conhecimento tradicional. É importante conceituar esse termo a fim de evitar más interpretações, que entendem por “tradicional” um tipo ideal como aquele descrito pelos romancistas brasileiros do século XIX. Associar “tradição” a algo pejorativamente antigo, imutável, gera uma percepção de que tais conhecimentos são atrasados em relação a outras formas de se produzir e reproduzir conhecimento. Essa visão é inclusive a base epistemológica que separa o humano da natureza e justifica os processos de destruição e mercantilização dos bens comuns, como dito anteriormente.

De acordo com Arruda e Diegues (2001), entre as características que constituem o conhecimento tradicional estão: o conhecimento aprofundado da natureza e seus ciclos, construindo um modo de vida simbiótico com o que se chama de natureza; a transferência de saberes de caráter geracional, notadamente via oralidade; a noção de território como um espaço de reprodução econômica e social do grupo social; a permanência geracional no território, independente de deslocamentos individuais; a centralidade de atividades de subsistência, independente de haver ou não uma relação com o mercado capitalista; acumulação de capital diminuta; as atividades socioculturais e econômicas diretamente relacionadas à unidade familiar, doméstica, comunal ou de parentesco; a centralidade de símbolos, mitos e rituais associados às atividades econômicas/de subsistência; o uso relativamente simples de tecnologias com reduzida divisão técnica e social do trabalho; o poder político fraco no que diz respeito à incidência no Estado; e a autoidentificação ou identificação por outros como indivíduos pertencentes a uma “cultura distinta”. Complementando os autores, Perrelli (2008) aponta que esse tipo de conhecimento é gerado em um determinado grupo e local, ou seja, é territorializado e apresenta um senso coletivo; é relacionado com o natural e o sobrenatural, o que destaca a distinção ontológica do conhecimento tradicional, para além de seu sentido puramente epistemológico; e tem no engajamento prático condição fundamental para a sua manutenção, o que é diretamente afetado pelos processos de des-territorialização.

Outro elemento relevante para caracterizar o conhecimento tradicional é a ideia de que ele se caracteriza por uma sociabilidade que é territorializada em escala local com um sentimento de pertencimento ao lugar (Marques, 2004). Essa relação com o território enquanto pertencimento é também destacada por Haesbaert e Bruce (2009) em sua interpretação sobre a filosofia de Deleuze e Guattari, como vimos anteriormente:

[...] enquanto nas comunidades tradicionais a terra-divindade era quase um “início e um fim” em si mesma, formando um corpus com o homem, nas

sociedades estatais a terra se transforma gradativamente num simples mediador das relações sociais, onde muitas vezes o “fim” último, como na leitura hegeliana, caberá ao Estado. Isto significa que o Estado e o capital irão impor um intenso processo de des-territorialização das sociedades pré-capitalistas (Haesbaert; Bruce, 2009, p. 11)

Os conhecimentos de povos e comunidades tradicionais da região, portanto, ao trabalhar com uma relação com a terra por vezes antagônica àquela do capitalismo global, como ficou evidente nos depoimentos dos entrevistados, constituem modos de vida incompatíveis com a territorialização imposta pelo capital e intensificada nos processos de estrangeirização. A partir dessa relação predatória com a terra, o ambiente chamado de natural é destruído (via desmatamento, por exemplo) e, assim, o ensinamento das “[...] práticas de sobrevivência, de lazer, de rituais e regras de convivência” (Perrelli, 2008, p. 389) é prejudicado. É nesse ambiente que se produz e socializa o conhecimento tradicional, educando e formando moral e espiritualmente um povo. A territorialização capitalista, portanto, além de ser fruto de uma ontologia que separa o homem da natureza, intensifica esse processo, contribuindo com a destruição do ambiente no qual territorializações alternativas se reproduzem.

Em meio à discussão sobre conhecimentos tradicionais, é importante destacar que o conceito é diversas vezes debatido e diferentes definições são formuladas, como aponta Silva (2013). Diante dessa diversidade, há problematizações relevantes que devem ser feitas a fim de evitar que a abordagem sobre esse conhecimento caia no já citado primitivismo, que considera tradicional apenas aquilo que é “intocado” pela modernidade, reforçando um estereótipo idealizado de indígena, quilombola ou camponês que permanece em um “estado de natureza”, como se isso fosse de alguma forma possível. Assim, é fundamental entendermos que a discussão sobre o conhecimento tradicional deve reconhecer a complexidade das sociedades e a forma que os grupos detentores do conhecimento tradicional se relacionam e constituem iniciativas econômicas, relações com o capital, relações com o Estado entre outros elementos que tornam absolutamente irreal qualquer idealização sobre um tradicional intocado. Essa problematização deve inclusive ser feita na definição acima utilizada, de Arruda e Diegues, que trabalha com “uso relativamente simples de tecnologias” como uma característica do conhecimento tradicional. Todavia, povos e comunidades tradicionais fazem uso de tecnologias e mensurar seu uso como “simples” ou “complexo” me parece impreciso. A discussão do que é ser tradicional, portanto, é fundamental para a compreensão do que são conhecimentos tradicionais.

Diante da interpretação problemática de tradição como algo imutável, Sahlins (1997) destaca que a tradição se mantém, mas também se atualiza em dinâmicas de transformação, o

que permite compreender o conhecimento tradicional como dotado de uma capacidade de se atualizar e incorporar novos elementos e novas tecnologias. No âmbito agrícola, Silva (2013) destaca que enquanto a unidade camponesa produz valor de uso, a empresa capitalista produz valor de troca. Sendo assim, o trabalho camponês busca a satisfação das necessidades numa subsistência que é culturalmente definida. Esse valor de uso condiciona uma relação com a natureza que não vê a agricultura enquanto comércio e a terra enquanto mercadoria, como na racionalidade capitalista, configurando um modo de vida e de produção que “[...] desenha um ordenamento territorial próprio, resultante de uma interação entre cultura e ambiente, que escapa da subordinação às lógicas modernas mercantilistas, reducionistas e homogeneizadoras” (Silva, 2013, p. 21). Dada a relação não segregadora do humano em relação à natureza presente na ontologia de povos e comunidades tradicionais, esses grupos estão diretamente relacionados a remanescentes de cobertura vegetal nativa. São protetores da fauna e da flora que resistem ao avanço do capitalismo e sua des-territorialização. Além da não separação entre humano e natureza, os povos e comunidades tradicionais estabelecem uma mediação

[...] entre propriedade e uso e entre terra e recurso ambiental. A primeira pode ser apropriada de forma individual, mas o segundo não. Nas trocas estabelecidas entre famílias e comunidades com a natureza, os dons cuja existência e reprodução não decorrem da intervenção humana, não podem ser apropriados de forma exclusivamente privativa (Silva, 2013, p. 24)

Esse uso comum da terra também é uma característica que influencia na proteção do meio ambiente, já que demanda uma relação de cuidado também comum.

Como descrito, é perceptível que são extensos os elementos que definem o que é tradicional e o que é conhecimento tradicional, sendo, por si só, uma discussão que já rende esforços de pesquisa significativos. Todavia, para o objetivo deste trabalho, foco em um elemento que é destacado não só na literatura acadêmica, mas na própria Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que classifica esses grupos como

[...] grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Decreto 6.040/2007)

O elemento que destaca a definição acima e é atacado diretamente nos processos de des-territorialização é a reprodução (cultural, social, religiosa, ancestral e econômica) desses modos de vida. A partir desse ataque, surgem transformações sobre as quais discorrerei adiante.

#### 4.1 Conhecimentos agrícolas tradicionais no Matopiba

Os povos do Matopiba possuem algumas práticas comuns que podem ser observadas e caracterizadas como conhecimentos agrícolas tradicionais, entre as quais destaco: o roçado com diversas espécies; o uso de áreas em pousio para atividades não agrícolas; as formas de gestão comunitária das terras chamadas de “gerais” (Silva, 2013); “[...] o não plantio em áreas de morro para evitar que os solos sejam mobilizados para o leito dos rios, riachos, açudes e lagoas; não caçar animais silvestres em período de reprodução dos mesmos; a cura das pessoas e de animais obtidas com preparos de ervas e plantas” (Spadotto, 2023, p. 73); entre outras práticas que, em sua relação com o território, dependem e atuam para a conservação de biodiversidade do bioma.

Prática comum a todas as comunidades agrícolas, o roçado na região consiste no cultivo de diversas espécies em consórcio, como milho, feijão, fava, abóbora, arroz, mandioca, entre outras. Na roça de toco (Imagens 10 e 11, nas páginas 115 e 116), característica das comunidades das quais fazem parte as lideranças que entrevistei, é feita a queima controlada e o corte de árvores, deixando os troncos em alturas baixas com as raízes fixadas no solo, para cultivo no terreno entre um e dois anos. Após esse tempo, o solo descansa e o plantio é feito em outra área, de forma itinerante, em uma rotação que visa descansar o solo e recuperar a vegetação nativa. Spadotto (2023, p. 72) caracteriza essa agricultura como “agroextrativista de pequena intensidade técnica, realizada para a subsistência popular, altamente dependente da conservação da biodiversidade do ecossistema do Cerrado”. Além das características já citadas, Sousa et al. (2015, p. 40-41), destacam algumas outras práticas, como:

[...] o não plantio em áreas de morro para evitar que os solos sejam mobilizados para o leito dos rios, riachos, açudes e lagoas; não caçar animais silvestres em período de reprodução dos mesmos; a cura das pessoas e de animais obtidas com preparos de ervas e plantas; as práticas de partilha; as práticas de “poupança” com a criação de pequenos animais que dão sustentabilidade financeira às famílias; plantar no verão e não no inverno; rezar para afastar pragas na roça; fazer plantio de vazante; reutilização das sementes; as cerâmicas de argila; roças pequenas de três e cinco tarefas, ou três ou quatro linhas.

Tais práticas mostram como a roça está diretamente relacionada com aspectos biofísicos naturais do local de plantio, com pouca ou nenhuma intervenção humana no que diz respeito ao preparo do solo com agentes sintéticos. Os moradores da Comunidade Barra da Lagoa, em Santa Filomena (PI), onde vive a entrevistada D, cultivam a roça de toco, na qual plantam arroz, feijão, milho, mandioca, fava entre outros: “A gente planta tudo que a gente pode e que consegue, principalmente pro ano, pro consumo do ano, porque aqui também não tem muita questão de plantar pra vender, porque não tem muito mercado também e nem valorização”

(Entrevista com liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena, Piauí, em dezembro de 2024, grifo meu). Esse é outro aspecto fundamental do plantio, que é muitas vezes para subsistência, o que faz com que os processos de desterritorialização afetem ainda mais as condições materiais para a reprodução da vida nas comunidades, incluindo de seus conhecimentos.

IMAGEM 10: Roça de toco na Comunidade Vão do Vico (2024)



Fonte: acervo pessoal de um dos entrevistados

IMAGEM 11: Roça de toco na Comunidade Vão do Vico (2024)



Fonte: acervo pessoal de um dos entrevistados

Na comunidade Riacho dos Cavalos, assim como na Barra da Lagoa, plantam mandioca, milho, fava, arroz e feijão. Além disso, vivem também do gado e da criação de galinha, como relata o entrevistado E:

A gente não tem grandes produções, mas a gente tem para sobreviver. A gente vive dessa criação de galinha [...]. A gente só cria um pouco de gado e a galinha [...]. Pega a fruta, a gente pega o buriti, que é uma região que tem bastante buriti. Nesse período mesmo, as mulheres estão o dia todo pegadas no buriti. [...] tem o pequi também [...] no ano que produz bem, é pra tirar óleo, que é vendável, muito procurado na nossa região (Entrevista com liderança da Comunidade Riacho dos Cavalos, no território Melancias no município de Monte Alegre, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

Diante dessas atividades, é possível perceber que a chegada dos empreendimentos afeta demais as comunidades, que têm sua área para criação do gado restrita e o extrativismo prejudicado pelas mudanças nos regimes de chuva e desmatamento. Além da roça de toco, outro tipo de roçado comum na região é a roça de esgoto, também itinerante, que é exercida predominantemente em veredas (solos férteis ricos em água e próximos de rios e lagos). Nessa roça,

[...] uma pequena parte da vereda (ou mata de galeria) tem seu solo parcialmente drenado ou “esgotado”, daí o nome, a partir da escavação de regos ao redor do plantio para controle de umidade. Após a drenagem, a área é cuidadosamente manejada com fogo (as queimadas são realizadas sempre no início da estação seca, durante temperaturas mais baixas, com intensidade e expansão controladas pelos regos de água). A área então é utilizada para plantio por um período de até 20 anos, e um pousio de pelo menos cinco anos é observado na região para um processo natural de regeneração. Durante este processo, os regos são naturalmente entupidos por matéria orgânica ao longo dos anos e foi observada maior agrobiodiversidade nas roças em pousio do que nas plantações ativas. As capoeiras de roça de esgoto, nome dado ao território onde a técnica é aplicada, acabam por reter água no solo durante todo o ano, garantindo a agricultura de subsistência das famílias do entorno em uma região de grandes secas. Estudos mostram que não há diminuição nos cursos d’água da região, uma vez que o trabalho dos regos de drenagem é somente desviar e não secar a água disponível no solo (Batista, 2021, p. 26).

Mais uma vez, fica evidente como a adequação do plantio a fenômenos naturais se sobrepõe ao uso de produtos sintéticos. Além das roças, há também os “quintais produtivos”, descritos pela entrevistada C como espaços nos quintais das casas onde as quebradeiras de coco babaçu no Maranhão cultivam macaxeira, arroz, feijão, abóboras, hortaliças, inhame, amendoim e milho. A produção é orientada para o consumo próprio e o excedente é trocado, doado ou comercializado. Para complementar a dieta, alguns alimentos são comprados, como sal, café, óleo e açúcar. Todavia, conforme relatado para mim nas entrevistas, por causa das contaminações por agrotóxico e da seca, está cada vez mais comum a ida à cidade para comprar alimentos que antes eram produzidos pelas comunidades (como o cheiro-verde e a mandioca) ou então que eram coletados na natureza, como a água. Isso é um sintoma da ameaça aos modos de vida e práticas agrícolas dessa comunidade, que antes da chegada dos grandes empreendimentos sequer cogitava a possibilidade de comprar algo como água ou cheiro-verde, como me relatou a entrevistada.

Além da agricultura, há outras formas de se organizar a produção e os modos de vida na região, como é o caso daqueles que se identificam como camponeses de fundo e fecho de pasto. São populações que possuem “[...] um modo secular de viver, criar e fazer em que comunidades camponesas, que têm como valores fundamentais a terra, a família e o trabalho, fazem a gestão da terra e de outros recursos naturais, combinando terrenos familiares e áreas de uso comum” (Reis, 2010, p. 25). Esses camponeses utilizam a terra de forma comunitária, sobretudo para o pastoreio extensivo, em um território que está fundamentado nos pressupostos de uso comum da terra para o trabalho e prática do extrativismo vegetal. Como destaca Reis (2010, p. 27),

O fundo de pasto além de ser uma forma de manejo da terra e dos recursos naturais nela existentes, é uma forma jurídica de gestão do espaço que possui suas próprias regras, construídas comunitariamente e historicamente. Ele não

é apenas um sistema produtivo, pois nele são estabelecidas relações para além da forma como as comunidades organizam a produção e realizam o manejo dos animais.

Tal modo de gestão de uso do território se assemelha aos “gerais” que, assim como os fechos de pasto, são áreas de terras não cercadas. São lugares livres, de uso comum, sem cultivo, mas com uma série de plantas nativas do Cerrado que permitem a atividade extrativista além da pecuária. Neles, povos e comunidades tradicionais criam o gado solto, o que demanda uma área extensa. Com o avanço das fazendas, todavia, boa parte desses espaços está sendo interditada, prejudicando a manutenção dessa prática secular.

O valor dessas práticas, como destaca Batista (2021, p. 83), vai além do sentido material da economia: “[...] a relação com o território, com a ancestralidade, a possibilidade de passar os saberes para as futuras gerações, a conexão de parentesco, de identidade, tudo isso também faz parte da luta para manutenção da cultura e do patrimônio desses povos”. São modos de viver e ser no mundo nos quais a identidade se confunde com a atividade produtiva e a vida material e espiritual se reproduzem no mesmo ambiente, cada vez mais degradado pelo avanço dos grandes projetos. Como discutido no capítulo anterior, ao passo que o agronegócio ocupa as chapadas e baixões há alterações no ciclo hídrico, assoreamento de rios e lagos, desmatamento, aumento dos incêndios criminosos e uma série de outras violências que descaracterizam e destroem o Cerrado, impactando as atividades tradicionais, como é o caso da proibição de criar o gado solto nos gerais. A intensificação da atividade capitalista sobre os territórios tradicionalmente ocupados, por sua vez, é estimulada pelo crescente interesse do capital internacional no Matopiba, promovendo a des-territorialização e ameaçando os conhecimentos agrícolas tradicionais.

#### **4.2 Ameaças aos conhecimentos agrícolas tradicionais**

O capital des-territorializa povos e comunidades tradicionais de diversas formas, tanto materiais quanto imateriais. Esses processos são intensificados pela estrangeirização de terras, que eleva o preço da terra e torna as regiões-alvo da especulação estrangeira cada vez mais atraentes para os investimentos nacionais e internacionais. Entre as des-territorializações promovidas pelo agronegócio que impactam diretamente a agricultura dos povos, a infestação de pragas e a contaminação por agrotóxicos nas águas e via pulverização aérea já foram explicadas. Há, além delas, uma série de outros impactos que transformam os modos de vida dos povos no Matopiba, como a redução das áreas disponíveis para cultivo e criação de gado por conta do avanço das fazendas. Com menos áreas disponíveis, a rotação de roças é

prejudicada, sobrecarregando, enfraquecendo e esgotando o solo (Spadotto, 2023). A partir da observação desses impactos, podemos perceber como a *plantation* enquanto um imperativo histórico reorganiza as relações socioprodutivas em escalas e esferas diversas, criando não apenas uma forma de se organizar a produção agrícola, mas disputando, no plano psíquico, as mentes. Diante da expansão do capital, se expandem sobre os territórios não apenas as empresas, mas também formas de ser e estar no mundo que influenciam a maneira como as populações territorializadas lidam com a sua atividade produtiva e a sua relação com a terra, como veremos adiante.

As transformações nos modos de vida são tão grandes que parte daqueles que historicamente protegem a biodiversidade do Cerrado estão dispostos a desmatar o bioma, como foi relatado a Spadotto (2023, p. 213): “Entendo a importância da floresta, mas tenho minhas contas, minhas dívidas, tenho que colocar comida na mesa da minha família. Então, se me oferecem uma ‘diária boa’ (pagamento) para cortar o mato (Cerrado), eu aceito. O que eu vou fazer?”. Nesse caso, podemos observar um grau de violência tão aprofundado quanto sutil, no qual a degradação das condições socioeconômicas leva um indivíduo a cogitar destruir aquilo que constitui sua identidade. Essas alterações no modo de vida por necessidade também são acompanhadas por mudanças geradas pela influência psíquica do agronegócio, como abordei no capítulo anterior. O entrevistado F me relatou que alguns moradores de comunidades passam a achar que tem que usar veneno ou alguma técnica específica por influência do agronegócio, que está na educação, que vai aos territórios, que fornece alguns insumos, como é o caso da SLC Agrícola com a Fazenda Parnaguá. Essa aparente boa relação que algumas empresas estabelecem com as comunidades contribui com a atuação do capital a partir de violências mais sutis, menos truculentas e aparentes, mas que são igualmente prejudiciais para a manutenção dos modos de vida dos povos.

Além das transformações promovidas diretamente pelo homem, relatos sobre alterações na sazonalidade dos cultivos também são recorrentes. O entrevistado B exemplificou: “[...] vamos supor, nós plantava o arroz a partir da metade de novembro, início de dezembro e agora já planta em janeiro” (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu). Essas transformações se dão, sobretudo, por conta da alteração no regime de chuvas, provocada pelo desmatamento (que incide sobre a evapotranspiração das plantas) e mudanças climáticas (que tem como uma das causas o próprio desmatamento). A entrevistada D complementa:

Ano passado mesmo, quem plantou mais cedo perdeu, teve que plantar umas três vezes porque a chuva foi bem fraca, teve muita perda das roças no ano

passado. E está esse problema aí com a chuva, porque antes tinha uma base mais ou menos de quando plantar, quando queria ser, hoje não, é tudo imprevisível. Você não consegue mais planejar em nada (Entrevista com liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena, Piauí, em dezembro de 2024, grifo meu).

Um dos exemplos de des-territorialização mais denunciado pelos entrevistados é a necessidade do uso de agrotóxicos, que é parte da reconfiguração de modos tradicionais de plantio à semelhança da *plantation*. Populações que historicamente defendem a fauna e a flora local e plantam em sistemas que não fazem uso de agrotóxicos estão sendo obrigadas a utilizar veneno. O entrevistado B recebe diversas reclamações nesse sentido: “[...] os próprios trabalhadores nos dizem ‘a gente não queria usar agrotóxico, mas é obrigado porque uns projetos que estão em cima da Serra e que não chega a ultrapassar nem vinte quilômetros aqui as pragas elas tomam conta então não tem como mais produzir sem o uso de agrotóxico’” (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu). No Território Melancias, o entrevistado E também relata o mesmo:

O feijão, hoje, nós temos que usar o agrotóxico. Porque se nós não usar, ele não dá mais. Aí tem um veneno, ele é um verdinho pequeno, que é o mais barato. Ele é um verdinho, parece que com vinte ml. Ele dá uma bomba de vinte litros. Aí a gente compra desse veneno, que é mais barato. Porque não tem jeito. Ou você joga, ou você não produz. Aí não tem jeito. Você tem que usar de qualquer forma o agrotóxico. E o arroz aqui, mesmo na nossa região, nós ainda não começamos a usar. Mas tem pessoas que, para plantar, tem que usar veneno para poder plantar. [...] Mas se não mudar, eu estou achando que daqui a uns tempos, para produzir, tem que usar veneno para plantar. Porque está caindo muito a produção. Aqui, há uns anos atrás, o plantio nosso é pequeno. Mas a gente chegava a colher em torno de sessenta sacos de arroz. Chegava até 100 sacos, de acordo com a terra, porque aqui não é todo lugar que dá. [...] Aí tem lugar que produz bem, de acordo com a chuva, outro lugar produz mais pouco. Com esse tanto de praga, eu tenho caído muito. Ano passado mesmo, eu colhi uns vinte e cinco sacos de arroz. Minha roça era uma rocinha meio grande, que às vezes podia dar mais, mas não deu por causa do inseto (Entrevista com liderança da Comunidade Riacho dos Cavalos, no território Melancias no município de Monte Alegre, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

A entrevistada G relatou que em sua comunidade já usam agrotóxico:

Se a gente não usar a gente não colhe nada. A gente só não joga no feijão. E joga sim, quando ataca a mosca branca ou o mosquito. Mas se não atacar, a gente não joga produto nenhum. Mas se atacar, a gente tem que caçar o mesmo produto que ele joga na soja e joga no feijão pra afastar a praga. É igual o arroz também (Entrevista com liderança Akroá Gamela da Comunidade Vão do Vico, em Santa Filomena, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

Apesar do uso, ela reconhece as contradições que isso traz: “Isso fica muito difícil pra gente, porque hoje em dia a gente só tá produzindo as coisas envenenadas, acabando com a

saúde, com a vida da gente” (Entrevista com liderança Akroá Gamela da Comunidade Vão do Vico, em Santa Filomena, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu). Sabendo dos problemas do uso de agrotóxicos, antigamente a comunidade Vão do Vico repelia as pragas com reza e cinzas de fogueira, por exemplo. Hoje, as alternativas ao veneno não funcionam mais. A invasão das pragas, além de forçar as comunidades a usarem veneno, também as obriga a plantarem com sementes modificadas, que apresentam uma resistência aos agrotóxicos, sementes que são desenvolvidas e comercializadas por empresas transnacionais. A entrevistada G, por exemplo, já planta milho com semente das grandes fazendas.

Essa infestação das pragas teve profundo impacto na comunidade Riacho dos Cavalos. De acordo com o entrevistado E,

[...] tudo o que é de plantio mudou o rendimento por causa das pragas que tem. Aqui na nossa região a gente plantava também a laranja. Quase todo morador tinha um pouco de laranja que era para a gente sobreviver, para comer. Não era para a venda, mas era para o consumo. E essas plantas hoje têm os pés, nem toda casa tem, mas não produz mais. Ela deu um caruncho, nasce, foi todo ano. Nasce, foi nova, mas com caruncho a gente não produz. E o milho também dá muita praga. O milho da nossa região, o milho nós não estamos mais plantando, porque o milho comum, como nós plantávamos, hoje nós não sustentamos mais ele por causa da lagarta e do inseto que dá. Aí tem a fava. A fava também caiu muito a produção. Às vezes tinha uma quantidade maior e hoje é bem pouquinha a quantidade que entra em conta. O arroz não tá mais 100% também como era antigamente. Às vezes dá um insetozinho. [...] A gente não sabe nem que inseto é. Mas parece que é enterrado no chão, que faz matar o arroz, porque é uma broquinha, não sei o que é (Entrevista com liderança da Comunidade Riacho dos Cavalos, no território Melancias no município de Monte Alegre, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

A entrevistada G também relata problemas envolvendo insetos:

Tem ano que a gente colhe bem e outro ano não colhe, porque a gente pra plantar em cima, a gente tem que plantar sempre. Do mês de novembro pra dezembro a gente tem que plantar, porque se plantar já janeiro pra fevereiro a gente já não colhe. Porque é o tempo que a praga desce pra baixada, que é o tempo que eles tão jogando veneno na soja. Nas pragas lá, ela desce pra baixada e a gente não colhe nada. Porque o arroz, a gente plantava, não existia uma praga chamado cascudo. E hoje, se a gente plantar o arroz e não tiver alguma coisa pra rebater o cascudo, a gente não produz arroz. Porque dá uma praga, esse cascudo (Entrevista com liderança Akroá Gamela da Comunidade Vão do Vico, em Santa Filomena, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

Nos casos em que não estão sendo obrigadas a usar veneno, algumas comunidades precisam usar mais defensivos alternativos o que demanda mais tempo e recurso financeiro, como relata a entrevistada C; entretanto, muitas vezes essas comunidades não têm como arcar com esses custos. Sendo assim, alternativas ao agrotóxico são cada vez mais irreais, como aponta a entrevistada D:

[...] é claro que pensa em usar, porque fica muito difícil a comunidade controlar. Às vezes busca alternativa de tentar produzir alguma coisa que possa servir, né? Com plantas, com algumas coisas. Mas assim, tá muito difícil pras comunidades. Por isso que eu te falei, elas vêm tentando. Tentam manter os modos de vida e a sua cultura, mas eu não sei até quando esse mundo que nós estamos vivendo, que tá cada vez mais avançando em determinadas coisas, eu não sei até quando isso vai permitir. Porque não tá fácil enfrentar [esses problemas] (Entrevista com liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena, Piauí, em dezembro de 2024, grifo meu).

Além da questão das pragas, há também o problema da contaminação. O agrotóxico que vem das fazendas via pulverização aérea é levado pelo vento e atinge as roças e plantas nativas do Cerrado, como relata o entrevistado A: “[...] o veneno tem matado muito pé de laranja, a manga não consegue dar [...] eles plantavam por exemplo algumas outras frutíferas eles não conseguem ter mais resultado porque o veneno pelo vento termina sapecando as folhas das plantas” (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu). A entrevistada C explica que o quintal produtivo de diversos moradores de sua comunidade foi condenado pela pulverização aérea, afetando sua soberania alimentar. Esses relatos mostram como apenas os agrotóxicos já provocam uma série de transformações, fora todos os outros problemas já citados. A violência vem em diversas frentes e sufoca essas comunidades.

A transformação também é muito presente na água. A contaminação e escassez das águas traz efeitos adversos para os povos, a ponto de moradores da comunidade Aldeia do Odino precisarem comprar água de galão no mercado. As mudanças nos regimes de chuva, junto às mudanças climáticas, também aumentam o calor na região, que traz impactos sobre os cultivos, como relata o entrevistado E: “A mandioca, tá dando um problema na mandioca também. Esse eu acho que é por causa do calor. A mandioca aqui na região nossa era muito enxuta, porque aqui é região de brejo. Era bem enxuta” (Entrevista com liderança da Comunidade Riacho dos Cavalos, no território Melancias no município de Monte Alegre, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu). Os rios contaminados afetam não apenas a agricultura, mas também o lazer e as necessidades básicas das comunidades, além de atingir regiões sagradas, o que aponta também para um impacto espiritual.

Outra dinâmica denunciada pela entrevistada C é a necessidade que sua comunidade enfrenta hoje de plantar espécies nativas que sempre fizeram parte de dinâmicas extrativistas. São plantas como o cajá, a juçara e o caju, que “[...] até então, tudo estava aí, nada era plantado. Mas já plantam. Já estão começando a plantar aquilo que sempre teve aí” (Entrevista com quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino e colaboradora em uma

organização da sociedade civil no Maranhão em dezembro de 2024, grifo meu). Essa é uma consequência direta do desmatamento, que junto das mudanças nos regimes de chuva promove esse tipo de transformação. Algumas comunidades estão desmatando porções maiores de floresta, um desmatamento que acaba alimentando vários dos problemas que os des-territorializam. De acordo com o entrevistado A,

[...] tá começando a ver essa modificação que chama de agronegócio é outra coisa também que eles faziam lá as roças deles, mas não fazia grande desmate, agora já estão fazendo grande desmate. Também tem comunidade que desmata um absurdo para nada eles não dão conta eles não têm equipamento, não tem maquinário né então já começa a perceber essas mudanças (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu).

Como disse anteriormente, as restrições no uso do território também são promotoras da des-territorialização, como denuncia o entrevistado E:

Antigamente, a gente tinha o direito de trabalhar onde a gente queria. Aí a gente usava um ponto, que é o local da mata. Nós fazíamos a roça esse ano. Aí colhíamos naquele lugar. No outro ano, nós não fazíamos mais naquele lugar. Nós deixávamos aquele lugar. Aí eu fazia a roça em outro ponto, que era pra descansar naquele lugar. Naquele lugar virava mata outra vez, voltava ao meio normal. Quando dava com dois, três anos, podia voltar e fazer naquele mesmo lugar. E hoje, com... a minguança que teve nos pontos onde nós trabalhamos, aí nós temos que usar um lugar, às vezes até cansar. [...] Aí está dificultando até a formação da mata. Não forma rápido (Entrevista com liderança da Comunidade Riacho dos Cavalos, no território Melancias no município de Monte Alegre, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

São transformações que desconfiguram os modos de produção e de vida dos povos e tornam a vida nas comunidades está cada vez mais difícil. Isso, junto de outros elementos como a já citada influência dos signos do capitalismo, desincentiva os jovens a trabalharem na roça. Muitos deles saem do interior para estudar e trabalhar nas cidades, como é o caso relatado por um dos entrevistados de Spadotto (2023, p. 213):

Quando eu era criança, minha mãe dizia que eu tinha que estudar pra não ter que trabalhar na roça. Pois bem. Estudei. Hoje sou professor de Geografia, e hoje ela me diz que também tenho que cuidar da roça, [para não perder o aprendizado que os mais velhos têm], mas eu não quero pegar na enxada de jeito nenhum.

Essa migração para as cidades não é só uma orientação dos mais velhos. Os próprios jovens não encontram na roça perspectivas de um futuro melhor: “[...] ou você cuida de uma rocinha pequena, que vai produzir muito pouco [correndo risco de passar fome] ou se submete a trabalhar pra algum fazendeiro” (Spadotto, 2023, p. 213). Entre os poucos que permanecem no interior, alguns vão trabalhar nas fazendas. O trabalho árduo na roça desincentiva aqueles que, como o filho da entrevistada G, pensam: “quando eu penso no trabalho que dá [trabalhar

na roça]. Eu vou trabalhar, ganhar o dinheiro e comprar [feijão]” (Entrevista com liderança Akroá Gamela da Comunidade Vão do Vico, em Santa Filomena, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu). Entretanto, o aumento no custo de vida nas cidades também reflete o preço dos alimentos, que encarecem, como destaca a entrevistada G:

Você trabalha o mês todo, mas não dá de comer o mês todo. Porque as coisas estão muito caras. Se eu tiver um pé de maxixe, um pé de feijão no meu quintal, a gente pode ir lá, pegar o feijãozinho, pegar o maxixe, pegar uma abóbora, uma espiga de milho, eu não vou comprar. Eu vou pegar no meu quintal. (Entrevista com liderança Akroá Gamela da Comunidade Vão do Vico, em Santa Filomena, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

Assim, viver uma vida na cidade, comprando o que come, se torna cada vez mais caro, piorando ainda mais a qualidade de vida de quem opta por esse caminho. Além da falta de perspectiva, os jovens também têm uma percepção pejorativa do que é o trabalho no roçado, como relata o entrevistado A: “[...] [para os jovens] tudo agora é arcaico ‘ah que plantar de enxada é arcaico’, ‘plantar mandioca é arcaico’, tudo agora é ultrapassado” (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu). Essa visão sobre o ultrapassado é reforçada pelos signos do capitalismo, que coloca a moto, o carro, o celular como os grandes objetivos de vida desses jovens, como já apontei anteriormente. A entrevistada C, apesar de reconhecer isso como um problema, destaca: “[...] os jovens que ainda estão com essa mentalidade [de querer ter a moto, o carro etc], eu não os culpo. A gente foi colocado nesse lugar mesmo” (Entrevista com quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão em dezembro de 2024, grifo meu). Os diversos motivos que levam os jovens a migrar para as cidades e deixar de lado o trabalho na roça estabelecem um recorte geracional claro no qual aqueles que permanecem realizando atividades agrícolas são pessoas de mais idade, que naturalmente são mais fragilizadas. Com o tempo, essas pessoas morrem e os conhecimentos ficam à cargo da próxima geração. Isso nunca foi um problema, afinal, é a ordem natural das coisas. Todavia, em um cenário no qual os jovens não estão na roça e estão cada vez mais des-territorializados, a transmissão desses conhecimentos agrícolas é prejudicada e, com isso, a morte dos mais velhos pode representar também a morte dos conhecimentos.

Diante dessa possibilidade de perda dos conhecimentos tradicionais por conta dos processos de des-territorialização, hipótese de minha pesquisa, perguntei aos entrevistados como eles veem essa questão. O entrevistado F – apesar de reconhecer que as populações que estão sendo diretamente afetadas são quem pode responder com mais propriedade – disse, a partir das suas observações de pesquisa, que há uma “[...] massa de juventude que não está

ficando no campo, que está indo para a cidade, que o pai não está tendo uma relação com o filho como almejaria no cotidiano, no dia a dia, [...] ou seja, ele não desenvolveu as técnicas da roça e foi lá estudar” (Entrevista com pesquisador da Universidade do Estado de São Paulo em dezembro de 2024, grifo meu). Com isso, acrescenta: “[...] se o menino que foi criado numa comunidade camponesa e hoje a própria mãe dele falou que ele não sabe pegar numa enxada, então quer dizer esses conhecimentos estão sendo perdidos. Estão sendo perdidos até desde o mais básico manuseio de uma enxada aos mais finos” (Entrevista com pesquisador da Universidade do Estado de São Paulo em dezembro de 2024, grifo meu).

O entrevistado A também projeta uma perda dos conhecimentos tradicionais. Quando perguntado se vê um risco de que esses conhecimentos se percam, afirmou:

Vejo sim [...] porque essa prática do agro, que só mostra a riqueza e o jovem fica sonhando um dia ter uma Hilux, uma picape bonita igual eles veem os fazendeiros ou quem trabalha lá tendo essas picapes e aí os jovens termina indo pra cidade quem fica na comunidade são os mais velhos. Os jovens vão, não voltam mais e ele não tem como passar isso porque o agricultor familiar lá dessa região ele não ensina de uma vez ele não bota lá igual uma sala de aula, ele vai ensinando no dia a dia. Isso que me leva a ter essa preocupação que no futuro nós vamos ter aí uma modificação muito grande. Já temos muita modificação, por exemplo já tem agricultor familiar que deixa de plantar para plantar soja (Entrevista com dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí em dezembro de 2024, grifo meu).

Para além de uma projeção, a entrevistada H (2024), 38 anos, pesquisadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ressaltou, em entrevista realizada no dia 02/12/2024 via Google Meet: “[...] eu acho que isso [perda dos conhecimentos] é uma projeção. Eu acho que em algumas localidades, em alguns casos, isso já é uma realidade, principalmente quando você tem deslocamento de comunidade” (Entrevista com pesquisadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em dezembro de 2024, grifo meu). Mais do que uma perda dos conhecimentos, a entrevistada C vê também o risco de perda da própria biodiversidade na forma como ela sempre esteve disponível no ambiente: “[...] o que tem maltratado, eu fico até emocionada, é porque eu penso que daqui a uns anos ou a gente vai ter que plantar palmeira ou a gente não vai ter”. Sobre a perda dos conhecimentos, considera um fato: “eu acho que é fato, acho que em geral [as comunidades] estão se preocupando em como vamos caminhar” (Entrevista com quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão em dezembro de 2024, grifo meu).

A entrevistada D reforça a questão geracional e o risco de que os conhecimentos se percam:

Sim, eu vejo [risco do trabalho na terra se perder] [...] essa relação que foi passada de geração pra geração e até hoje a gente tenta deixar. É uma coisa

que, pras comunidades, se o tempo moderno não destruir, acho que elas vão conseguindo passar. Tá muito difícil porque tão matando as comunidades aos poucos, destruindo aos poucos. Mas o que as comunidades elas têm os saberes e são guardiões dessa cultura, dessa ancestralidade e do meio ambiente. E é isso que esses povos e comunidades tradicionais estão tentando manter o seu modo de vida. [...] Eu tenho até medo do que vai ser sobre a questão da nossa permanência em nosso território. Então, quando você tem essa incerteza se você, daqui a uns tempos, vai conseguir ver os jovens que estão vindo, que estão nascendo, que estão crescendo, se eles vão também continuar... se vai ser passado isso pra eles, esses modos de vida. Se eles vão saber o que é a ancestralidade deles. Porque não tá fácil. Por mais que a gente queira, a gente tem muita incerteza do que tudo que pode acontecer e que pode vir (Entrevista com liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena, Piauí, em dezembro de 2024, grifo meu).

No Território Melancias, o entrevistado E diz que

[...] sempre se preocupa [com a possibilidade dos conhecimentos se perderem no futuro]. Eu comento, eu falo aqui, assim, mais meus outros parceiros... E assim, até que nós temos pensado já há uns dois anos atrás, nós vemos pensando se ver se nós tentar uma forma de conseguir um colégio para a nossa região, para que todo mundo tivesse um nível mais alto [de formação escolar] dentro das comunidades. Porque aí não saía da roça (Entrevista com liderança da Comunidade Riacho dos Cavalos, no território Melancias no município de Monte Alegre, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

Na Comunidade Vão do Vico, a preocupação de perda dos conhecimentos vai além dos conhecimentos agrícolas, incluindo também os seus conhecimentos sobre ervas medicinais. Segundo a entrevista G,

Cada vez mais a gente tá perdendo o conhecimento. Porque hoje em dia os mais novos não acreditam mais nas ciências, assim, não acredita mais nessas coisas, na reza, diz que isso é dos antigos. Muitos jovens, vejo muitos jovens falarem isso. Que isso é do tempo antigo e tal. Hoje não existe mais, hoje tudo pesquisa na internet, essas coisas. Cada vez mais, é perdendo. [...] Eu mesma aqui, eu ainda faço remédio caseiro. Nós tem uma planta aqui no Cerrado, que é uma planta muito medicinais. [...] Tem o Inharê, tem o açapeixe, tem a imbaúba. [...] E com esse desmatamento, tá acabando com tudo. Tem o piqui, que também é uma planta medicinais muito boa, o óleo do piqui. E tem a mangaba, tem várias plantas medicinais. E tá acabando (Entrevista com liderança Akroá Gamela da Comunidade Vão do Vico, em Santa Filomena, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu).

A questão geracional também é uma preocupação dela: “[...] essas coisas que estão perdendo são nossos costumes, que nós tínhamos com nossos pais. A reza, essas coisas... a nossa cultura. O que eles [meus filhos] passaram comigo eles já não vão passar com o filho deles” (Entrevista com liderança Akroá Gamela da Comunidade Vão do Vico, em Santa Filomena, Piauí, em janeiro de 2025, grifo meu). Como vimos anteriormente, o conhecimento tradicional se caracteriza pela transmissão geracional. Sendo assim, se há um rompimento geracional no qual os mais jovens se distanciam da terra, há também um rompimento na

transmissão dos conhecimentos.

A partir dos relatos, fica claro que o risco de que os conhecimentos tradicionais se percam a partir dos processos de des-territorialização é uma preocupação real de pesquisadores e lideranças de povos e comunidades tradicionais na região. A intensificação das violências promovidas pelo capital nos territórios contribui com a insustentabilidade na manutenção do modo de vida e produção dos povos e incentiva a des-territorialização dos jovens, criando um problema geracional de transmissão dos conhecimentos. Nesse sentido, se a situação se mantiver insustentável e nada for feito para garantir a manutenção desses conhecimentos, a perspectiva é de que com o tempo eles se percam.

Como aponta Favareto (2019), a tônica da narrativa das comunidades é de defesa: dos direitos, do acesso à água, da permanência na terra, de seus modos de vida. Sendo assim, diante da defesa e apesar dos processos des-territorializantes crescerem potencializados pelo avanço do capital estrangeiro, diversas iniciativas voltadas para garantir a memória dos povos e comunidades tradicionais do Matopiba são desenvolvidas pelas comunidades. Algumas comunidades desenvolvem trabalhos de recuperação de nascentes, como destaca Coguetto (2019), enquanto outras se infiltram na educação formal com disciplinas como “cultura quilombola”, “[...] para conservar o modo de vida, o artesanato que os ancestrais deixaram, as casas, as roças de esgoto e de toco, aprendizado da lua, época de plantação de alimentos” (Batista, 2021, p. 68).

No Sudoeste do Piauí, foi criado o Coletivo de Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado, em 2018, com sete coordenadores, cada um de um território diferente, que representam 24 comunidades de 15 territórios, impactando em torno de 400 famílias (aproximadamente 1.600 pessoas). Visando o título coletivo como o principal objetivo de luta das comunidades, o Coletivo surgiu como um grupo de mobilização e auto-organização para garantir uma unidade entre diversos povos da região e, com isso, resistir às violências que sofrem. Nele, as comunidades discutem juntas os conflitos que cada uma delas enfrenta. Financeiramente, eles se mantêm com uma caixinha na qual todo mês as comunidades depositam um valor, mas estão estudando também outras formas de financiamento.

Mensalmente, todo dia cinco, foi estabelecido o dia D das sementes, uma troca virtual com conversas sobre temas relacionados à agricultura e as sementes. Além do dia D, anualmente há o encontro das comunidades do Coletivo. Nele, trocam experiências, sementes e discutem sobre tradições das comunidades e os conflitos que estão enfrentando. Os membros do Coletivo também se organizam em um grupo do Whatsapp, que facilita o envio de imagens,

vídeos e denúncias. Além dos encontros, o Coletivo está buscando a construção de duas casas de sementes, devido à distância entre algumas comunidades. Segundo a entrevistada D, “[...] já era pra gente ter começado, já ter feito, só que esse ano foi um ano muito agitado, de muita atividade, muita coisa, que envolveu as pessoas das comunidades, do coletivo, então a gente está com esse plano de o mais breve possível pôr ele em prática” (Entrevista com liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena, Piauí, em dezembro de 2024, grifo meu). A construção de uma casa de sementes permite que a biodiversidade não seja extinta e garante aos povos meios de troca.

Entre seus planos, a liderança da comunidade Barra da Lagoa cogita escrever um livro sobre as comunidades do Coletivo, reunindo uma série de materiais que contam a história desses povos e comunidades tradicionais, como cartilhas que moradores fizeram. Ela diz: “[...] eu tive a ideia de pegar tudo isso que a gente tem, tentar fazer um livro e contar as histórias do uso das plantas medicinais, do jeito que a gente trabalha, do que é que tá sendo essa luta pra poder manter pras gerações futuras” (Entrevista com liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena, Piauí, em dezembro de 2024, grifo meu). Apesar da importância da tradição oral na transmissão dos conhecimentos, o registro escrito ou em outras mídias também é um importante aliado na preservação dos modos de vida, já que garante que mesmo com o rompimento geracional, o conhecimento não será perdido.

Para auxiliar o Coletivo, a Comissão Pastoral da Terra contribui com a assessoria das comunidades especialmente para assuntos mais burocráticos, apoio com rede social e com advogado quando necessário. Além disso, apoiam em formações para as comunidades junto à Rede Social de Justiça e Direitos Humanos. A CPT também está investindo em uma campanha para fazer uma Escola Família Agrícola em Melancias, para evitar que os jovens sejam obrigados a se deslocar para outras cidades para estudar.

Paradoxalmente, uma iniciativa tão importante como o Coletivo de Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado enfrenta desafios para divulgar suas atividades, como denuncia a entrevistada D:

A gente fica com receio de falar algumas coisas e tenta evitar, exatamente para prevenir. Porque a gente já teve pessoas que sofreram ameaça, diretamente ou indiretamente já teve. Então a gente tenta prevenir, não divulgar tanto as nossas coisas, as nossas causas. Eu mesma sou do Coletivo, mas na minha cidade, se você perguntar, ninguém sabe que tem esse coletivo aqui, que eu faço parte. Exatamente assim, porque é perigoso. E eu tenho muito medo. Tem muita gente que tem muito medo. Porque hoje, você fazer parte de uma luta dessa, num mundo que é do agronegócio, você corre muito risco (Entrevista com liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena, Piauí, em dezembro de 2024, grifo meu).

Esse medo atrapalha inclusive a divulgação em redes sociais como o Instagram, onde há, no perfil do Coletivo, poucas postagens. A entrevistada D ressalta: “[...] a gente ainda está trabalhando nessa ideia, porque a gente sabe que as redes sociais podem ajudar muito, ainda mais na nossa luta, nas nossas causas, só que a gente está tentando trabalhar, entender como que a gente vai fazer isso” (Entrevista com liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena, Piauí, em dezembro de 2024, grifo meu).

Na comunidade Aldeia do Odino, em Bacabal (MA), o apoio da Rede de Agroecologia do Maranhão é fundamental, com denúncias nas redes e trabalhos de formação nos territórios. A entrevistada C reforça a importância da organização coletiva: “Onde tem quebradeiras de coco em comunidade que conseguem estar organizadas coletivamente, seja em movimento, seja num grupo de mulheres, num grupo de mães, as problemáticas existem, mas elas estão mais fortalecidas, organizadas” (Entrevista com quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão em dezembro de 2024, grifo meu). Ela relata que as preocupações são crescentes e as mulheres se organizam em grupos para conversar sobre como garantir a manutenção das sementes, por exemplo. Na região,

Toda e qualquer ação, atividade, tem troca de semente. E isso já virou lei. A troca de semente. Uma das famílias agricultoras aqui, que é da Dona Francisca mais o seu Domingos, eles têm um pequeno banquinho de semente. E aí ele traz a semente, ele empresta a semente, só que a pessoa tem que assinar um caderninho, daqui a tantos anos tem que devolver a semente. [...] E entre as mulheres, todas as mulheres têm sementes. E quando uma não tem, tem essa troca (Entrevista com quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão em dezembro de 2024, grifo meu).

Além da troca de sementes, também há a sistematização das tecnologias sociais, fundamental para registrar, documentar, quais são os conhecimentos dos povos. Garantir a manutenção da memória (escrita, em vídeo, em áudio etc.) é um dos primeiros passos para que um conhecimento não se perca. Somado a isso, a sistematização dos conhecimentos é importante também para valorizar o trabalho dos povos e comunidades tradicionais, como destaca a entrevistada C: “A gente tem buscado sistematizar esses trabalhos e buscar fazer esses manuais do que elas fazem, elas e eles fazem. E eu acho que valorizar o trabalho dessas mulheres e desses homens, com que eles percebam e elas percebam esse valor também, é muito importante” (Entrevista com quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão em dezembro de 2024, grifo meu). A organização coletiva e valorização dos conhecimentos, nesse sentido, é fundamental.

Diante da violência estimulada pelo processo de estrangeirização de terras, as iniciativas para manutenção dos conhecimentos partem dos povos, garantindo a unidade e a proteção de seus modos de vida. Com o crescimento da des-territorialização, a preocupação com a perda de conhecimentos agrícolas tradicionais é válida e reverbera entre as comunidades; entretanto, arranjos como o Coletivo de Povos e Comunidades Tradicionais do Cerrado já são respostas imediatas à violência promovida pelo capital. É por meio dessas iniciativas que os povos se reterritorializam e se organizam para a manutenção de seus conhecimentos e modos de vida.

Como vimos ao longo do capítulo, as violências promovidas pelo capital e intensificadas pelo crescente interesse internacional nas terras do Matopiba, ao contribuir para des-territorializar povos e comunidades tradicionais tanto de forma absoluta quanto de forma relativa, impactam significativamente não só a agricultura das comunidades, mas também a forma como o conhecimento é passado adiante. Dado o seu caráter geracional e baseado no fazer cotidiano, as práticas agrícolas têm sua transmissão fortemente prejudicada com a des-territorialização, que cada vez mais afasta os jovens da roça, promove o deslocamento das pessoas para as cidades e deteriora as condições biofísicas para o cultivo, entre outras consequências já discutidas. Esse prejuízo preocupa as lideranças, que temem que o conhecimento acumulado em décadas de trabalho na terra se perca no futuro, os impactando para além da atividade produtiva, de forma social, cultural e espiritual.

## CONCLUSÕES

Em um contexto de expansão da agricultura capitalista no Matopiba e crescimento das violências associadas a esse processo, formulei a hipótese de que a estrangeirização de terras na região, ao contribuir com a des-territorialização dos povos e comunidades tradicionais, ameaça seus conhecimentos agrícolas, uma vez que eles perdem ou têm seu acesso à terra prejudicado. Diante dessa hipótese, nesta pesquisa tive como objetivo principal estudar as implicações da estrangeirização de terras sobre os conhecimentos agrícolas dos povos do Matopiba. Para tal, percorri uma trajetória de análise que foi desde a compreensão do que sustenta o agronegócio ontológica e epistemologicamente até como esse agente, potencializado pelo capital internacional, des-territorializa os povos e ameaça seus conhecimentos.

A agricultura capitalista se alicerça na *plantation* colonial para estabelecer não apenas seu modo de produção (monocultura intensiva de larga escala com mão-de-obra barata), mas também seus pressupostos ontológicos e epistemológicos. Ela é herança da *plantation* enquanto um imperativo histórico que separa o homem da natureza, o hierarquiza em relação a outros seres humanos e às plantas e retira a terra das pessoas na medida em que cria um padrão de agricultura e o impõe aos territórios, sem espaço para alternativas no trato com a terra e com a vida. Esse modo de ser e ver o mundo é por vezes antagônico àquele dos povos, que em relação conflitiva com o capital sofrem violências severas e são des-territorializados, como pôde ser observado nos depoimentos.

Parte fundamental desse dispositivo des-territorializante, a expansão territorial garante terras para a exploração capitalista. Para isso, são criadas delimitações como o Matopiba, voltadas para atender o capital nacional e internacional, garantindo acesso não apenas a terras para agricultura, mas também a bens como água, minérios e floresta. Diante do crescente interesse por essas áreas, o capital internacional promove uma corrida global por terras, intensificando, por consequência, todas as violências geradas pela expansão territorial da atividade capitalista via estrangeirização de terras, entre outras vias. Tendo em vista tal avanço sobre os territórios, o mapa das áreas protegidas evidenciou como essa porção territorial está repleta de espaços sensíveis no que diz respeito aos bens comuns e povos e comunidades tradicionais. São territórios indígenas, quilombolas, áreas de proteção, assentamentos e territórios de povos e comunidades tradicionais que são constantemente invadidos pelos empreendimentos ligados a empresas estrangeiras e nacionais. Com isso, cresce a violência nos

conflitos envolvendo a terra, como mostrei na Tabela 4, que calcula 218 conflitos no Matopiba que atingiram 22.460 famílias de diversos povos em 2023.

O território, delimitado sob o nome de Matopiba para atender ao capital, é particular por ser alvo de um processo crescente de estrangeirização, caracterizado pelo controle do uso e da posse de terras e bens naturais por empresas estrangeiras ou ligadas ao capital internacional. Esse processo foi ilustrado no Mapa 9, que evidencia a grande quantidade de propriedades estrangeiras no Piauí, especialmente no sudoeste do estado. Tal valorização incentiva a chegada de empresas brasileiras e estrangeiras no Matopiba, com pelo menos 1.186.179 hectares nas mãos do capital internacional, que exerce pressão sobre os territórios dos povos. O avanço da estrangeirização de terras estimula o mercado e valoriza o preço da terra (em mais de 500% no Piauí, entre 2005 e 2015, por exemplo), tornando a região cada vez mais atrativa não apenas para novos investimentos internacionais, mas também para o capital nacional. Assim, a estrangeirização potencializa a expansão do mercado de terras e, com ela, as violências já geradas pelo agronegócio nacional, como queimadas, expropriações, contaminação por agrotóxicos, entre outras. O processo de estrangeirização, portanto, não cria as violências, mas as intensifica, promovendo a des-territorialização que ameaça as pessoas, seus modos de vida e a reprodução de seus conhecimentos.

Esse avanço resulta no estabelecimento no território de zonas de tensão entre propriedades estrangeiras e territórios de povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, assentamentos, Unidades de Conservação e Áreas de Proteção, como ilustrado no Mapa 10. Para além de uma área de proximidade, as zonas de tensão são porções territoriais de potencial conflito ou impacto, como a contaminação pela pulverização aérea de agrotóxicos, por exemplo. A proximidade entre os territórios dos povos e empreendimentos estrangeiros coloca em choque modos de vida antagônicos e gera uma pressão sobre os territórios. Tal pressão, por sua vez, pode ser convertida em violências que des-territorializam os povos no âmbito relativo e absoluto, com impactos materiais e imateriais sobre seus modos de vida e de produção. São ataques variados que vão desde a coerção e obrigação do uso de agrotóxicos à expulsão das comunidades de seus territórios, passando por uma série de violências mais ou menos sutis que colocam em risco a existência das comunidades e sua reprodução de vida e conhecimento.

Essa grande diversidade de povos tem como característica a transmissão de seus conhecimentos e práticas seculares de forma geracional, sendo fundamentais para a preservação

dos ecossistemas. No Matopiba e no Cerrado em geral, por influência do capital – que além de tornar a vida na roça cada vez pior por meio das violências seduz parte das pessoas com signos como carros e motos – os jovens estão se distanciando da roça. Uma vez distantes da terra, a transmissão dos conhecimentos para a próxima geração é prejudicada, tendo em vista que eles são adquiridos por meio do engajamento prático com a terra, com as ervas, e demais elementos que os compõem. Esse problema geracional, por sua vez, ocasiona uma preocupação com o futuro das comunidades e com a possibilidade dos conhecimentos acumulados por décadas se perderem. A des-territorialização, nesse sentido, é perversa, atingindo não apenas as pessoas, mas sua identidade étnica, social e cultural.

Diante da análise dos três processos – estrangeirização, des-territorialização e ameaça aos conhecimentos tradicionais – defendo que esses temas sejam tratados de forma conjunta, com o devido apontamento de que são processos mais que relacionados, eles se co-constituem. Não há estrangeirização sem des-territorialização e não há des-territorialização sem ameaça aos conhecimentos de povos e comunidades tradicionais, que se organizam e criam arranjos para garantir a manutenção de seus modos de vida. Com o intuito de evidenciar essa correlação, optei por tomar como base bibliográfica trabalhos cujos autores também veem esses processos (ou parte deles) como interdependentes.

Além da revisão bibliográfica, os dados secundários que mobilizei durante o texto permitiram que eu desse conta de demonstrar a dimensão da estrangeirização e consequente des-territorialização no Matopiba. A construção de quadros e tabelas, nesse sentido, foi fundamental. Acessar a base do GEMAP e dados como os do Observatório do Matopiba permitiu a construção dos mapas, que julgo centrais para a compreensão das dinâmicas em análise. Aqui reside o principal produto de minha dissertação: o mapa das terras estrangeiras no Piauí e seus recortes. A metodologia adotada para a ilustração desse fenômeno é também um produto valioso da tese, já que permite que outros mapas sejam construídos a partir do mesmo método, considerando as limitações apontadas anteriormente. Como a base de dados do GEMAP e outras trazem informações sobre as propriedades estrangeiras em todo o Brasil, construir mapas sobre o Maranhão, Tocantins, Bahia ou qualquer outro estado é uma questão de disponibilidade de recurso e tempo, fator principal para que eu tenha escolhido um estado como recorte. Sendo assim, destaco que a importância deste trabalho reside em organizar os dados do GEMAP e de outras bases como o IBGE e o Interpi de forma a construir uma cartografia que aponte para possíveis áreas de investigação de trabalhos de campo futuros. Ao

indicar zonas de tensão e proximidade entre propriedades estrangeiras e terras indígenas, territórios quilombolas, assentamentos e territórios de povos e comunidades tradicionais, os mapas se tornam uma ferramenta para visualização preliminar de áreas a serem observadas com maior profundidade. Assim, partindo do mapeamento, o pesquisador tem uma referência geográfica para a investigação de possíveis infrações de direitos territoriais e demais violências sofridas por esses atores. Além da proximidade, os mapas evidenciam também casos de sobreposição de imóveis e avanço de empreendimentos sobre áreas protegidas, registrando violações na lei.

Esse processo metodológico sugerido por mim teve como laboratório este trabalho. A partir da observação de que o sudoeste do Piauí era uma zona de alta tensão, iniciei a investigação sobre essa porção do território. Como me deparei ao longo do percurso com questões que inviabilizaram minha ida à campo (sobre as quais já me debrucei), encontrei nas entrevistas remotas, reconhecendo seus limites, uma forma de contornar esse desafio. Sigo acreditando, entretanto, que o campo é necessário para se ter um olhar mais aprofundado sobre sutilezas que não podem ser captadas na chamada de vídeo. Apesar disso, os depoimentos foram fundamentais para a construção do texto, sustentação dos argumentos derivados da análise e permitiram que a falta do campo não comprometesse os resultados do trabalho. Com eles, pude demonstrar a percepção das lideranças de povos e comunidades tradicionais da região sobre os grandes empreendimentos ligados ao capital nacional e internacional, cuja procura por terras na região é impulsionada e estimula a corrida global por terras. Além disso, pude evidenciar como a possibilidade de perda dos conhecimentos tradicionais é uma angústia de diversas dessas lideranças, que temem que o conhecimento acumulado por décadas seja apagado pela des-territorialização sofrida pelos seus.

Nesse contexto de crescimento da atividade agropecuária capitalista no Matopiba e diante da violência, das ameaças e da possibilidade de apagamento dos saberes agrícolas dos povos e comunidades tradicionais na região, uma série de alternativas para resistência são articuladas. De todas elas, entendo que é fundamental que qualquer solução para esse problema parta dos povos. A organização e autogestão das comunidades é, nesse sentido, central. Fortalecer suas práticas e garantir que a atividade agrícola seja sustentável é o caminho para que esses conhecimentos não se percam. Frear o avanço do capital sobre os territórios também é imprescindível.

Concluo que o processo de estrangeirização de terras intensifica as dinâmicas de des-

territorialização no Matopiba, tanto no âmbito relativo/material, quanto absoluto/imaterial. Isso, por sua vez, promove uma série de transformações nos modos de vida da população, inclusive gerando um rompimento geracional no qual os mais jovens estão se distanciando do trabalho com a terra. A partir desse rompimento, resta um horizonte de perda dos conhecimentos. Com a expansão material e imaterial do capital, a des-territorialização dos povos coloca em risco o seu conhecimento agrícola e seus modos de vida.

## REFERÊNCIAS

ARIAS, P. Corazonar desde las sabidurías insurgentes el sentido de las epistemologías dominantes, para construir sentidos otros de la existencia (primera parte). **Calle14: Revista de Investigación en el Campo del Arte**, Bogotá, v. 4, n.5, p. 80-94, 2010.

BATISTA, D. **Danos imateriais do agronegócio no modo de vida quilombola**: caso da comunidade de Mumbuca -TO. Dissertação (mestrado profissional MPGC) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 2021.

BOECHAT, C. A.; PITTA, F. T.; TOLEDO, C. A. Pioneiros do MATOPIBA: a corrida por terras e a corrida por teses sobre a fronteira agrícola, v. 47, p. 87-122. **Revista Nera (UNESP)**, 2019.

\_\_\_\_\_. Land grabbing e crise do capital: possíveis interseções dos debates. **GEographia**, v. 19, n. 40, p. 75 - 91, 5 out. 2017.

BORRAS, S. M. FRANCO, J. C. Global land grabbing and political reactions “from below. **Third World Quarterly**, v. 34, n.9, 2013.

BORRAS, S., KAY, C., GÓMEZ, S. WILKINSON, J. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. *Canadian Journal of Development Studies / Revue Canadienne d'études Du Développement*, 33(4), 402–416. 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02255189.2012.745394>. Acesso em: 10 out 2023.

CABRAL, L.; SAUER, S.; SHANKLAND, A. 'Introduction: Reclaiming the Cerrado – A Territorial Account of a Disputed Frontier', *IDS Bulletin* 54.1: 1–16, 2023. Disponível em: [https://opendocs.ids.ac.uk/articles/journal\\_contribution/Introduction\\_Reclaiming\\_the\\_Cerrado\\_A\\_Territorial\\_Account\\_of\\_a\\_Disputed\\_Frontier/26435344?file=48184648](https://opendocs.ids.ac.uk/articles/journal_contribution/Introduction_Reclaiming_the_Cerrado_A_Territorial_Account_of_a_Disputed_Frontier/26435344?file=48184648). Acesso em: 3 mar 2024. DOI: 10.19088/1968-2023.102

CHAO, S. Plantation. **Environmental Humanities** 14:2. Julho 2022. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Sophie-Chao-2/publication/362431817\\_Plantation/links/62ea4ccd3c0ea87887792182/Plantation.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Sophie-Chao-2/publication/362431817_Plantation/links/62ea4ccd3c0ea87887792182/Plantation.pdf). Acesso em: 20 jun 2024.

CHOUQUER, G. **Les acquisitions massives de terres dans le monde**: bulle foncière ou opportunité de développement? Paris: FIEF, 2012.

CLEMENTS, E.; FERNANDES, B.M. **Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique**. Maputo: Observador Rural, 2013.

COGUETO, J. **Território, finanças e land grabbing**: tecnoesfera e psicoesfera na tentativa de transformação da terra agrícola em ativo financeiro e a expansão da fronteira agrícola brasileira. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Rio Claro, 2019.

COLOGNESE, S; MELO, J. A técnica de entrevista na pesquisa social. **Cadernos de Sociologia**. v. 9, Porto Alegre: UFRGS, 1998.

CPT – Comissão Pastoral da Terra. **Conflitos no campo Brasil 2023** / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia: CPT Nacional, 2024. 214 p.: il., tabelas, gráficos, fotografias.

\_\_\_\_\_. **Conflitos no campo Brasil 2017** / Centro de Documentação Dom Tomás Balduino. – Goiânia: CPT Nacional, 2018. 279 p.: il., tabelas, gráficos, fotografias.

COTULA, L. The international political economy of the global land rush: A critical appraisal

of trends, scale, geography and drivers. **Journal of Peasant Studies**, v.39, n. 3-4, 2012.

DE LA CADENA, M. **Earth Beings: Ecologies of Practice across Andean Worlds**. Durham: Duke University Press, 2015.

DELEUZE, G. GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. São Paulo: Ed. 34, 2021.

\_\_\_\_\_. **O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia 1**. São Paulo: Ed. 34, 2010.

DELGADO, G. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio - mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

EDELMAN, M. Messy hectares: questions about the epistemology land grabbing data. **Journal of Peasant Studies**, v.40, n.3, 2013.

EMBRAPA. **MATOPIBA GEOWEB**. 2015. Dados. Brasil, 2015. Base de Dados em formato shapefile. Disponível em: <https://mapas.cnpm.embrapa.br/matopiba2015/>. Acesso em: 10 jan. 2024.

\_\_\_\_\_. Delimitação territorial do MATOPIBA. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-matopiba/sobre-o-tema/>. Acesso em: 24 mai. 2022.

FAVARETO, A. **Entre chapadas e baixões do Matopiba: dinâmicas territoriais e impactos socioeconômicos na fronteira da expansão agropecuária no cerrado / Favareto Arilson (Org.), Nakagawa, Louise, Pó, Marcos, Seifer, Paulo, KleeB, Suzana**. – São Paulo: Prefixo Editorial 92545, 2019.

FERDINAND, M. **Uma ecologia decolonial**. Pensar a partir do mundo caribenho. São Paulo: Ubu, 2022.

FERNÁNDEZ, M. As Relações Internacionais e seus Epistemicídios. **Monções: revista de relações internacionais da UFGD**, v. 8, p. 458-485, 2019.

FLEXOR, G; LEITE, S. Land market and land grabbing in Brazil during the commodity boom of the 2000s. **Contexto Internacional**, v. 39, n.2, may/aug, 2017.

FIAN International; Rede Social de Justiça e Direitos Humanos; Comissão Pastoral da Terra. **Os Custos Ambientais e Humanos do Negócio de Terras: O caso do MATOPIBA, Brasil**. CPT, junho 2018.

FIGUEREDO, E. **Estrangeirização de terras no Matopiba: os atores invisíveis do território**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Natal, RN, 2024.

FREDERICO, S.; ALMEIDA, M. C. de. Capital financeiro, land grabbing e a multiescalaridade na grilagem de terra na região do MATOPIBA. **Revista NERA**, v. 22, n. 47, p. 123-147, 2019. Dossiê Matopiba.

FURTADO, F; KATO, K; BARROS JR, A. **Raça, gênero e classe** [livro eletrônico]: as interseccionalidades da estrutura fundiária brasileira. Rio de Janeiro: Fundação Heirich Boll Stiftung, 2022. Disponível em: <https://br.boell.org/pt-br/disputas-e-desafios-do-modelo-agrario-brasileiro>.

G1. Santa Filomena concentra maior parte do desmatamento ilegal do cerrado piauiense. **G1**, 2023. <https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2023/07/12/santa-filomena-concentra-maior-parte-do-desmatamento-ilegal-do-cerrado-piauiense.ghtml>.

GARCIA-ARIAS, J. et al. When Land Meets Finance in Latin America: some intersections

between financialization and land grabbing in Argentina and Brazil. **Sustainability**, 13, 8084, 2021.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social** / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008.

GIRALDO, O. Agroextractivismo y acaparamiento de tierras en América Latina: una lectura desde la ecología política. **Revista Mexicana de Sociología**, Vol. 77; No4, pp. 637-662, 2015.

GIRARDI, E.; SILVA, A. **Mini-Atlas: da Questão Agrária do MATOPIBA** [recurso eletrônico]. Brasília: Universidade de Brasília, 2024.

GOMES, C. **A formação de um novo mercado global de terras no brasil: land grabbing “última fronteira agrícola” – MATOPIBA**. 2020. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. p. 315–323.

GRAIN et al. **Foreign pension funds and land grabbing in Brazil**. New York, nov., 2015.

HAESBAERT, R. Território e Multiterritorialidade: um debate. **Geographia** nº17; Brasil. 2004.

\_\_\_\_\_. O mito da des-territorialização e as “regiões-rede”. **Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Curitiba: AGB, p. 206-214. 1994.

\_\_\_\_\_. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF. 1997.

\_\_\_\_\_. Le mythe de la déterritorialisation. **Géographies et Cultures** n. 40. Paris:L’Harmattan. 2001.

HAESBAERT, R.; BRUCE, G. A Des-territorialização na Obra de Deleuze e Guattari. **GEOgraphia**, v. 4, n. 7, p. 7-22, 21 set. 2009.

HALL, R. et al. Resistance, acquiescence or incorporation? Introduction to land grabbing and political reactions “from below”. **Journal of Peasant Studies**, v. 42, n.3-4, 2015.

HARAWAY, D., ISHIKAWA, N., GILBERT, S. F., OLWIG, K., TSING, A. L., BUBANDT, N. Anthropologists are talking—About the Anthropocene. **Ethnos**, 81(3), 535–564. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/00141844.2015.1105838>. Acesso em: 10 mar 2024.

HARVARD MANAGEMENT COMPANY (HMC). **Fiscal year 2023 endowment report**. Cambridge, MA: Harvard University, 2023. Disponível em: [https://finance.harvard.edu/files/fad/files/fy23\\_hmc\\_letter.pdf](https://finance.harvard.edu/files/fad/files/fy23_hmc_letter.pdf). Acesso em: 13 dezembro 2024.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HUERTAS CALVENTE, M. Questões sobre a des-territorialização de comunidades tradicionais e o turismo: o “novo senhor do curral”. **GeoTextos**, [S. l.], v. 12, n. 2, 2016. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v12i2.17370. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/17370>. Acesso em: 29 ago. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em:

[https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro/index.html](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/index.html)>. Acesso em: 14 jul. 2024.

\_\_\_\_\_. **MATOPIBA 2021**. Dados. Brasil, 2021. Base de Dados em formato shapefile. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/34329-matopiba.html>. Acesso em: 10 jan. 2024.

JESUS, J. **A monopolização da renda da terra e os conflitos agrários na fronteira agrícola do MATOPIBA**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Goiás, Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Goiânia, 2020.

KATO, K.; FURTADO, F.; ALEIXO JUNIOR, O.; SIVIERO, J. **Global Financial Funds, Land Grabs and the (Re)Production of Inequalities**: a contribution from Brazil. Roma: ILC e OXFAM, 2020.

KATO, K; SIVIERO VICENTE, J; LEITE, S. Estrangeirização de terras no Brasil contemporâneo: reflexões teórico-metodológicas e desdobramentos nos territórios. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 19, n. 57, p. 13–43, 2024. DOI: 10.14393/RCT195774896. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/74896>. Acesso em: 11 mar. 2025.

LAMEIRAS, A. **Des-territorialização e reorganização das geografias pessoais: o caso do desemprego**. Ensaio metodológico. 2013. Tese (Mestrado) - Departamento de Geografia, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

LEFF, E. **Racionalidade Ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LEITE, S. (coord.) **Expansão do “agronegócio”, estrangeirização de terras e ação do Estado**: problematizando as transformações no meio rural brasileiro. Rio de Janeiro: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2022.

LOPES, G; LIMA, M; REIS, T. Revisitando o conceito de mau desenvolvimento: Inclusão e impactos sociais da expansão da soja no Cerrado do Matopiba. **World Development** 139, 2021.

LUNA, P. De l’usurpation coloniale au landgrabbing. **Le Mouvement Social**, n.277, 2021.

MAPBIOMAS. **RAD2023**: Relatório Anual do Desmatamento no Brasil 2023 - São Paulo, Brasil - MapBiomass, 2024 - 154 páginas. Disponível em: <http://alerta.mapbiomas.org>. Acesso em: 12 set 2024.

McMICHAEL, P. Rethinking Land Grab Ontology. **Rural Sociology**, v.79, n.1. 2014.

MENDONÇA, M. **Modo capitalista de produção e agricultura: a construção do conceito de agronegócio**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. doi:10.11606/T.8.2013.tde-26062013-114407. Acesso em: 20 out 2021.

MITMAN, G; HARAWAY, D; TSING, A. **Reflections on the Plantationocene**. Edge Effects, Center for Culture, History, and Environment in the Nelson Institute at the University of Wisconsin-Madison, 2019.

MORA, S. Land grabbing and international political economy: towards a critical new-gramscian theoretical model of land governance in Latin American. **Contexto Internacional**, v. 44, n.1, jan./abr., 2022.

MOREIRA, R. **Mudar para manter exatamente igual**: os ciclos espaciais de acumulação: o

espaço total: formação do espaço agrário. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

NEEF, A.; NGIN, C.; MOREDA, T.; MOLLETT, S. *Global land and resource grabbing: an introduction*. In: NEEF, Andreas; NGIN, Chanrith; MOREDA, Tsegaye; MOLLETT, Sharlene. (Org.). **Global land and resource grabbing**. 1. ed. [S.l.]: Routledge, 2020. Disponível em: <https://www.taylorfrancis.com/chapters/oa-edit/10.4324/9781003080916-1/global-land-resource-grabbing-andreas-neef-chanrith-ngin-tsegaye-moreda-sharlene-mollett>. Acesso em: 19 dez. 2024.

OYA, C. Methodological reflections on “land grab” databases and the “land grab” literature “rush”. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 3, p. 503-520. 2013.

PALMEIRA, M. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. **Contraponto** (Rio de Janeiro), v.2, n.2, p.103-114, 1977.

PERDIGÃO, L.F., SAUER, S. Marcos legais e a liberação para investimento estrangeiro em terras no Brasil. In: Maluf, R., Flexor, G. (orgs.). **Questões agrárias, agrícolas e rurais: conjunturas e políticas públicas**. Rio de Janeiro: E-papers, 2017.

PITTA, F.; BOECHAT, C., MENDONÇA, M. A produção do espaço na região do MATOPIBA: violência, transnacionais imobiliárias agrícolas e capital fictício. Belo Horizonte: **Estudos Internacionais**, v. 5 n. 2, p. 155-179, 2017.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

REIS, Angélica Santos. **Fundos de pasto baianos: um estudo sobre regularização fundiária**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2010. 240p.

REYDON, B. P.; FERNANDES, V. B. **Financialization, Land Prices and Land Grab: a study based on the Brazilian Reality**. Economia e Sociedade. Campinas. Volume 26, número especial. 2017. Pp. 1149-1179.

RIBEIRO, C. [et al.] Saberes do cerrado: degradação do bioma ao risco da perda do conhecimento tradicional. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação-REASE**. São Paulo, v.8.n.06. jun. 2022.

SACK, R. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAHLINS, M. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 41-73, 1997.

SANTOS, M. et al. O papel ativo da Geografia: um manifesto. Florianópolis: **XII Encontro Nacional de Geógrafos**. 2000.

SANTOS, C. Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados –Prodec: um espectro ronda os cerrados brasileiros. **Estudos Sociedade e Agricultura**, outubro de 2016, vol. 24, n. 2, p.384-416, ISSN 1413-0580.

SASSEN, S. A Land Grabs Today: feeding the disassembling of national territory. **Globalizations**, v.10, n.1, 2013.

\_\_\_\_\_. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SAUER, S., BORRAS Jr., S. ‘Land grabbing’ e ‘green grabbing’: uma leitura da ‘corrida na produção acadêmica’ sobre a apropriação global de terras. **Campo – Território**, v.11, n.23,

jul., 2016.

SAUER, S. [et al.]. **Conflitos socioambientais: concepções e aplicação no Observatório do MATOPIBA** [recurso eletrônico]. Brasília: Universidade de Brasília, 2021.

SCHLESINGER, S. **Dois casos sérios em Mato Grosso: A soja em Lucas do Rio Verde e a Cana-de-Açúcar em Barra dos Bugres**. Mato Grosso: FORMAD Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2013.

SEEG. **Sistema de Estimativas de Emissões de Gases de Efeito Estufa (2023)**. Observatório do Clima. v.10. Disponível em: <https://oc.eco.br/seeg-sistemas-alimentares/?swcfpc=1>

SILVA, C. Ordenamento Territorial no Cerrado brasileiro: da fronteira monocultora a modelos baseados na sociobiodiversidade. **Desenvolvimento E Meio Ambiente**, 19. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/16407>. Acesso em: 12 set 2024.

\_\_\_\_\_. Territorialidades camponesas do Cerrado - o saber gerado a partir do conhecimento local. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 7, n. 14. 2013. DOI: 10.14393/RCT71421751. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/21751>. Acesso em: 8 out 2024.

SOSA, V., A.; GRAS, C. Network companies, land grabbing and financialization in South America. **Globalizations**, 2020.

SOUSA, M. S. R.; DIAS, A. L. E.; MARTINS, C. C. N.; GOMES, C. L. V.; SOUSA, A. E. Conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade e projeto de desenvolvimento em ruralidades piauienses – municípios de Palmeirais e Nazária. In: SOUSA, M. S. R. (ed.). **Desenvolvimento, conhecimentos tradicionais e direitos humanos: populações tradicionais e quilombolas do Estado do Piauí e a defesa do meio socioambiental**. Teresina: EDUFPI, 2015.

SOUZA, M. "Conhecimento tradicional" e currículo multicultural: notas com base em uma experiência com estudantes indígenas Kaiowá/Guarani. **Ciência & Educação** (Bauru), vol. 14, núm. 3, 2008, pp. 381-396. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, Brasil.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia**. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, A.; LEITE, A.Z.; CASTRO, L.F.P.; SAUER, S. Green Grabbing in the Matopiba Agricultural Frontier., **IDS Bulletin**, vol. 54, n. 1, p.57–72, 2023. Disponível em: DOI: 10.19088/1968-2023.105. Acesso em: 12 nov 2023.

SIVIERO VICENTE, J. **Uma nova safra de proprietários rurais? O caso dos investimentos da Universidade de Harvard em recursos naturais no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ. 2020.

SIVIERO VICENTE, J.; BARROS JUNIOR, O. A.; DULCI, L.B. Estratégias de financeirização no agro: três casos para analisarmos os investimentos na agricultura e nos mercados de terras no Brasil. **Estudios rurales**, v. 11, n. 22, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://estudiosrurales.unq.edu.ar/index.php/ER/article/view/66/192>

SPADOTTO, B. **Apropriação global de terras (global land grabbing) e uso corporativo do território: verticalidades e horizontalidades no Matopiba**. Tese (Doutorado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo, 2023.

STÉDILE, J. **A questão agrária no Brasil: O debate tradicional – 1500-1960**. 2. ed. São

Paulo: Expressão Popular, 2011.

TODOROV, T. **A conquista da América:** a questão do outro. São Paulo WMF Martins Fontes, 2010.

TSING, A. **Viver nas ruínas:** paisagens multiespécies no Antropoceno. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

WOLFORD, W. et al. **Governing Global Land Deals:** the role of the State in the Rush for Land. United Kingdom: Wiley Blackwell, 2013.

WOLFORD, W. The Plantationocene: A Lusotropical Contribution to the Theory. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 111 n. 6, 2021.

## **ANEXO I**

### **Roteiro da entrevista semiestruturada com acadêmicos que estudam o tema da estrangeirização de terras no Matopiba**

#### **Dados de Identificação**

Nome:

Idade:

#### **Questões da pesquisa**

1. Há algum impacto da chegada de investimentos estrangeiros no Matopiba sobre povos e comunidades tradicionais?
2. Onde você fez trabalho de campo, como era a relação das comunidades com os empreendimentos estrangeiros?
3. Quais são as principais dificuldades que você teve no seu trabalho de campo?
4. O quão aberta era a comunidade para os pesquisadores? Percebeu algum tipo de constrangimento?
5. Houve alguma resistência de moradores para dar entrevistas por conta da relação que têm com as empresas, ou os moradores se mostraram abertos?
6. Percebeu, na fala dos moradores, um caráter combativo em relação à presença dos investimentos estrangeiros?
7. No que diz respeito à agricultura das comunidades, você percebeu se há um processo de perda gradual das práticas agrícolas dos moradores, seja pelo envolvimento em outras atividades ou por perda de acesso à terra?
8. Você percebeu mudanças nas práticas agrícolas?
9. Há, que você saiba, formas de manutenção das práticas agrícolas (bancos de semente, trabalhos para manutenção dos conhecimentos agrícolas etc)?

## **ANEXO II**

### **Roteiro da entrevista semiestruturada com lideranças dos povos**

#### **Dados de Identificação**

Nome:

Idade:

#### **Questões da pesquisa**

1. Gostaria de saber um pouco sobre a sua história e da sua família, da comunidade.
2. Qual a sua relação com o roçado?
3. Os mais jovens seguiram esse caminho de cuidar da roça também?
4. Quais foram as mudanças que aconteceram na região com a chegada das empresas?
5. Muita gente aqui da comunidade passou a trabalhar nessas empresas? Depois da chegada delas tem mais emprego?
6. Com esses novos empregos, o trabalho na terra continua o mesmo?
7. Você tem a percepção de que os jovens se preocupam mais com outras coisas do que com a roça?
8. O agro tem comprado muitas terras na região?
9. Essa chegada do agronegócio preocupa vocês na comunidade?
10. Como você imagina a comunidade daqui a alguns anos?
11. Você acha que o conhecimento que vocês têm sobre agricultura, o roçado, pode se perder no futuro?

## **ANEXO III**

### **Roteiro da entrevista semiestruturada com agentes de organização do campo agrário**

#### **Dados de Identificação**

Nome:

Idade:

#### **Questões da pesquisa**

1. Você acompanhou um processo crescente de terras compradas por estrangeiros ou empresas ligadas a empresas estrangeiras na região?
2. Quão difícil é identificar um investimento como sendo estrangeiro na região?
3. Concomitante a essa crescente de compra de terras por estrangeiros, você observou um aumento nos conflitos por terra?
4. Fazendo trabalho de base no território, como é a relação das comunidades com esses empreendimentos?
5. Além dos casos de expropriação, quais outras formas de perda da conexão com o território por parte das comunidades você identifica na região?
6. Como você vê a relação dessas comunidades com a agricultura? Essa relação muda após a chegada de grandes empreendimentos?
7. No que diz respeito à agricultura das comunidades, você percebeu se há um processo de perda gradual das práticas agrícolas dos moradores, seja pelo envolvimento em outras atividades ou por perda de acesso à terra?
8. Você percebeu mudanças nas práticas agrícolas?
9. As gerações mais novas ainda estão interessadas em agricultura? Qual o impacto dos grandes investimentos nesse interesse?

## ANEXO IV

### Relação dos entrevistados na pesquisa

Identificação	Idade	Descrição	Data e local
ENTREVISTADO A	44 anos	Dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí	Entrevista realizada no dia 01/12/2024 via Google Meet
ENTREVISTADO B	42 anos	Dirigente de uma organização de base do meio agrário no Piauí	Entrevista realizada no dia 22/11/2024 via Google Meet
ENTREVISTADA C	32 anos	Quebradeira de coco babaçu da comunidade Aldeia do Odino em Bacabal (MA) e colaboradora em uma organização da sociedade civil no Maranhão	Entrevista realizada no dia 03/12/2024 via Google Meet
ENTREVISTADA D	31 anos	Liderança da comunidade ribeirinha brejeira Barra da Lagoa, no município de Santa Filomena (PI)	Entrevista realizada no dia 06/12/2024 via Google Meet
ENTREVISTADO E	58 anos	Liderança da Comunidade Riacho dos Cavalos, no território Melancias no município de Monte Alegre (PI)	Entrevista realizada no dia 03/01/2025 via Google Meet

ENTREVISTADO F	36 anos	Pesquisador da Universidade do Estado de São Paulo	Entrevista realizada no dia 21/11/2024 via Google Meet
ENTREVISTADA G	47 anos	Liderança Akroá Gamela da Comunidade Vão do Vico, em Santa Filomena (PI)	Entrevista realizada no dia 04/01/2025 por ligação de Whatsapp
ENTREVISTADA H	38 anos	Pesquisadora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	Entrevista realizada no dia 02/12/2024 via Google Meet